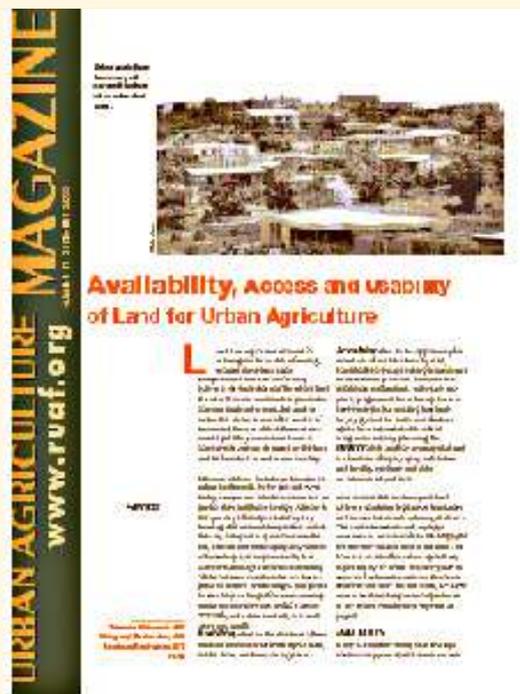


## Disponibilidade, acesso e condições de uso da terra para agricultura urbana



### Sumário

- 2 Apresentação
- 6 Editorial: Disponibilidade, acesso e condições de uso da terra para agricultura urbana
- 11 Conferência eletrônica: otimizando o uso agrícola do solo urbano
- 16 O acesso à terra para os imigrantes na periferia de Beijing
- 20 Otimizando o uso da terra agrícola em Kano
- 24 O acesso à terra para a agricultura urbana em Kampala
- 28 A questão da terra e a agricultura urbana em Bamako
- 32 O acesso à terra e à água para a horticultura urbana em Accra
- 37 O problema do acesso à terra em Divo
- 43 Agricultura urbana e periurbana em Setif
- 47 Otimização do uso das terras livres em Rosário
- 53 Transformando lotes baldios em espaços produtivos em Cienfuegos
- 57 Hortas comunitárias em eThekweni, África do Sul
- 59 Hortas comunitárias nas cidades das Filipinas
- 65 Agricultura urbana na região de Bexley, em Londres, Inglaterra
- 69 Facilitando o acesso à terra para os agricultores da periferia de Copperbelt
- 75 O direito ao uso de água para a agricultura na Índia
- 81 Aspectos legais e políticos da agricultura urbana na Tanzânia
- 84 A integração da agricultura urbana no planejamento na Turquia
- 86 Livros
- 89 Sítios

## Apresentação da 11ª. Edição

### Prezados leitores,

Esta 11a. edição da Revista de Agricultura Urbana é uma compilação de vários artigos, contribuições, textos e documentos encaminhados à Conferência Eletrônica realizada entre os dias 3 e 26 de novembro de 2003, cujo resumo também está incluído neste número. Para acessar todos os papéis e discussões (em inglês), por favor visite: [www.ruaf.org/conference/access\\_resources/english/index.htm](http://www.ruaf.org/conference/access_resources/english/index.htm)

A terra é um importante recurso para a agricultura urbana. Os cultivos urbanos requerem algum espaço físico, independentemente de ser o sistema adotado implantado diretamente no solo ou não. Portanto a terra é e continuará sendo um recurso particularmente importante para os agricultores urbanos. Mas a terra – ou melhor, o uso adequado do solo – é uma preocupação crescente para os planejadores e formuladores de políticas municipais, que têm de considerar as inúmeras demandas por espaço e todas as demais funções do solo para a sociedade - dentro e ao redor das cidades.

A disponibilidade de terra para a agricultura urbana refere-se à existência de áreas que possam ser utilizadas para produção, a curto, médio e longo prazos. Seu acesso refere-se à possibilidade de as áreas serem realmente usadas pelos moradores mais pobres, levando-se em consideração os procedimentos administrativos e os mecanismos de solução de conflitos. As condições de uso dependem da topografia, estrutura e fertilidade de cada área, da umidade e de outras qualidades ambientais. A maior parte dos casos apresentados nesta edição apresentam sugestões que podem ser úteis no planejamento de programas bem-sucedidos em agricultura urbana. Os artigos enfatizam a importância de abordagens e técnicas inovadoras que facilitem a integração da agricultura no ambiente urbano como um fator permanente, natural e indispensável, assegurando assim, aos pobres, o acesso adequado à terra e a outros recursos. Bancos de terra, planejamento urbano participativo, e esquemas de cessão de terra a longo prazo são exemplos de abordagens inovadoras que têm sido experimentadas com sucesso.

Todos os leitores estão convidados a contribuir para os futuros números da Revista de Agricultura Urbana. Os artigos devem ter, de preferência, um máximo de 2.500 palavras, e ser acompanhados por ilustrações (digitalizadas e de boa qualidade), referências e resumo. Conforme a sugestão do Conselho Editorial, nós estamos recebendo contribuições sobre qualquer assunto ligado à Agricultura Urbana. Os artigos serão examinados para publicação por uma equipe formada pelo editor responsável indicado pelo RUAF e por um co-editor consultor científico externo.

O terceiro número da Revista em chinês está sendo produzido. O primeiro número em árabe foi publicado e distribuído, e o segundo está sendo produzido. As edições de números 8 e 9 em espanhol foram publicadas, e a décima será lançada em breve. E também a oitava edição em francês da Revista já foi distribuída. Os leitores dessas línguas estão convidados a contatar os responsáveis pelas edições regionais (para mais informações sobre as edições regionais e assinaturas, clique aqui).

Esperamos continuar merecendo sua atenção e também receber seus comentários e contribuições.

Os Editores

## **Editorial: Disponibilidade, acesso e condições de uso da terra para agricultura urbana**

*Takawira Mubvami, Shingirayi Mushamba e René van Veenhuizen*

### **Conferência eletrônica**

*Michael Baumeister e Henk de Zeeuw*

Um número crescente de cidades e países está interessado em incluir a agricultura urbana em suas estratégias e programas para reduzir a pobreza urbana e melhorar a segurança alimentar nas cidades. Para facilitar esse processo, de 3 a 26 de novembro de 2003, o Programa de Gestão Urbana da ONU (PNUD – ONU-Habitat), e a ETC-RUAF organizaram uma conferência eletrônica sobre a otimização do acesso dos pobres urbanos à terra para atividades produtivas agrícolas.

### **O acesso à terra para os imigrantes na periferia de Beijing**

*Shenghe Liu, Jianming Cai e Zhenshan Yang*

As terras agrícolas na periferia de Beijing são propriedade das unidades rurais coletivas locais (comitês das vilas) mas são cultivadas principalmente por imigrantes que não possuem “hukou” (registro de residência local). É uma situação bem diferente da produção agrícola típica na China, onde as terras agrícolas são propriedade da população rural local e cultivadas por ela. Dois estudos de caso foram conduzidos no distrito de Haidian, periferia de Beijing, para estudar como os imigrantes, em Beijing, ganham acesso à terra para cultivo.

### **Otimizando o uso da terra agrícola em Kano**

*E. A. Olofin e A. I. Tanko*

Este artigo resume as conclusões de uma série de estudos e pesquisas em Kano, a maior cidade no norte da Nigéria, que revelam a importância da agricultura urbana e periurbana na região e suas contribuições para melhorar a nutrição, a segurança alimentar doméstica, a geração de empregos etc., dos moradores da cidade, além de discutir o acesso dos produtores à terra.

### **O acesso à terra para a agricultura urbana em Kampala**

*Lillian N. Kiguli, Augustus Nuwagaba, David Mwesigwa e Juliet Kiguli*

A agricultura em Kampala é praticada principalmente nas favelas nas áreas mais baixas, onde os pobres vivem em condições muito precárias. Embora a agricultura urbana permita, aos produtores, um acesso facilitado aos serviços e aos mercados, o acesso à terra, para produzir alimentos e criar animais, é um grande desafio para os pobres urbanos.

### **A questão da terra e a agricultura urbana em Bamako**

*Dr. Dieudonné Zalle, Ms. Fatima Meite e Mr. Amadou Konate*

As cidades africanas experimentam um desenvolvimento descontrolado, e Bamako, a capital do Mali, não é exceção. Seu rápido crescimento mantém os planejadores urbanos confusos e excede o orçamento nacional destinado a apoiar a urbanização. A agricultura urbana é um caminho para ajudar a atender a crescente demanda por alimentos na cidade.

### **O acesso à terra e à água para a horticultura urbana em Accra**

*Emmanuel Obuobie, George Danso e Pay Drechsel*

O acesso à terra e à água são fatores fundamentais para os agricultores urbanos. Frequentemente, tanto a terra como a água são de qualidade deficiente, e seu uso é informal ou ilegal. Assim, as autoridades municipais vão compreendendo que aumentar a segurança na posse da terra e permitir aos agricultores investirem em sistemas de manejo da água ajuda também a satisfazer as preocupações com a saúde pública.

## **O problema do acesso à terra em Divo**

*Paola Iaccarino Idelson*

A questão do acesso à terra, principalmente para a agricultura urbana, envolve várias esferas dos domínios público e privado: políticas, legais e socioeconômicas. O acesso facilitado à terra significa acesso aos alimentos, enquanto que um acesso mais difícil freqüentemente leva à insegurança alimentar e a um forte sentimento de angústia com relação ao futuro. Este artigo é baseado em um estudo descritivo que analisou as diferentes categorias de pessoas na cidade de Divo, Costa do Marfim. Focaliza as várias diferenças entre os moradores locais e os imigrantes, e aponta as conseqüências que o acesso à terra tem em suas vidas. O estudo argumenta que os aspectos que condicionam a vida dos imigrantes e o reconhecimento formal da agricultura urbana em Divo (e do seu potencial) são fatores cruciais para a definição de uma política pública capaz de ajudar a população mais pobre.

## **Agricultura urbana e periurbana em Setif**

*Abdelmalek Boudjenouia e Andre Fleury*

Na Argélia, a agricultura periurbana não é reconhecida. Esse tipo de agricultura de pequena escala ao redor de cidades como Setif não é diferenciada, pelas autoridades, da atividade agrícola de grande escala, como o cultivo de grãos nas áreas rurais. Com a liberalização da política econômica, desde 1987, os agricultores têm mais liberdade para decidir suas atividades agrícolas. Uma política que promova hortas domésticas nos assentamentos populares na periferia de Setif é necessária para atender várias funções como nutrição, recreação e melhoria ambiental.

## **Otimização do uso das terras livres em Rosário**

*Marielle Dubbeling*

A experiência em curso em Rosário, na Argentina, descrita nesse artigo, é uma das três que estão sendo desenvolvidas simultaneamente pelo projeto “Otimizando o uso agrícola de terrenos baldios urbanos”, promovido pelo Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe (PGU-ALC). As outras duas cidades são Cienfuegos, em Cuba, e Governador Valadares, no Brasil.

## **Transformando lotes baldios em espaços produtivos em Cienfuegos**

*Alejandro R Socorro Castro*

A experiência em curso em Cienfuegos, descrita nesse artigo, é uma das três que estão sendo desenvolvidas, simultaneamente, pelo projeto “Otimizando o uso agrícola de terrenos baldios urbanos”, promovido pelo Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe (PGU-ALC). As outras duas cidades são Rosário, Argentina, e Governador Valadares, Brasil.

## **Hortas comunitárias em eThekweni, África do Sul**

*M.G. Leech*

A cidade de eThekweni tem muitas áreas públicas reservadas por diversas finalidades, mas que ainda não puderam ser usadas ou desenvolvidas por causa da carência de recursos. No início de 1998, o Conselho Municipal começou a estimular o plantio de hortas comunitárias em muitas dessas áreas, objetivando promover uma situação onde todos ganhem: a comunidade e a municipalidade.

## **Hortas comunitárias nas cidades das Filipinas**

*Robert J. Holmer, Merlito T. Clavejo, Stefan Dongus e Axel Drescher*

Hortas comunitárias são aquelas onde os produtores compartilham os recursos produtivos básicos como a terra, a água e a luz do sol. Esta definição inclui tanto as hortas onde cada produtor tem o seu próprio lote (parcela individualizada) como aquelas onde todos trabalham juntos. Desde março de 2002, um projeto está sendo implementado em Cagayan de Oro, no sul das Filipinas, para estabelecer quatro

hortas (divididas em parcelas) em diferentes áreas da cidade, com apoio financeiro do Programa EuropeAid's AsiaUrbs.

### **Agricultura urbana na região de Bexley, em Londres, Inglaterra**

*Beacon Mbiba*

Esse estudo analisa a sub-utilização das terras agrícolas na região de Bexley, em Londres, e considera o desafio que os administradores municipais enfrentam para tomar decisões sobre o uso futuro dessas áreas. Enquanto que, para vários usos do solo, os custos e benefícios financeiros são bem evidentes – e significativos, isso não ocorre quando se analisa sua destinação para agricultura urbana. Essencialmente, as decisões técnicas quanto ao uso das terras são tomadas com um olho na política local e nas pressões vindas dos diferentes interessados que competem por elas.

### **Facilitando o acesso à terra para os agricultores da periferia de Copperbelt**

*Gail Steckley e Mike Muleba*

A insegurança com relação à posse da terra é um fator limitante para os moradores das periferias de Copperbelt, Zâmbia, realizarem todo o potencial da agricultura urbana como uma estratégia de sobrevivência. Esse estudo explora o papel do Projeto de Sobrevivência Urbana em Copperbelt na facilitação de soluções para as disputas de terra que afetam os moradores pobres das periferias urbanas usando a abordagem “negociações baseadas no interesse”.

### **O direito ao uso de água para a agricultura na Índia**

*Max Haan*

Não é incomum, para os agricultores urbanos e periurbanos, usarem águas servidas na produção de suas safras. De acordo com a legislação indiana, pode-se argumentar que os produtores que usam águas servidas têm o direito de fazê-lo, enquanto que cabe ao governo assegurar a qualidade dessas águas. Esse artigo pretende contribuir para a criação de um marco legal mais adequado, oferecendo uma visão constitucional sobre o direito de acesso a água compatível com o uso agrícola.

### **Aspectos legais e políticos da agricultura urbana na Tanzânia**

*Malongo R.S. Mlozi*

A agricultura urbana na Tanzânia vive um contexto nacional que a favorece dos pontos de vista das políticas públicas e da legislação. Essas políticas foram iniciadas durante as décadas de 70 e 80 do século passado para encorajar as pessoas a produzirem sua própria comida. No nível municipal erificou-se, durante a década de 80, que essas políticas – particularmente as que encorajavam a criação de animais – também tinham impactos negativos, de modo que algumas normas municipais foram revistas. Esse artigo descreve este processo.

### **A integração da agricultura urbana no planejamento na Turquia**

*Mercan efe*

Na Turquia, a agricultura urbana não aparece nos “códigos de classificação da posse e do uso da terra” usados no planejamento urbano. Essa classificação foi desenvolvida há 25 anos, e não é muito clara com relação a alguns usos, e precisa ser atualizada, conforme sugestões reunidas nesse artigo.

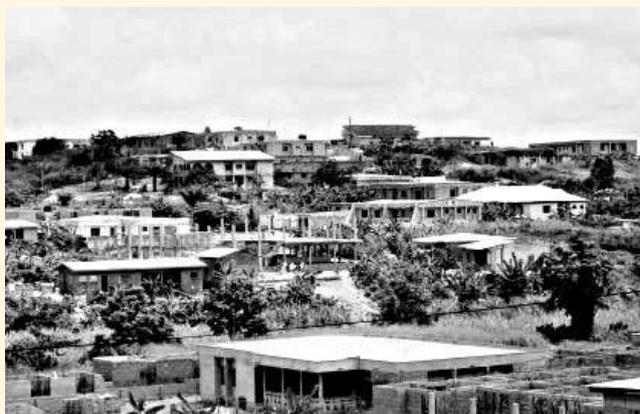
## EDITORIAL

# Disponibilidade, acesso e condições de uso da terra para agricultura urbana

Takawira Mubvami, MDP  
Shingirayi Mushamba, MDP  
René van Veenhuizen, ETC

**A terra é um recurso importante para a agricultura urbana. De fato, a agricultura urbana requer algum espaço de terra, independentemente de ser o sistema produtivo baseado diretamente no solo ou não. Assim sendo, a terra é e continuará sendo um recurso particularmente preocupante para os produtores urbanos. Mas a terra, ou melhor, o uso adequado do solo, também preocupa cada vez mais os planejadores urbanos e os formuladores de políticas municipais, que precisam considerar as diversas demandas que pedem por mais terra, bem como as suas funções dentro e ao redor da cidade.**

A agricultura urbana tem sempre participado dos assentamentos urbanos. No passado e mesmo hoje em dia, muitos habitantes urbanos voltam-se para ela como parte de suas estratégias de sobrevivência. Embora a quantidade de comida produzida pela agricultura urbana não equivalha à produção rural, seu impacto é bastante considerável. As políticas nacionais e municipais não costumam reconhecer essa importância, e consideram a agricultura urbana como algo ultrapassado, que não tem mais lugar no planejamento urbano moderno. Esse preconceito coloca diversos desafios fundamentais para a agricultura urbana: a terra nas cidades não está disponível ou não é acessível – e, quando disponível e acessível, é muitas vezes inadequada.



*A agricultura urbana tem que competir com vários outros usos importantes do solo urbano. Foto: IWMI Gana*

A disponibilidade refere-se à existência de terra que possa ser utilizada para agricultura urbana, a curto, médio ou longo prazo. O acesso refere-se à possibilidade de essa terra ser realmente usada por famílias ou grupos mais carentes, levando-se em consideração as normas administrativas e os mecanismos de solução de conflitos. Nos últimos anos, muitos programas voltados para a agricultura urbana têm sido criados, mas as legislações existentes ignoram a sua existência e impedem sua integração oficial ao planejamento urbano. As condições de uso da terra para agricultura urbana é uma função da topografia, da textura e da fertilidade do solo, da umidade e de outros aspectos ambientais.

O acesso a áreas viáveis e adequadas, dentro de um marco legal apoiativo, irá assegurar uma agricultura urbana sustentável. As perguntas que fazemos - e para as quais buscamos encontrar soluções nesta edição da Revista de Agricultura Urbana - são se existem terras adequadas disponíveis, e como a elas se tem acesso, especialmente, os pobres urbanos. Para articular mais e elaborar melhor essas questões, nós nos valem das ricas experiências apresentadas na recente conferência eletrônica sobre o tema (ver artigo nesta edição).

## Disponibilidade

Uma cidade é uma entidade dinâmica que se desenvolve continuamente; novas estruturas espaciais são criadas enquanto outras desaparecem. Conseqüentemente, a maioria das cidades tem inúmeros espaços temporária ou permanentemente vazios, que poderiam ser usados para a produção de alimentos. A agricultura urbana acontece nos quintais das casas ou fora deles, e nas áreas maiores disponíveis na periferia das cidades. A agricultura nos quintais é limitada pelo tamanho da área não edificada, e espaços adicionais podem ser criados em terraços e varandas. O desafio aqui é determinar o tamanho das áreas de plantio adequadas para os grupos das várias faixas de renda, no planejamento urbano. A agricultura urbana fora dos quintais acontece ao longo das rodovias, das linhas de trem e sob as linhas de transmissão de energia; em áreas reservadas para futura urbanização; e em terras públicas e institucionais. O acesso a tais áreas é determinado por vários fatores, incluindo redes informais e de informação. As áreas periurbanas formam a categoria mais facilmente disponível. Aqui, a regra de acesso é muitas vezes determinada pelos padrões de posse da terra, e estão sujeitas a uma mistura de regras tradicionais e modernas.

Ainda assim, na maioria das cidades e vilas, não existem áreas previstas no zoneamento urbano especificamente destinadas à produção agrícola. Apenas em alguns poucos países, como no Botsuana, a agricultura urbana foi recentemente considerada como parte do planejamento ambiental urbano. É crucial incorporar a agricultura em outros programas dedicados à redução da pobreza, ao crescimento econômico local, à geração de emprego, à prevenção de problemas de saúde e de criminalidade e às iniciativas culturais envolvendo os jovens urbanos, principalmente por meio de atividades em hortas comunitárias.

Entretanto, existe uma crescente demanda de terra dentro das áreas urbanas, principalmente para uso residencial, comercial, institucional e industrial. Os casos de Kano, na Nigéria; de Setif, na Argélia; de Bamako, no Mali; e das cidades da Tanzânia mostram que a agricultura urbana enfrenta uma competição muito dura com outros usos mais "legais" das terras urbanas. Portanto, não é uma coincidência que a agricultura urbana esteja sendo praticada em áreas marginais e em ecossistemas frágeis, como pântanos e encostas – ou que esteja sendo expulsa para a periferia das cidades, onde é tolerada até que outros projetos de desenvolvimento urbano requisitem as mesmas áreas (como ilustrado no caso de Bamako).

Infelizmente, a agricultura urbana não pode competir com bastante força contra os outros usos para a terra das cidades, e por isso freqüentemente é derrotada. Compensar essa tendência requer políticas que garantam terra para a prática da agricultura, mas não na base da oferta e da procura que prevalece no mercado, mas sim pelo importante papel que ela desempenha na sobrevivência de muitas famílias urbanas, principalmente das mais pobres - além de outras funções ambientais, culturais etc. Como mencionado anteriormente, as terras que costumam estar mais disponíveis para a agricultura são as áreas públicas ou as destinadas a serem futuramente desenvolvidas com variadas formas de empreendimento e incorporação.



Foto: Mario Gonzalez Novo

A duração a longo prazo dessa disponibilidade não é portanto garantida. Em muitas cidades, como em Accra, Setif e Divo, o prazo de arrendamento de terras para uso agrícola não costuma ser maior do que um ano. Isso significa que o produtor urbano não pode planejar a longo prazo, e também limita os serviços e outros recursos, como crédito, que lhe poderiam ser fornecidos.

Iniciativas para aumentar a disponibilidade de terras para a agricultura urbana precisam de apoio e facilitação por parte da municipalidade. Mas tal cuidado é normalmente prejudicado pela falta de consciência e de informações adequadas. Um bom ponto de partida é fazer um inventário das áreas abertas livres existentes na cidade (usando métodos participativos e Sistemas de Informação Geográfica - SIG) e uma análise de sua viabilidade para o uso agrícola, como ilustrado nos casos sobre cidades latino-americanas (e em vários artigos publicados na 4ª. edição da Revista de Agricultura Urbana).

## Acesso

Muitas vezes existem áreas disponíveis para a agricultura, mas isso não é percebido, ou o acesso a essas terras é muito problemático. Os casos incluídos nesta edição descrevem muitos meios, formais ou informais, para se ter acesso à terra. Os nem-tão-pobres têm acesso de variadas formas: propriedade privada, áreas públicas, áreas institucionais pertencentes a igrejas, ferrovias etc.

Formas tradicionais de propriedade, como as baseadas no direito consuetudinário, também existem (ver os casos de Accra, Kano e Divo). O acesso formal e informal dos mais pobres à terra inclui plantios em conjunto, invasão, aluguel, arrendamento, herança e compra de direitos de posse.

Os casos mencionados mostram que, apesar dos direitos formais de propriedade estarem se tornando predominantes com relação às formas tradicionais de posse, os meios informais de acesso à terra ainda persistem. A propriedade da terra, sua posse, transferência, acesso e direitos de uso envolvem processos complexos e dinâmicos. Existe sempre uma mistura de ambos os sistemas – o tradicional e o moderno (ver o caso de Gana).

Requerer acesso formal parece ser quase impossível por causa dos procedimentos burocráticos demorados e obscuros, ou da relutância das municipalidades em formalizar arrendamentos ou cessões de longo prazo.

O caso de Gana revela a complexidade das transferências de terra, levando as pessoas a optarem por outros tipos de arranjos que são menos seguros. O papel dos laços informais, de parentesco, amizade, comradio e outras relações sociais são importantes para tais sistemas de acesso à terra e ao trabalho. Entre as estratégias informais usadas pelos produtores para conseguirem terras urbanas para cultivar, estão os investimentos em relações sociais (casamento), grupos de pressão para obterem ou arrendarem áreas, ocupação de áreas baldias etc.

As pessoas recém-chegadas às cidades (migrantes) muitas vezes não têm as relações sociais que lhes facilitariam o acesso seguro à terra e à água. Os grupos dominantes muitas vezes têm posição privilegiada com relação ao acesso à terra, e impedem a entrada dos migrantes.

Em Divo, Costa do Marfim, a maior parte dos migrantes está limitada a alugar áreas em condições muito inseguras e desfavoráveis, ditadas pelos proprietários, que usam os migrantes para desbravar áreas e prepará-las para a produção, e então os despejam e tomam posse dos terrenos.

A grilagem de terra e a corrupção, o aumento do preço do arrendamento, e a contaminação crescente dos solos e da água para irrigação são outros problemas encontrados.

Tais problemas muitas vezes levam a conflitos. O caso de Zâmbia revela alguns dos problemas críticos que podem surgir da utilização de uma área, envolvendo os proprietários de boa-fé e vários outros usuários. As técnicas de resolução de problemas são muito importantes, pois podem trazer as várias partes interessadas para uma mesa de negociação e discutir seus problemas.

Também existem diferenças entre homens e mulheres no acesso à terra. Embora sejam as mulheres quem, na maior parte das vezes, trabalham a terra, são principalmente os homens que detêm os títulos dos terrenos. As mulheres são portanto dependentes dos homens para terem acesso à terra e a outros recursos e insumos necessários à produção agrícola, e, se não tiverem a ajuda do marido ou de um irmão, precisam encontrar um outro meio para arrendar a terra.

O caso de Kampala demonstra como, em resultado, as mulheres cultivam as terras menos adequadas, freqüentemente muito contaminadas, podendo por isso prejudicar a saúde de seus familiares e dos compradores que consomem seus produtos.

### Condições de uso

Muitos fatores determinam a adequação ou as condições de uso da terra para a prática da agricultura urbana, tais como o tamanho dos lotes, a qualidade do solo, a disponibilidade de água, a segurança quanto à posse da terra etc. A história da área onde estão os lotes ou o sistema de produção agrícola também pode influenciar a viabilidade do uso da terra. O caso de Rosário dá uma visão geral das variáveis selecionadas para definir a adequação da terra para a agricultura: qualidade ambiental, potencial agrônômico, uso atual (e anterior – por exemplo: se a área já foi usada para descarte de materiais tóxicos), regulamentos e normas locais para uso do solo; projetos planejados para o local; abastecimento de água; propriedade; presença de grupos interessados na prática da agricultura.

A disponibilidade e as condições de uso da água foram ressaltadas nos casos de Accra e Hyderabad. Os produtores urbanos muito freqüentemente usam água contaminada para adubar seus plantios. Por outro lado, os nutrientes contidos nas águas servidas podem evitar ou reduzir o uso de fertilizantes sintéticos dispendiosos (ver Revista de Agricultura Urbana no. 8).

### Marco legal

A situação legal dos terrenos pode variar muito: uma percentagem significativa das áreas urbanas é objeto de disputas, enquanto que outras áreas são terras públicas, ou foram vendidas, arrendadas ou doadas a instituições, empresas ou pessoas. Normas devidamente regulamentadas que fortaleçam, promovam ou formalizem a destinação de áreas para empreendimentos produtivos alternativos – tais como a agricultura urbana – raramente existem na maioria das cidades. O uso de áreas urbanas para a agricultura é visto normalmente como uma atividade ilegal, economicamente inviável e ambientalmente nociva. Até que a legislação passe a dar suporte à agricultura urbana, será muito difícil legitimá-la e atrair recursos para desenvolvê-la. O caso da Tanzânia confirma esse argumento ao informar que as políticas nacionais e as leis precisam ser coerentes com as normas e posturas municipais.



Foto: IAGU

O reconhecimento e a legitimação da agricultura urbana não eliminam a competição pelos recursos com outros usos e atividades ligados à terra, mas pelo menos nivela a disputa e fornece um marco legal que permite respostas aceitáveis para as demandas de recursos de modo mais justo e igualitário. Em alguns países a legislação enfatiza mais a propriedade do que o uso da terra (em Kampala, por exemplo), em detrimento da agricultura. A maior parte das normas relacionadas com a agricultura urbana tende a controlar a atividade, mais do que a facilitar o seu desenvolvimento. As normas e regulamentos devem ser apoiativos, e não inibidores ou controladores de um modo negativo.

### **Melhorando o acesso à terra para a agricultura urbana**

O quadro geral pode parecer um círculo vicioso: a terra não está disponível ou o acesso é negado; se esse não é o caso, a terra muitas vezes não tem condições de ser cultivada. Esse quadro limita a flexibilidade do agricultor para planejar e prejudica sua habilidade para mobilizar recursos, e – por que não consegue realizar seu pleno potencial – a agricultura urbana muito freqüentemente não consegue competir com eficiência contra outros usos possíveis do solo urbano. Alguma ação positiva é necessária para quebrar esse círculo.

Uma vez que os principais interessados estejam convencidos do impacto positivo da agricultura urbana, tendo sido informados cuidadosa e suficientemente, é necessário um processo participativo de diagnóstico e ação, incluindo pesquisas, planejamento, tomada de decisões e implementação.

Esta edição descreve vários arranjos para aumentar o acesso à terra e a outros recursos. Eles variam desde arranjos temporários, como em eThekweni, na África do Sul, onde são permitidas hortas comunitárias, até a otimização cuidadosa do uso das áreas disponíveis, como em Rosário e Cienfuegos. Outra estratégia é a criação de hortas comunitárias divididas em lotes (parcelas) em áreas particulares arrendadas por associações de pessoas mais pobres. Algumas vezes nem toda a terra é totalmente utilizada, mas ela é vista como um elemento multi-funcional e importante para todos os seus variados usuários (ver o caso de Londres). A criação de hortas comunitárias divididas em parcelas individuais ou familiares, como nas Filipinas, destaca a necessidade do envolvimento ativo da municipalidade, mas também de uma boa percepção das relações sociais locais.

A maior parte dos casos apresentados nesta edição fornece sugestões que podem ser úteis no projeto de programas bem-sucedidos em agricultura urbana. Eles enfatizam a importância de abordagens inovadoras e técnicas que facilitem a integração da agricultura no panorama urbano como um elemento permanente e legítimo, assegurando-se assim o acesso adequado à terra e a outros recursos indispensáveis para os pobres urbanos. Bancos de terra, planejamento urbano participativo e arrendamentos a longo prazo são exemplos de abordagens inovadoras que já estão sendo experimentadas com sucesso.

Conferência eletrônica

## Otimizando o uso agrícola de áreas urbanas

"Acesso à terra e à água, normas e regulamentos adequados e integração ao planejamento do uso do solo"

Michael Baumeister e  
Henk de Zeeuw

**Um número crescente de cidades está interessado em incluir a agricultura urbana em suas estratégias e programas para reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar de seus habitantes. Para facilitar esse processo, entre 3 e 26 de novembro de 2003, o Programa de Gestão Urbana (PNUD / ONU-Habitat) e o ETC-RUAF organizaram uma conferência eletrônica sobre a otimização do acesso dos pobres urbanos à terra para atividades agrícolas.**

### Conferências eletrônicas do RUAF

As conferências eletrônicas do RUAF são planejadas para facilitar a troca de experiências e o debate sobre agricultura urbana entre um grande grupo de pessoas interessadas nesse tema. Em [www.ruaf.org](http://www.ruaf.org) há mais informações sobre esta e outras três conferências eletrônicas, previamente organizadas:

2003: O uso de águas servidas não tratadas na agricultura urbana em países pobres (com o IWMI)

2002: Metodologias apropriadas para a agricultura urbana (com o CGIAR-Programa Colheita Urbana)

2001: Saúde, planejamento do uso do solo e segurança alimentar (com a FAO)

### Os objetivos da Conferência Eletrônica foram:

1. Compartilhar e discutir experiências locais sobre estratégias alternativas para melhorar e garantir o acesso dos pobres urbanos à terra dentro das áreas urbanas para a produção de alimentos;
2. Compartilhar e discutir experiências locais com o desenvolvimento e aplicação de leis, normas e regulamentos municipais relacionados com o acesso à terra para a agricultura urbana.

Duas situações principais (ou grupos-alvo) foram definidas:

- As famílias pobres urbanas que já praticam a agricultura urbana como parte de sua estratégia de sobrevivência;
- Habitantes pobres urbanos sem acesso à terra e precisando de fontes alternativas de subsistência e renda.

### Compartilhando experiências

A discussão por mensagens eletrônicas foi originalmente planejada para durar três semanas, mas devido às muitas contribuições entusiasmadas, ela durou uma semana a mais. No total, 400 participantes de 82 países se registraram e muitos mais acompanharam as discussões visitando o sítio do RUAF na Internet. Dos participantes, 36% eram mulheres e 64% eram homens.

Cerca de 33% dos participantes tinham relações com institutos de pesquisa ou universidades, 13% eram ligados a governos municipais ou entidades governamentais, 26% ligados a ONGs ou organizações comunitárias, 10,5% eram estudantes e 17,5% tinham outros perfis variados. A participação de formuladores de políticas e de praticantes foi maior nesta conferência do que nas anteriormente organizadas pelo RUAF.

Foram recebidas mais de 450 contribuições relevantes para as discussões e cerca de 30 documentos foram adicionados à seção "Documentos de fundo" na página da conferência na Internet. Esses foram números encorajadores, indicando um forte interesse no compartilhamento de experiências sobre esse tópico de especial importância para o desenvolvimento de políticas locais e do planejamento urbano e para os futuros projetos de agricultura urbana.

### **Acesso à terra para os pobres urbanos**

As experiências apresentadas na conferência eletrônica ilustraram os muitos meios pelos quais os pobres urbanos buscam assegurar acesso à terra (e à água): investimentos em relações sociais, desenvolvimento de estratégias de parcerias entre famílias ou unindo-se a pessoas com maior acesso à terra, pressão individual ou em grupo sobre os responsáveis por áreas públicas ou institucionais, ocupação de áreas livres, bem como o desvio de drenos e canos que conduzem águas servidas a serem usadas na irrigação dos cultivos. As experiências indicam a importância de se desenvolver uma cuidadosa compreensão dos modos como as pessoas criam e garantem o seu acesso à terra e como os costumes, as tradições e os direitos estatutários a ela interagem, antes de se criar qualquer planejamento ou regulamentação do uso do solo.

### **Limitações encontradas pelos produtores urbanos**

Foi discutido um grande número de fatores que limitam o acesso dos produtores às terras urbanas. Para os produtores que pretendem trabalhar nas áreas periurbanas, falta um marco legal que lhes dê formalidade, e na disputa pela terra travada por incorporadores imobiliários, pelos migrantes e pelos pobres urbanos, a coesão social tende a diminuir.

Os direitos formais de propriedade vão se tornando dominantes com relação aos antigos mecanismos baseados na tradição e nos costumes. A grilagem de terra e a corrupção, o aumento do preço de arrendamento de terras, e a crescente contaminação dos solos e das águas foram outros problemas identificados. Os pobres rurais que migram para as cidades não têm relações sociais nelas que lhes ajudem a terem acesso à terra e à água.

Esse grande grupo também se vê diante dos altos preços da terra e da falta de recursos para comprá-la ou arrendá-la, enquanto que as terras mais acessíveis são de péssima qualidade. Os proprietários pouco cooperativos das áreas baldias e as autoridades locais sempre dispostas a expulsar os produtores das áreas que ocupam são outras ameaças permanentes.

### **Aumento do acesso às terras públicas**

A conferência eletrônica demonstrou que várias municipalidades, ONGs e outros interessados já têm uma variedade de estratégias promissoras para melhorar o acesso dos pobres urbanos à terra e à água para a prática da agricultura. Uma das abordagens aplicadas regularmente é a provisão de áreas baldias e não edificáveis, públicas e institucionais, para os pobres urbanos para uso temporário em agricultura. Uma cidade é um mecanismo vivo que cria continuamente novas estruturas espaciais enquanto outras definham.

Em muitas cidades, existe uma grande quantidade de espaços vazios, temporária ou permanentemente, que podem ser usados para a agricultura urbana. Um bom ponto de partida é fazer um levantamento das áreas abertas disponíveis na cidade (usando métodos participativos e SIG) e a análise de sua adequação ao uso agrícola.

Um Banco Municipal de Terras Agrícolas pode pôr em contato os proprietários de áreas que precisam de usuários que trabalhem nelas, de modo temporário ou permanente, e os produtores que precisam de áreas para plantar. Além disso, a formulação de posturas municipais que regule o uso (provisório) das terras livres na cidade é muito importante para os produtores, pois lhes dá legalidade e garantia para planejarem sua ocupação provisória.

Outra lição evidenciada na conferência é o papel que os proprietários institucionais e paraestatais podem desempenhar no arrendamento temporário de terras vagas para os pobres e excluídos. Também a importância de uma organização independente (por exemplo, uma ONG) desempenhar um papel de mediador e poder criar situações aceitáveis para ambas as partes.

Treinamento agrícola sobre práticas de gerenciamento e manejo adequados das áreas, que sejam plenamente aceitáveis pelo proprietário institucional, também é muito importante.

Entretanto, a provisão de terra não é suficiente: o acesso à água de qualidade aceitável também é crucial. Desde que os produtores pobres nas regiões mais secas freqüentemente dependem das águas servidas, normas adequadas relativas ao uso seguro dessas águas devem ser desenvolvidas (ver exemplos dessas normas e parâmetros na Revista de Agricultura Urbana no. 8, de novembro de 2002).

### **Hortas comunitárias divididas em lotes individuais**

Outra estratégia é a criação de hortas comunitárias em áreas particulares arrendadas a associações locais. As experiências apresentadas na conferência eletrônica indicam que, antes de tudo, é importante que exista uma boa compreensão das relações sociais locais, antes que os participantes sejam selecionados e os grupos formados.

O envolvimento ativo da municipalidade é importante tanto quanto a disponibilidade de uma entidade (departamento municipal, ou ONG) que desempenhe um papel de facilitador ou de coordenador. É necessário definir condições de manejo adequado da área (por exemplo, a escolha das colheitas, o compromisso de não edificar construções definitivas, o manejo adequado dos resíduos) e apoiar os horticultores dos lotes no aprendizado e aplicação das práticas necessárias.

O aumento da taxa municipal nas áreas urbanas baldias ou a redução das taxas para os proprietários de terras que sejam plantadas poderia facilitar isso.

### **Zoneamento para agricultura urbana**

A aceitação da agricultura como um uso permanente e válido de terras urbanas, e sua integração no planejamento do uso do solo das cidades, foi uma terceira estratégia discutida. As geralmente restritivas políticas voltadas para a agricultura urbana e periurbana não funcionam: a agricultura urbana sobrevive sempre, qualquer que seja o ambiente legal e político que prevaleça nas cidades.

Sob políticas mais restritivas, os problemas associados com a agricultura urbana permanecem não atendidos enquanto que suas vantagens não podem ser utilizadas. Sendo assim, a legalização da agricultura urbana e a demarcação de zonas especiais onde ela possa ser implementada são iniciativas veementemente defendidas por muitos praticantes.

A proteção legal da agricultura urbana – em certas partes da cidade – a tornará mais sustentável e facilitará a manutenção de suas áreas verdes. Entretanto, o zoneamento em si mesmo não será suficiente: a manutenção depende da vontade política das autoridades locais e a capacidade técnica e financeira da prefeitura. Outra condição é que os serviços adequados sejam fornecidos aos agricultores urbanos, preferencialmente por meio de programas apoiados pelos diversos interessados.

A integração da agricultura urbana no planejamento do uso do solo urbano exige um processo (inter)ativo envolvendo vários tipos de interessados, de perspectivas e de funções.

Para habilitar tal processo, é importante criar uma instância ou plataforma para tratar dos assuntos relacionados com agricultura urbana, segurança alimentar e meio ambiente, com a participação dos interessados locais, inclusive dos departamentos municipais atuantes nessas áreas, ONGs e organizações de produtores.

O estabelecimento de um escritório municipal de coordenação foi de muito valor em vários casos, bem como o envolvimento e a colaboração dos departamentos municipais. Além disso, os participantes da conferência eletrônica observaram a importância do apoio aos produtores urbanos e periurbanos para se organizarem, defenderem seus interesses, e dialogarem melhor com os demais grupos cujos interesses se confundem ou contrastam com os deles.

É fundamental fornecer mais informações aos planejadores municipais sobre os riscos e benefícios de cada modalidade de agricultura urbana, como base para o desenvolvimento, com participação ativa dos produtores, de normas efetivas para as práticas de manejo que devem ser adotadas em cada modalidade, e as condições sob as quais tais tipos de agricultura são aceitáveis em certos locais.

### **Diferenciação de gênero no acesso à terra e à água**

A questão do gênero diante do acesso à terra provocou alguma discussão e muitas observações interessantes. A diferenciação por gênero no acesso aos recursos produtivos e a divisão do trabalho entre homens e mulheres na agricultura precisam ser analisadas em cada cidade e para cada tipo de agricultura urbana, especificando-se as limitações e oportunidades que cada uma oferece para os homens, as mulheres e as crianças. É necessário ser cuidadoso com a transferência de conhecimentos sobre as questões de gênero na agricultura rural para a agricultura urbana, já que o contexto urbano e suas condições podem levar a importantes mudanças na definição cultural dos papéis, na divisão do trabalho e no acesso aos recursos produtivos. Os participantes recomendaram que os projetos de agricultura urbana devem focalizar especificamente as mulheres de modo a superar a atual diferenciação no acesso à terra, apoiando principalmente aquelas que são chefas-de-família. Uma atenção especial precisa ser dada à venda e ao processamento dos produtos, e mais pesquisa precisa ser efetuada sobre a diferenciação por gênero no acesso aos recursos na agricultura urbana.

### **Problemas encontrados pelas prefeituras**

Foram mencionados vários problemas enfrentados pelas municipalidades no processo de otimizar o uso agrícola de áreas urbanas. Já foi mencionada, acima, a falta de consciência e de informações adequadas por parte das autoridades e formuladores de políticas locais. Isso é especialmente verdadeiro com relação ao levantamento dos riscos ambientais e sanitários associados à agricultura urbana, e das estratégias disponíveis para reduzi-los. A contribuição da agricultura urbana para a realização de várias prioridades municipais muitas vezes não é suficientemente percebida.

O desenvolvimento de políticas municipais adequadas, de leis, normas e regulamentos voltados para a agricultura urbana, é impedido pela falta de bons exemplos. As municipalidades muitas vezes têm uma capacidade limitada para formular políticas em agricultura urbana e programas de apoio relacionados a ela, e/ou para controlar e aplicar essas normas e leis.

A integração da agricultura no desenvolvimento urbano e nos planos de uso do solo é muitas vezes restringida pela falta de conhecimento da existência de metodologias práticas. Finalmente, muitos governos locais ainda subestimam a importância da preservação de áreas verdes na cidade.

Vários participantes também apontaram a necessidade de adaptações nas leis federais de modo a permitir novos desenvolvimentos no nível local.

Outros temas discutidos foram a reutilização das águas servidas, o uso do composto na agricultura urbana, a questão delicada da criação urbana de animais, os sistemas inovadores de cultivo em áreas restritas, urbanas ou periurbanas, o tamanho mínimo dos lotes individuais ou familiares, e o uso de SIG em assuntos ligados à agricultura urbana.

Para uma visão mais completa dessas discussões, por favor visite: [www.ruaf.org/conferences\\_fr.html](http://www.ruaf.org/conferences_fr.html).

# O acesso dos migrantes à terra na periferia de Beijing

Shenghe Liu, Zhenshan Yang e Jianming Cai

[caijianmingiog@263.net](mailto:caijianmingiog@263.net)

Instituto de Ciências Geográficas e Recursos Naturais

Academia Chinesa de Ciências, Beijing, China

Fotos: Cai Gaojian

## Conversão e utilização de Áreas Agrícolas

A disponibilidade de terra agriculturável dentro dos limites da cidade de Beijing tem diminuído por causa do acelerado processo de urbanização e do crescimento populacional, principalmente desde 1996. De 1985 a 2002, a área de terras cultivadas encolheu de 421.000 ha para 249.000 ha, enquanto que a população total aumentou de 9,8 milhões para 15 milhões de residentes. A maior perda de terras produtivas ocorreu na região periurbana devido ao padrão de crescimento espacial urbano que prevalece em Beijing. Como uma consequência, a maior parte da terra convertida da agricultura para outros usos em Beijing está concentrada nos subúrbios próximos.

O governo tem se esforçado para garantir que uma certa quantidade de terras já cultivadas permaneça produtiva na periferia de Beijing, de modo a manter um ambiente ecológico urbano sustentável e fornecer hortaliças e outros alimentos. De acordo com o Plano Diretor de Beijing (1993-2010), o futuro desenvolvimento urbano deverá se dar em subúrbios e em distritos mais distantes, além do cinturão verde. E de acordo com o "Regulamento para proteção de terras agrícolas em Beijing", do Conselho Municipal Popular de Beijing, em 1994, "a requisição ou ocupação de terras agrícolas para outros fins deve ser estritamente controlada" (Artigo 15); "Todas as unidades e indivíduos estão estritamente proibidos de deixar áreas cultiváveis sem produzir ou abandonadas." (Artigo 18).

As áreas cultiváveis em Beijing, como em outras partes da China, são de propriedade predominantemente de "unidades coletivas" ou de "comissões locais". De acordo com a "Lei de Administração das Terras da República Popular da China", as terras nas áreas rurais e suburbanas devem ser de propriedade de associações coletivas, menos as áreas que pertençam ao Estado, enquanto que as áreas livres nas cidades são de propriedade do Estado (Artigo 8).



*As casas dos migrantes são melhoradas quando eles podem permanecer na área por mais tempo.*

A população total de Beijing pode ser dividida em 3 categorias baseadas no status de moradia (“hukou”). Desses, apenas os residentes registrados como agricultores nas “comissões locais” podem compartilhar os direitos de usar as terras disponíveis, enquanto que os residentes não agricultores e os migrantes não podem.

A área total de terras cultivadas em Beijing em 2002 foi de 249.000 ha, correspondendo a 15% da área total de terras. De sua população de 14,23 milhões, 3,29 milhões, ou 23% do total, são residentes agricultores; 8,07 milhões (57%) são residentes não agricultores; e 2,87 milhões (20%) são migrantes.

*Dois produtores que cultivam abóboras em estufa para venda no comércio local.*



Existem 4.005 comissões locais em Beijing. A área média cultivada por cada comitê local e seus residentes agricultores é de 62 ha, correspondendo à média de 0,076 ha (760m<sup>2</sup>) por pessoa. Nas localidades estudadas nos dois casos descritos, as vilas de Tujing e de Qinghe, existiam, respectivamente, 131 e 67 ha cultivados, e 753 e 1.343 residentes agricultores, em 2002. A área média cultivada por agricultor é de 0,179 ha (1.790m<sup>2</sup>) e 0,050 ha (500m<sup>2</sup>), respectivamente.

Porém a maioria dos residentes agricultores da periferia de Beijing está relutante em continuar plantando. Ao invés, essas pessoas estão se engajando crescentemente em atividades não agrícolas, que pagam mais e oferecem melhores benefícios sociais e previdenciários - como área de crescimento acelerado ao redor de Beijing central, a região periférica da cidade oferece boas oportunidades de trabalho e assistência social para os residentes locais.

Em 2002, o total de pessoas empregadas no distrito de Haidian era de 49.726, mas apenas 25% (ou 12.627 pessoas) estavam trabalhando com agricultura, silvicultura, criação de animais, ou pesca. Nas vilas incluídas em nossos estudos de caso, menos de 1% da mão-de-obra rural estava envolvida com a produção agrícola, mais de 80% estava empregada em outros setores, e os restantes 19% estava desempregada. As pessoas desempregadas sobrevivem alugando quartos extras para os migrantes e recebendo auxílio social destinado a eles pelo comitê local. Na vila de Qinghe, que é mais próxima do centro da cidade, o comitê local alocou cerca de 30.000 yuans (US\$1,00 = 8,3 yuans), equivalentes a US\$ 3.615, por ano, para cada um de seus residentes, como auxílio social. Essa quantia é aproximadamente 5 a 12 vezes maior do que a renda média anual per capita dos lares de Beijing (5.880 yuan) e da China (2.476 yuan), em 2002, respectivamente.

A renda na vila de Qinghe é derivada principalmente do arrendamento de terras e do crescimento de pequenas empresas, privadas ou de propriedade comunitária, criadas na vila e em sua periferia rural. Na vila de Tujing, existem cerca de 6 mil migrantes que alugam casas. Cobrando-se uma renda anual de 1.200 yuans por pessoa, as casas rurais locais podem gerar uma renda total de 6 milhões de yuans, anualmente, ou 8.000 yuans por residente.

Com o aumento dos custos com a mão-de-obra local, na periferia de Beijing, os trabalhadores precisam ser buscados para preencher a carência na agricultura, para que as terras cultiváveis não sejam deixadas improdutivas ou desperdiçadas (o que é ilegal, conforme a lei mencionada acima).

## Características dos migrantes

Havia 3,87 milhões de migrantes que residem em Beijing por mais de um dia em novembro de 2002 (de acordo com pesquisa nacional de dinâmica populacional), enquanto que 2,87 milhões deles residem em Beijing por mais de 6 meses ao ano. Estatisticamente, eles podem ser vistos como uma parte da população total de Beijing. Mais da metade (58 %, ou 2,24 milhões) desses migrantes reside na periferia de Beijing, 12% nos distritos urbanos, e 30 % nos subúrbios externos e condados vizinhos. Esses migrantes são predominantemente jovens e homens (80% com idade entre 15 e 39 anos, e 62% homens).

Eles geralmente são mais bem educados do que os residentes rurais, mas menos educados do que os residentes urbanos de Beijing. Os migrantes estão geralmente empregados em serviços mais simples e pesados, e nas indústrias intensivas em mão-de-obra: 55% deles estão empregados em serviços como restaurantes, lojas, centrais de reciclagem etc.; 35% trabalham em fábricas e na construção civil; 6% são profissionais autônomos; 2% trabalham na agricultura; e os demais têm outras ocupações. Embora a proporção de migrantes trabalhando na agricultura seja pequena, o número total de pessoas envolvidas é significativo, cerca de 62 mil migrantes; mais do que o número total de trabalhadores rurais vivendo nos subúrbios próximos: 55 mil em 2002.

## O acesso dos migrantes à terra

Em Beijing, a única maneira para os migrantes se engajarem na agricultura urbana é arrendando a terra dos comitês locais ou de agricultores locais. Dois métodos de arrendamento foram identificados nas vilas estudadas.

Com um padrão econômico mais alto, uma população maior e menos áreas cultiváveis, a vila de Qinghe estabeleceu uma agência especial para desenvolver a maior parte de suas áreas agrícolas, onde foram construídas grandes estufas.



*As hortaliças são vendidas pelos próprios agricultores ou por vendedores ambulantes*

Hoje essas estufas estão arrendadas, sob contrato, para migrantes que costumam cultivar hortaliças populares tais como tomate, "chilli", berinjela, abóbora etc. Essas hortaliças são vendidas ao longo das rodovias perto das estufas e em grandes mercados atacadistas. A renda anual média de cada uma dessas estufas varia entre 6.000 a 8.000 yuan por mu (1 mu = 0,67ha), dependendo de sua qualidade e das instalações disponíveis.

O valor anual do arrendamento para os agricultores locais e migrantes é o mesmo, mas os primeiros podem recuperar sua parcela no valor total do arrendamento percebido pelo comitê local, anualmente. Na aldeia de Qinghe, os comitês arrendam a maior parte das estufas. O período básico do contrato é de um ano apenas, devido à incerteza com os resultados, mas pode ser renovado a cada ano. A maior parte desses migrantes é formada por casais jovens das áreas rurais da província de Henan.

Para minimizar os custos, eles normalmente deixam suas crianças em casa, na sua aldeia, com seus avós, e constroem cabanas provisórias junto às estufas. Eles podem ganhar uma renda líquida anual de cerca de 8.000 a 9.000 yuans por pessoa, cinco vezes mais do que conseguiriam faturar em suas aldeias natais. De acordo com os migrantes, há poucas violações de contratos na vila de Qinghe.

A maior parte das terras agriculturáveis (cerca de 77%) em Tujing foi destinada a seus residentes, sob contrato, com uma cota de 2 mu por pessoa para uso livre. O resto da terra, equivalente a 450 mu, é coletivamente arrendado aos migrantes pelo comitê local.



*Os migrantes recentes vivem em cabanas construídas ao lado dos cultivos*

Aquelas famílias locais que relutam em cultivar sua cota, podem arrendar, por meio do comitê local ou diretamente, as suas áreas para que migrantes as cultivem. O arrendamento direto é menos popular e é normalmente recusado pelos migrantes por medo da menor validade do contrato. O preço pelo aluguel é geralmente de 800 yuans por mu por ano, muito menos do que na vila de Qinghe, onde a terra é alugada com uma estufa intacta. O período básico do contrato em Tujing é normalmente de 5 anos, muito maior do que na vila de Qinghe. Isso acontece por que a maior parte dos migrantes arrendatários precisa construir estufas para aumentar a produtividade da terra. Outra razão é que a conversão da terra agrícola para outras finalidades é menos iminente aqui. Como na vila de Qinghe, a maior parte dos migrantes em Tujing também é formada por casais jovens das áreas rurais da província de Henan que deixam suas crianças em sua aldeia local e constroem cabanas temporárias na terra que arrendam. Eles também podem faturar anualmente uma renda de 8.000 a 9.000 yuans por pessoa. Entretanto acontecem aqui mais casos de quebra de contrato na vila de Tujing e os migrantes que arrendam terra aqui correm riscos maiores.

### **Observações e recomendações**

Alugar terras cultiváveis para migrantes na periferia de Beijing por meio de contratos é um arranjo que traz muitos benefícios para os residentes locais rurais, para os migrantes e para a sociedade em geral. Para os residentes rurais locais, não apenas gera renda adicional, mas também - de modo ainda mais importante - atende à obrigação de não deixar as terras agrícolas sem serem cultivadas. Também os ajuda a alcançarem empregos mais bem pagos. Para os migrantes, essa prática fornece uma boa oportunidade para ganhar mais dinheiro usando suas habilidades agrícolas. Do ponto de vista da sociedade, a valiosa terra agrícola nas áreas periurbanas se torna mais produtiva. Além disso, o melhor aproveitamento das terras cultiváveis reduz o processo de expansão urbana nessas áreas.

Entretanto, os métodos de arrendamento de terra e a situação dos migrantes devem ser melhorados. Geralmente, os migrantes sentem-se mais seguros em assinar contratos com os comitês locais das vilas, mais do que diretamente com os residentes locais, por que os comitês são os proprietários legais e a unidade administrativa básica. Outras medidas ainda devem ser tomadas para garantir os direitos de posse da terra dos migrantes durante o período contratual. A produção e as condições de vida dos migrantes na agricultura também precisam ser melhoradas.

# Otimizando o uso das terras agrícolas em Kano, Nigéria

E. A. Olofin - eaolofin@yahoo.com

A. I. Tanko - aitanko@buk.edu.ng

Bayero University

**Kano é uma cidade com uma população entre 2,5 e 3 milhões de habitantes, o que a torna a maior cidade do norte da Nigéria. Vários estudos demonstraram a importância da agricultura urbana e periurbana na região e sua contribuição para melhorar a nutrição, a segurança alimentar das famílias, o nível de emprego etc. dos moradores da cidade.**

Este artigo resume as conclusões de uma série de estudos e pesquisas nos quais os autores estiveram envolvidos. As conclusões referem-se particularmente a uma pesquisa realizada em 1996 em colaboração com o Natural Resources Institute, de Chatham, Inglaterra, e o Departamento de Geografia da Universidade Bayero, em Kano, Nigéria, solicitada pelo DFID (Olofin, 1996; Olofin e outros, 1997); ao relatório de três cientistas em um retorno a um dos locais pesquisados, em 2001 (Lynch e outros, 2001); ao relatório de três outros cientistas em visitas a mais locais em 2002 (Binns e outros, 2003); e às recentes observações de campo realizadas pelo autor (2003) em quatro locais.

A agricultura urbana não é um fenômeno novo em Kano (Olofin e outros, 1997). Ela começou bem antes da década de 60 do século passado em algumas partes da cidade e espalhou-se após a crise econômica generalizada no final dos anos 80, quando os pobres urbanos se esforçaram para melhorar suas condições de vida. Entretanto, apesar das óbvias vantagens dessa prática, ela não foi oficialmente reconhecida. Na verdade, ela é apenas tolerada como uma resposta às duras condições socioeconômicas enfrentadas pelos muitos cidadãos empobrecidos (Binns e outros, op cit.).



*Hortalças produzidas para serem comercializadas na cidade de Kano.*

Ainda assim, como Lynch e outros (2001) sugerem, a necessidade de uma atuação facilitadora por parte do governo, na qual a agricultura urbana seja de fato encorajada e apoiada, permanece crucial. De suma importância, nesse contexto, é a definição de sistemas que garantam a posse da terra de modo a encorajar a plena participação dos pobres urbanos.

Três diferentes subsistemas de produção estavam sempre presentes nas áreas cultivadas em Kano e em sua periferia: a produção de hortaliças para o mercado na época seca, a produção de grãos na época das chuvas; e a produção de frutas em pomares. Desses, os pomares permanentes pertencem usualmente aos cidadãos mais bem-sucedidos. Já a criação de animais (frango, peixe, gado etc.) é empreendida tanto pelas classes mais abastadas quanto pelas classes mais pobres que disponham de áreas maiores. Desses sistemas, apenas a produção de hortaliças na época seca e de grãos na época chuvosa será discutida neste artigo.

## Produção de plantios

Um estudo realizado por Olofin (1996) estabeleceu que os homens, especialmente, entre 30 e 70 anos de idade, dedicam-se à produção urbana de safras durante ambas as estações - seca e chuvosa. Esses homens vivem em casas simples, tradicionais, e a maior parte deles é de cultura islâmica.

Aproximadamente 98% dos 109 homens entrevistados durante esse estudo eram pobres urbanos. Menos de 5% eram migrantes provindos de outras partes da Nigéria. Os equipamentos e insumos agrícolas usados são rudimentares - enxadas, facões e foices e sementes que eles mesmos produzem ou compram no comércio. Uns poucos têm acesso a sementes melhoradas, adubos químicos e pesticidas. Muitos dependem do lixo doméstico, estrume animal e cinzas como fertilizantes.

A produção de hortaliças irrigadas durante a estação seca é realizada nas áreas inundáveis durante a época chuvosa, e está sujeita à disponibilidade da água, tanto superficial quanto subterrânea, e à necessidade de drenos bem planejados. Também são usadas águas servidas urbanas altamente poluídas durante o ano todo, suplementadas em muitos locais com água retirada de poços. As áreas inundáveis, baixas ou altas, são irrigadas com a água disponível mesmo no início da época seca. Dependendo da disponibilidade da água até o final da época seca, as safras podem amadurecer depois com a volta das chuvas. Outra opção é deixar os lotes em pousio após a colheita, esperando o cultivo de grãos durante a estação chuvosa.

O tamanho dos lotes costuma ser bem pequeno, em média 2.000 m<sup>2</sup> nas áreas urbanas e 5.000 m<sup>2</sup> nos subúrbios. Entretanto, cerca da metade dos produtores pesquisados tinha mais de um lote. Algumas dessas áreas urbanas disponíveis para a agricultura pertencem ao governo. Ficou claro em 1996 que, com relação a cinco dos sete locais de produção de hortaliças, havia pouca segurança quanto ao acesso à terra, e o relatório expressava o receio de que “realmente a expansão urbana pode em breve absorver as outras áreas... se providências adequadas não forem adotadas.” (Olofin 1996: 2).

Um estudo realizado em uma das áreas em risco, em 2001 (Lynch, e outros, 2001) confirmou que cerca de 1/3 a 1/4 da terra que estava disponível para cultivos em 1996 já não estava mais disponível em 2001 para o mesmo propósito. As observações recentes nesses locais verificaram que mais da metade das áreas originais, em 1996, hoje está destinada para outras finalidades. Na verdade, as duas maiores áreas na periferia urbana, onde a posse parecia ser particular e assegurada em 1996, estão agora sob grande ameaça, e cerca de metade das áreas antes agrícolas já foi perdida para a urbanização.

## O acesso à terra e os arranjos de posse

Em Kano, a posse e o uso da terra podem ser arranjos de vários modos, que vão desde a propriedade individual ou familiar (quando a posse está assegurada) até a ocupação, que, mesmo que consentida, é considerada ilegal e portanto não assegura a posse. Em alguns locais os produtores utilizam áreas abertas adjacentes a instalações do governo, como linhas de trem e áreas administrativas. A maior parte dos agricultores sente-se como donos de seus lotes no sentido de que têm direitos de uso sobre eles.

Essa visão, parece, origina-se nos tempos pré-coloniais e pré-islâmicos, quando a posse da terra no norte da Nigéria era totalmente comunal, e os membros da comunidade podiam usar qualquer terra disponível para os seus cultivos. Tendo desbravado uma área para cultivo, o membro da comunidade tem o direito de ocupá-la, excluindo qualquer outro membro da comunidade. A terra só retorna à disposição da comunidade quando quem a cultivava o deixa de fazer. Por esse motivo, Ega (1987) argumentou que os direitos ao uso da terra naquela época eram de dois níveis.

A comunidade tinha direito sobre todas as terras não utilizadas; e os indivíduos tinham total controle sobre as terras que cultivassem. Também é verdade que, naquela época, o direito à terra era exclusivamente por meio do parentesco e por fazer parte da comunidade. Esse arranjo típico do norte da Nigéria é o que o Decreto sobre o Uso da Terra (No. 6) de 1978 (transformado em lei em 1979) mais ou menos estendeu para todo o país. Por essa lei, o acesso à terra, particularmente nas áreas urbanas, é responsabilidade do Governador do estado, sendo que não está previsto o uso agrícola nas terras urbanas. A agricultura é associada apenas com as áreas rurais, e a terra urbana supõe-se ser exclusivamente para a construção de estruturas urbanas.

Essa política, como apresentada na lei, encorajou os governadores a restringirem o acesso dos agricultores urbanos à terra, seja desapropriando, mediante pagamento (mas de modo obrigatório), a terra que cultivavam, seja simplesmente expulsando-os dela, sem qualquer compensação (exceto pelas safras maduras). Realmente, alguns desses governantes não têm percebido que as várias funções que os cinturões verdes desempenham nas cidades, pois insistem em destinar todas as áreas para construções urbanas.

Infelizmente, a permissão dada para o cultivo das áreas disponíveis - as que não são adequadas para a construção de estruturas urbanas (como as vizinhas a aeroportos, estradas, ferrovias, sob linhas de alta tensão etc.) - não é formal. Não é escrita em nenhum documento legal nem prevista em nenhuma instrução governamental. Mas faz parte de um discurso que promoveu a "Operação Alimentar a Nação", em 1976, e recoou durante o lançamento da "Revolução Verde" em 1980, encorajando os nigerianos a cultivarem todas as terras disponíveis nas cidades e em seus quintais.

Sendo assim, os produtores em tais áreas vazias continuam sendo meros invasores, cuja posse da terra é totalmente insegura. Mesmo nessas condições, benefícios mútuos surgem dessa prática. Os produtores melhoram sua qualidade de vida e várias entidades governamentais não precisam gastar dinheiro cuidando dessas áreas que são suas ou estão sob seus cuidados. Também a preocupação de que tais áreas não urbanizadas se transformem em esconderijo para marginais é eliminada quando nelas há produtores cultivando suas safras.

## **O acesso à água**

A cultura local e os princípios islâmicos garantem que a água pertence a Deus. Assim, um homem tem acesso a qualquer fonte de água na terra em que cultiva. O problema é que muitos locais em Kano dependem de canais e drenos de águas servidas para irrigação. Os pobres urbanos não são capazes de construir poços para obter água de melhor qualidade. Eles operam individualmente, e a natureza insegura de sua posse desestimula a formação de grupos cooperativados que poderiam apoiá-los na obtenção de empréstimos agrícolas e de outros insumos provindos de fontes governamentais.

## **Melhor acesso à terra e posse assegurada**

As questões do acesso à terra agriculturável e da segurança quanto à sua posse em um ambiente urbano são controvertidas. Os incorporadores imobiliários não se sentem felizes em ver grandes áreas urbanas não construídas enquanto milhões de residentes da cidade clamam por moradias decentes. Entretanto, seria útil identificar áreas urbanas que não sejam adequadas para a construção civil e reservá-las para cultivos. Baixadas inundáveis são as áreas que vêm primeiro à mente; reprimir o fluxo das águas ou drenar artificialmente essas áreas para a edificação de prédios tem levado a devastadoras inundações em várias áreas urbanizadas recentemente, inclusive e particularmente em locais revisitados por Lynch e outros (2001).

Em vista dos benefícios mútuos, para agricultores e para importantes órgãos governamentais, que derivam desses arranjos informais que permitem o cultivo em áreas públicas urbanas não aproveitadas, o processo deve se tornar oficial, e os produtores assegurados da sua posse por um período de tempo razoável.

É certo que, com a posse assegurada, os produtores sentem-se encorajados a formar grupos cooperativados capazes de lhes habilitarem a obter assistência governamental, o que, em troca, lhes dá maior poder financeiro para perfurar poços e comprar bombas para facilitar a irrigação para suas safras. Além disso, sentem-se também mais inclinados a usarem seus lotes de modo mais sustentável.

Do modo como as coisas evoluem em Kano, os produtores urbanos pobres ficarão ainda mais pobres no futuro próximo - a não ser que políticas e estratégias como as descritas acima sejam implementadas para lhes assegurar maior acesso a terra e maior segurança quanto a sua posse.

## Referências

- Binns, J.A., Maconachie, R.A., Tanko, A.I. (2003), *Water, Land and Health in*
- *Urban and Peri-Urban Food production: the case of Kano, Nigéria, Land Degradation Development* 14, 431-444
- Lynch, K.; Binns T. & Olofin, E. (2001) *Urban agriculture under threat: the land security question in Kano, Nigéria, Cities*, Vol. 18, No. 3, 159
- Olofin, E. A. (1996) *Highlights of the Field Production Survey, Documento apresentado no Seminário de Atividades Hortícolas em Kano e sua Periferia. Organizado pelo NRI em Kano, 7 pp*
- Olofin, E.A., Fereday, N., Ibrahm, A.T., Aminu, S.M. e Adamu Y. (1997), *Urban and Peri-urban Horticulture in Kano, Nigéria, Natural Resources Institute: Chatham*

# O acesso à terra para agricultura em Kampala

Lillian N. Kiguli, David Mwesigwa,  
Juliet Kiguli – [jkiguli2002@yahoo.com](mailto:jkiguli2002@yahoo.com)  
Fotos: RUAF

**A agricultura urbana está se tornando uma característica cada vez mais presente, complexa e dinâmica do cenário urbano e da realidade socioeconômica em Uganda e no resto da África. Embora a agricultura urbana em algumas cidades africanas tenha principalmente um sentido comercial, em Kampala ela é uma iniciativa para reduzir a pobreza crescente. Porém é também uma atividade que pressiona os recursos naturais – e muitas vezes a convivência de moradores, agricultores e criadores de animais pode levar a conflitos.**

## O surgimento da agricultura urbana

Em Uganda, a agricultura urbana começou a se expandir no início dos anos 1970s. Desde então a população urbana aumentou consideravelmente e um número crescente de lares vulneráveis começou a produzir alimentos como uma fonte alternativa de alimentos, um meio de economizar despesas com a compra de comida, e um modo de gerar renda em dinheiro vivo. No início, a agricultura urbana foi principalmente uma estratégia de sobrevivência dos mais pobres dos pobres urbanos, mas aos poucos as atividades agrícolas urbanas ganharam importância não só para os miseráveis, mas também para os moradores de renda baixa e média.



*Os pobres dificilmente têm acesso à propriedade das terras onde trabalham.*

A cidade de Kampala tem uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, aproximadamente 14% da população do país. Desses moradores, 40% consomem algum tipo de alimento vegetal ou animal produzido na cidade, enquanto que 70% de todos os frangos e derivados são produzidos dentro dela (Ssebaana 2002). As mulheres e as crianças estão bastante envolvidas na agricultura em Kampala, realizando tarefas como limpar o mato, plantar e colher. Em contraste, os homens preferem projetos que gerem dinheiro mais rapidamente. Apenas uma pequena parte dos produtos urbanos é destinada à venda; a maior parte da produção é para consumo familiar.

Os migrantes urbanos freqüentemente se estabelecem em assentamentos informais mais pobres, com poucas oportunidades para a geração de renda. O principal produto plantado é o inhame. Outros plantios incluem o amaranto (pigweed), o milheto, a cowpea, a pimenta verde e a cana-de-açúcar. Os produtores pobres urbanos não têm condições para comprar adubos químicos, e recorrem aos biofertilizantes, como o girassol mexicano *Tithonia diversifolia*. Nas áreas urbanas, produtos mais valorizados tais como hortaliças são sempre muito procurados.

Vender as hortaliças excedentes ao consumo familiar pode gerar rendas significativas e, como conseqüência, a capacidade para comprar ou arrendar mais terras.

Freqüentemente os pobres formam grupos de geração de renda ou elaboram projetos para ajudá-los a atender suas necessidades básicas e oferecer mais assistência à comunidade. Esses grupos reúnem principalmente as mulheres e têm nomes como "Tweyambe", que significa "auto-ajuda". A agricultura urbana é uma estratégia de sobrevivência para muitos pobres urbanos, mesmo assim seus sistemas de produção são pouco conhecidos e muito mal apoiados pelos serviços de extensão agrícola.

As terras em Kampala são mantidas e administradas por meio de uma rede complexa de regimes e costumes que limita o acesso e a propriedade. Os administradores ingleses introduziram um sistema de posse das terras em 1900, no qual elas eram divididas em áreas "mailo" (da palavra inglesa "mile"), que pertenciam ao Rei Ganda e aos chefes locais, e em áreas públicas, "crown", pertencentes à Rainha da Inglaterra. A maior parte dos assentamentos pobres e atividades acontece nos "mailo", onde alguns indivíduos controlam o acesso, independentemente de sua capacidade para desenvolver a terra. A maioria dos pobres ganha acesso à terra como posseiros em áreas de propriedade particular nas zonas periurbanas, numa forma de posse da terra peculiar de Buganda (?) conhecida como bibanja (lotes) nas áreas "mailo".

As safras anuais são normalmente cultivadas por muitas pessoas pobres, já que lhes faltam os direitos de propriedade da terra e elas só têm acesso a áreas desvalorizadas, como as terras inundáveis, as laterais de estradas e ferrovias, os lixões etc. Outros utilizam seus quintais ou ocupam áreas descuidadas por seus proprietários. Apesar de serem ocupantes, os pobres têm o usufruto dos lotes onde cultivam. Os proprietários e as autoridades urbanas não permitem que os ocupantes cultivem plantios permanentes, e eles estão ainda sujeitos à expulsão a qualquer momento se a terra onde trabalham for destinada a outro uso mais "propriamente" urbano. Os responsáveis pela segurança pública alegam que cultivos como banana e milho crescem o bastante para esconder ladrões e outros marginais. Sendo assim, as autoridades municipais muitas vezes destroem esses cultivos dos moradores pobres. Isso significa que os pobres perdem repentinamente seu meio de vida e sua fonte de renda e de alimentos para suas famílias. Outras autoridades governamentais, como o Conselho de Energia Elétrica, muitas vezes removem os plantios que se desenvolvem sob as linhas de transmissão de energia.

A terra para a prática da agricultura é acessada de várias maneiras (Nuwagaba e outros, 2003): ocupação (46%), empréstimo (34%), herança (11%), aluguel (5%) e copropriedade com esposas (4%), principalmente. Hoje em Uganda, a copropriedade com a esposa é uma questão discutida principalmente entre os ativistas da questão de gênero, que questionam que as mulheres tenham, por tanto tempo, sido deixadas fora dos benefícios dos recursos familiares. A maior parte dos produtores urbanos de Kampala (60%) informou que eles estão buscando ativamente por terra, com planos de a conseguirem cedida pelo governo ou por parentes, ou buscando recursos para comprá-la.

Os procedimentos institucionais existentes para se ter acesso à terra em Kampala são altamente burocráticos, complexos e consomem muito tempo. Eles intimidam os agricultores pobres, que geralmente não têm o conhecimento, a informação e os contatos necessários para preencherem um formulário solicitando terra. Os produtores urbanos, em sua busca por terra, muitas vezes violam as leis e as normas de zoneamento, utilização e formato dos lotes. Tudo isso tem sido atribuído à falta de respostas adequadas para a necessidade de o planejamento considerar os pobres urbanos e os agricultores em seu contexto.

A agricultura urbana parece funcionar atualmente como uma espada de dois gumes, gerando nutrição e saúde e também benefícios econômicos. Apesar dessa significativa contribuição, ela não está prevista na legislação que objetiva organizar o setor informal. Prejudicando ainda mais a prática da agricultura urbana em Kampala está o fato de que ela é tecnicamente ilegal, ainda que os regulamentos e leis que proíbem a prática só sejam aplicados muito eventualmente, sem maior impacto para desestimular a atividade.



*A agricultura urbana não está prevista na legislação de Uganda*

A agricultura urbana também é proibida em áreas densamente povoadas. Essa "alta densidade" é definida irrealisticamente como uma área com mais de 2 casas em 5.000m<sup>2</sup>; enquanto que em Kampala, na maior parte dos bairros, pode haver até 40 casas nessa mesma área. O Plano Urbanístico de 1964 obriga as autoridades a aplicarem os regulamentos para controlar o desenvolvimento das áreas sob sua jurisdição. Nos anos iniciais, esse Plano forneceu a base para as autoridades de Kampala reprimirem quem pretendesse cultivar alimentos dentro da cidade, já que o Plano considerava a agricultura como uma atividade incompatível com os padrões urbanos.

Em Uganda, o Plano para a Modernização da Agricultura focaliza somente a agricultura rural; mesmo assim, o governo não tem recursos suficientes para fornecer serviços de extensão agrícola para esse programa.

Embora a agricultura urbana não seja considerada legalmente em Uganda, os planejadores urbanos e os formuladores de políticas nacionais têm reconhecido recentemente o seu papel central na economia urbana em geral. Em 1994, uma seção conhecida como Unidade de Agricultura Urbana foi criada dentro do Departamento de Produção e Comércio da Cidade de Kampala.

Anteriormente, antes da descentralização do Distrito de Kampala, ele era diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura, Produção Animal e Pesca. O objetivo dessa unidade é apoiar e orientar as comunidades na prática da agricultura urbana, e assegurar a nutrição e a segurança alimentar das famílias. Muitas atividades já foram realizadas, como o treinamento de produtores para o cultivo de várias espécies e a criação de diversos animais, e para o manejo adequado do lixo doméstico e sua reutilização na agricultura urbana. Porém o apoio financeiro do governo municipal a essa unidade é relativamente pequeno.

Desde novembro de 2000, as autoridades de Kampala, juntamente com pesquisadores e doadores, têm trabalhado para enfrentar os desafios da agricultura urbana, conforme o programa "Colheita Urbana", conduzido pelo Instituto Internacional de Agricultura Tropical (International Institute for Tropical Agriculture - IITA), que pesquisa a agricultura urbana como estratégia de sobrevivência dos pobres urbanos. Um outro estudo do impacto da agricultura urbana em Kampala foi realizado pelo Comitê de Coordenação de Saúde, em junho de 2002, com o envolvimento ativo da Prefeitura.

Existe um vínculo ativo entre a pesquisa e a formulação de políticas. A prefeitura tem pautado a agricultura urbana conforme o Regulamento de Agricultura Urbana, de 2001.

Esse regulamento disciplina o licenciamento, regulamentação e controle dos cultivos e da criação de animais na cidade.

Em Kampala, o marco legal atual relacionado à agricultura urbana ainda está longe de ser apoiativo. As autoridades da cidade fizeram algum esforço para reconhecer a agricultura urbana mas não chegaram a planejar ou incluir tais atividades no zoneamento urbano. Nem a antiga abordagem, repressora, nem a atual, permissiva, funcionam bem.

Até hoje, o Conselho Urbano precisa fornecer uma permissão para que uma pessoa possa se engajar na agricultura urbana.

Os pobres urbanos não estão atentos para isso, enquanto que o Conselho prefere licenciar os empresários do agronegócio (como grandes criadores de frango). Isso simplesmente significa que a agricultura urbana continua sendo praticada sem regulamentação nem autorização. Portanto, um marco mais específico e claro é necessário para tornar a agricultura urbana sustentável e produtiva.

Uma abordagem mais pragmática, multisetorial e integrada deveria incluir a formação de parcerias com organizações de produtores e outras organizações da sociedade civil, o desenvolvimento de capacidades, e a identificação de zonas onde a agricultura urbana seja permitida.

Também é necessário criar vínculos com programas que focalizem a redução da pobreza por meio da agricultura urbana, incluindo planejadores, especialistas agrícolas, ambientalistas e especialistas em desenvolvimento comunitário.

Essa abordagem transformaria a agricultura urbana de uma prática ilícita em uma atividade altamente benéfica e muito apreciada.

## Referências

- Nuwagaba, A, Kyamanywa, C Kiguli, J. Atukunda, G, and Mwesigwa, D. 2003. Report on Improving the urban Poor's Access to Land for Urban Agriculture, funded by IDRC/MISR/MDP.
- Ssebaana K. J. 2002 Key food security issues /challenges in Kampala city. World Banks Food Security Initiative on Feeding cities in the Horn of Africa workshop. Addis Ababa Ethiopia

# A questão da terra e a agricultura urbana em Bamako

Dieudonné Zalle - [djenneart@afribone.net.ml](mailto:djenneart@afribone.net.ml)

Fatima Meite - [meite@afribone.net.ml](mailto:meite@afribone.net.ml)

Amadou Konate

Centre Amadou Hampâte Bâ, Bamako - Mali

**A insegurança quanto ao acesso à terra é uma importante ameaça à agricultura urbana, principalmente devido ao conflito entre os interessados em usá-la para plantar e os interessados em construir nela. Esses últimos quase sempre acabam vencendo a disputa, apesar do fato de a agricultura e a comercialização de seus produtos estarem previstas no planejamento urbano de Bamako.**

No Mali, todas as terras sem proprietário identificado pertencem ao estado, que determina as normas fundiárias, parcelamentos e realocação dos espaços (mesmos os agrícolas). Mais de 75% dos produtores de Bamako não possuem a terra que cultivam.

Atualmente é muito difícil encontrar espaços vazios em Bamako. Os proprietários acham mais lucrativo e menos arriscado transformar suas terras em loteamentos ou prédios e alugar ou vender as construções.

Entretanto, os produtores podem ter acesso à terra através de cessões temporárias, arrendamentos (que podem ser bem caros) ou de áreas de uso comunitário (“customary estates”).



*As cidades africanas enfrentam o problema do crescimento descontrolado, e Bamako, a capital do Mali, não é exceção. A agricultura urbana é um recurso para a atender a necessidade de alimentos por parte de uma população sempre crescente.*

O acesso à terra é ainda mais dificultado por causa da atitude das autoridades locais, prefeitos e autoridades setoriais, que geralmente dão pouca importância ao desenvolvimento da agricultura urbana ou mesmo o temem e evitam. As autoridades geralmente dão mais importância à agricultura nas áreas rurais, e as atividades que visam promover a agricultura nas proximidades das cidades são insignificantes ou mesmo inexistentes.

## Agricultura urbana em Bamako

A agricultura urbana envolve a horticultura comercial, a produção de cereais e a criação de animais. Essas atividades acontecem nos espaços periurbanos e intraurbanos de Bamako, e vêm aumentando por causa da crescente demanda por alimentos nas áreas urbanas.

Neste estudo, o foco está na propriedade da terra no distrito de Bamako, com relação à agricultura intra-urbana.

As limitações e as vantagens específicas das áreas periurbanas são diferentes das enfrentadas pela agricultura intra-urbana, e precisam ser analisadas separadamente para prevenir análises erradas da situação e - ainda mais importante - para desenvolver ações apoiativas e efetivas.

Nas áreas intra-urbanas, a competição pela terra é muito forte. Os espaços dedicados à agricultura vão sendo reduzidos, exigindo que os sistemas de produção agrícola se tornem mais intensivos e gerem produtos com maior valor agregado. Na área periurbana, as casas são construídas longe umas das outras e são separadas por áreas livres, que não são usadas para construções. Em Bamako, ainda existem grandes áreas agricultáveis dentro da cidade, ao longo do rio Niger e das linhas férreas. Essas áreas, porém, são circundadas e limitadas por um tecido urbano muito denso.

Os espaços agrícolas urbanos, especialmente as hortas comerciais, cobrem uma área de cerca de 600 ha, equivalente a 1,6% da área total do distrito de Bamako. Elas estão distribuídas de modo desigual por cerca de seis comunidades do distrito. As hortas comerciais estão diminuindo, e hoje representam apenas 1/5 da área que já ocuparam em 1960 (ver mapa).

### **A propriedade da terra**

Existem duas maneiras para definir a propriedade das terras no Mali: a lei dos costumes e a legislação do país (?) “customary law and Malian common law”.

A lei baseada nos costumes é um sistema legal baseado nos direitos de uso e na cultura local. Sob esse sistema, a terra pertence, de modo coletivo, à comunidade. O manejo da terra é assegurado por instituições legítimas e organizadas segundo os costumes, que fazem respeitar as regras e aplicam as decisões. Hoje, porém, a lei dos costumes está enfraquecida pela desintegração social e pela mistura de populações, etnias, migrantes, etc. Além disso, as proibições sociais e o status dos chefes baseados nos costumes tradicionais estão cada vez mais ameaçados pela existência de novas autoridades locais, ligadas ao Estado e ao governo.

As regras da lei dos costumes são basicamente respeitadas pela legislação formal do país. Em alguns casos, as novas autoridades locais primeiramente procuram as autoridades conforme os costumes para obter apoio ou aprovação antes de tomar certas decisões. Entretanto, o gerenciamento moderno da propriedade da terra tem dificuldade em se distanciar da lei dos costumes. O Código Nacional das Terras considera a propriedade como um princípio básico do direito, também presente em outras leis e regulamentos. Realmente, entre as várias categorias das terras do Mali, destacam-se as áreas públicas, as áreas privadas, as áreas comunais e as áreas de propriedade dos governos federal e locais. A mudança do direito de concessão para o direito de propriedade é feita por meio do arrendamento do uso da terra em benefício do estado, e da transferência do contrato em benefício do comprador em retorno ao pagamento de um valor fixado de acordo com a tabela de preços fixada por decreto.

### **Os vários envolvidos na questão do solo urbano**

No distrito, as decisões são tomadas sob influência de forças que atuam em três níveis: a Alta Comissão do Distrito de Bamako, os conselhos locais, e as pessoas influentes. Cada nível representa um poder essencial no processo de tomada de decisões. Eles não podem agir independentemente, cada força tem sua importância, e todos os três níveis estão interconectados. A Alta Comissão é o centro nervoso das questões relacionadas com o gerenciamento das terras. O governo delega uma parte de seus poderes no gerenciamento das terras para as comunidades locais. O prefeito é responsável por definir e aplicar a política do distrito quando se trata de gerenciar as áreas públicas.

Apesar dos esforços das autoridades urbanas no campo do gerenciamento dos solos, as pessoas influentes ainda têm um importante papel na destinação dos espaços locais. Não apenas decidem (ainda que não oficialmente) como também podem contribuir, com as autoridades locais, para a rápida solução de questões envolvendo os proprietários de terras.

### **Situação da terra e sua ocupação**

As hortas comerciais estão localizadas principalmente nas terras submetidas à lei dos costumes. Essas terras estão garantidas, desde os tempos coloniais, para o gerenciamento conforme os costumes pelas famílias mais influentes da cidade, principalmente os Niarés e os Tourés. Em segundo lugar, as hortas comerciais são encontradas em terrenos de propriedade pública ou individual. Entre essas terras públicas, incluem-se as públicas consideradas como “reserva” (não contam com serviços públicos) e propriedades do governo e privadas localizadas no distrito de Bamako, particularmente nas áreas residenciais e industriais. Uma terceira categoria é a ocupação espontânea, que inclui as terras registradas ou não registradas que não estão sendo atualmente exploradas, tais como as áreas sujeitas a inundações, ou onde não se podem edificar construções, principalmente ao longo do Rio Niger. A ocupação dessas terras não é reconhecida legalmente.

As terras para agricultura podem ser alugadas ou emprestadas. Para o “dono legal”, o agricultor é um mero ocupante da terra, que traz capital e trabalho para a terra arrendada. Sendo assim, o agricultor desfruta de todos os benefícios resultados de seu trabalho. Mas essa maneira de acessar a terra inclui o pagamento da taxa de arrendamento ao dono da terra. O valor dessa taxa, fixada de comum acordo, varia de acordo com o valor da terra em cada região específica e com o tamanho do lote. O empréstimo de terrenos é o segundo modo mais popular de se ter acesso à terra.

Geralmente, as razões para os horticultores comerciais deixarem as terras onde plantam são a retomada, pelos proprietários, para construção, ou a obtenção de novos empregos, ou ainda a perda do lote por falta de pagamento.

### **Plano de ação para promover a agricultura urbana**

A situação descrita em Bamako e em outros centros urbanos é considerada um grande desafio para as cidades da África Ocidental. O Instituto Africano de Gerenciamento Urbano iniciou uma série de consultas e pesquisas em sete capitais da região (Dacar, Abidjan, Ouagadougou, Niamey, Nouakchott, Cotonou e Bamako). O programa pretende melhorar o desenvolvimento sustentável da agricultura urbana e capacitar comitês nacionais a desenvolverem uma série de atividades.

No Mali, uma dessas atividades é pesquisar a propriedade das áreas usadas para agricultura urbana, pretendendo organizar uma consulta local em Bamako sobre os vínculos entre a questão da terra e o desenvolvimento da produção agrícola, e ajudar no desenvolvimento de um plano municipal de ação (com diferentes componentes, um deles a organização de foros municipais). Um dos encontros reuniu diversos interessados, representando departamentos de saúde, meio ambiente, assuntos fundiários, planejamento urbano e descentralização, horticultores comerciais, exportadores de frutas e hortaliças, pesquisadores e dirigentes de ONGs. Esse encontro resultou na criação de uma rede nacional para o desenvolvimento da agricultura urbana e de um comitê intersetorial de monitoramento para o desenvolvimento sustentável da agricultura urbana em Bamako.

O plano de ação abrange tópicos como gerenciamento, instituições e regulamentação, meios de produção, aspectos econômicos e ambientais, e vai capacitar as autoridades políticas do Mali a desenvolverem cada vez melhor a agricultura urbana no país.

## Conclusões

Os administradores e formuladores das políticas municipais devem desenvolver, com a participação ativa dos horticultores comerciais, uma política realista para o gerenciamento das terras não tituladas (sob a lei dos costumes) ao longo das margens do Rio Niger. As áreas fluviais em Bamako não são propriedade de ninguém. Os distritos vizinhos também poderiam ampliar suas áreas agrícolas. Todo distrito poderia então desenvolver sua própria política de gerenciamento das terras, sobretudo no atual contexto de descentralização.

As municipalidades (como proprietárias das terras) deveriam pôr à disposição dos cidadãos interessados lotes de terra destinados estritamente à horticultura comercial, ao longo do rio. O acesso a essas áreas de cultivo deveria ser mediante o pagamento de uma taxa à Prefeitura.

As autoridades locais são responsáveis pelo planejamento técnico preliminar das áreas, inclusive a demarcação das parcelas, a abertura de poços quando necessária, e a instalação de um sistema de distribuição de água para as parcelas.

O governo deveria promulgar uma lei restringindo a área agrícola ao vale do Rio Niger, ou formalizando uma política de zoneamento. Essa lei depois poderia ser usada para proibir construções de prédios a menos de 25 metros do limite superior das águas do rio. A mesma lei deveria indicar claramente os usos permitidos dessas terras.

As áreas onde a horticultura comercial será promovida devem estar localizadas dentro ou ao redor da cidade, reduzindo os custos com transporte e assegurando hortaliças frescas e a preços acessíveis para a população.

Os projetos e programas que objetivam criar e manter um cinturão verde de hortas comerciais ao redor da cidade não podem desconsiderar a questão do acesso à terra. Tanto o uso da terra quanto a aquisição de títulos de propriedade devem ser encorajados com o apoio das autoridades administrativas.

## Referências

- Ministère des Affaires Etrangères - DGCID, 1995 L'Agriculture Urbaine en Afrique de l'Ouest.
- M Bertrand, 1994 La question Foncière dans les , Villes du Mali Marché et Patrimoines.
- Ministère de l'Urbanisme et de l'Habitat, 1995, Schéma Directeur d'Aménagement et d'Urbanisme de 2ème Révision, Bamako et Environs
- C. Coulibaly, 1997 Problématique Foncière et Gestion des Conflits en Afrique Noire.
- Division de l'Assistance aux Politiques 1996 Analyse de la Sous-Filière Maraîchage péri-urbain.
- D. Zalle 1997 Le Maraîchage Intra-Urbain à Bamako

# O acesso à terra e à água para agricultura urbana em Accra

Emmanuel Obuobie, George Danso e Pay Drechsel

International Water Management Institute

[iwmi-ghana@cgiar.org](mailto:iwmi-ghana@cgiar.org)

Escritório para a África Ocidental, Gana

**Existem duas categorias principais de agricultura urbana em Accra: a produção doméstica, que acontece ao redor ou até dentro das casas, e a produção em áreas abertas, que acontece em lugares mais distantes das residências, ao longo de drenos, rios, rodovias, ferrovias, em lixões desativados, ao redor de prédios públicos e em áreas alagadiças.**

As condições pelas quais se dá a posse da terra variam bastante. No geral, nenhum produtor que trabalhe em áreas abertas maiores é dono do solo que cultiva, e dificilmente qualquer um deles paga alguma taxa a alguém. A maior parte dessas terras pertence ao governo federal ou municipal, e muitas pertencem a indivíduos.

A situação é diferente nas áreas periurbanas, onde os agricultores muitas vezes são donos das áreas que plantam, ou estão comprometidos a pagar uma parte (de 1/3 a 1/2) do que produzem ao dono do terreno, como pagamento pelo uso do solo (Obosu-Mensah, 1999; Asomani-Boateng, 2002).



*A agricultura urbana compete com vários outros usos importantes do solo das cidades. Foto: IWMI Gana*

Na área urbana de Accra, a agricultura em áreas abertas acontece sem autorização formal. Zakaria e outros (1998) assim descreveram a situação: "Como a terra não estava tendo nenhum uso, os proprietários não se importam quando atividades agrícolas temporárias são realizadas nela, até que a área venha a ter alguma destinação que exija a saída dos agricultores. Os produtores não têm nem direito de serem avisados com antecedência de que devem sair da área."

Sob condições tão inseguras quanto à posse da terra, os agricultores não investem na infraestrutura da área de plantio (como na construção de poços cimentados), conservação do solo ou melhoramentos de longo prazo em sua fertilidade.

## O acesso à terra para agricultura

Existem dois modos principais pelos quais os produtores podem ter acesso à terra para praticarem a agricultura nas áreas urbanas e periurbanas de Accra: o modo formal e o informal. Embora Accra tenha um sistema formal de distribuição de terras nas áreas urbanas, nele é praticamente vedado o seu uso agrícola. Nas áreas periurbanas, onde é de se esperar mais abertura para a agricultura, o procedimento é complexo e demorado, pouco eficiente e custoso (Flynn-Dapaah, 2002).

Além disso, a maior parte dos chefes tradicionais, responsáveis por suas áreas conforme os costumes, prefere vender lotes a bons preços a cedê-los para os agricultores de sua comunidade, levando-os a usar modos informais para terem acesso à terra para cultivá-la.

Alguns modos de posse informal estão mais presentes em Accra. Conforme um deles, a terra cultivada é de propriedade do governo ou controlada por uma agência governamental, que a cede, temporariamente, para os agricultores, muitas vezes com a intermediação de alguma entidade (Obuobie, 2003). Em termos de acesso à terra, e quanto ao regime de propriedade, as terras cultivadas sob tal combinação de posse podem ser chamadas de "propriedade pública de áreas abertas" (Flynn-Dapaah, 2002) e se podem incluir nelas os espaços não utilizados ao redor de instituições públicas, ao longo de drenos, margens de rios, alagadiços etc. Os produtores podem ou não ser notificados com antecedência que devem sair, caso o governo decida dar algum outro destino à área. O benefício para o proprietário da área é que ela é mantida limpa e livre da invasão de pessoas que buscam lugar para edificar suas moradias (Obuobie, 2003; Flynn-Dapaah, 2002). Essa combinação é muito praticada pelos produtores das áreas abertas em zonas de baixa densidade populacional. Esses produtores estão engajados em cultivos sazonais (safras como milho, tomate, pimenta, okra, groundnut etc.) que dependem inteiramente da chuva, ou cultivam hortaliças usando irrigação (plantando alface, repolho, abobrinha, cebola, couve-flor, pimentão etc.) quando há uma fonte de água próxima.

Existe um outro tipo de arranjo parecido, só que neste caso uma pessoa ou uma organização privada possui a terra. O acesso à terra é por meio de negociação direta, envolvendo o seu proprietário ou responsável e o produtor que deseja plantar, ou por meio de negociação através de uma terceira pessoa. Esse arranjo é usado tanto por produtores urbanos quanto suburbanos.

Os produtores domésticos são normalmente proprietários ou posseiros de seus lotes e moradias, e cultivam a terra ao redor da casa, não precisando pagar, portanto, a ninguém para isso. Alguns produtores de áreas abertas pagam uma taxa, dependendo de quem seja o proprietário. Porém, mais freqüentemente, os proprietários, como as agências governamentais, vêem a agricultura em suas terras como um modo de impedir a invasão e a favelização. Os produtores periurbanos engajam-se em parcerias na divisão dos resultados da produção com os donos dos terrenos, como o melhor modo de pagar pelo seu uso.

O acesso à terra também pode ser obtido por meio das leis baseadas nos costumes e tradições. Contrariamente a outros países da África sub-sahariana, essa forma de direito de propriedade é reconhecida legalmente em Gana, de acordo com a Política Nacional de Terras, e pela Lei de Registro de Títulos de Terras. (PNDCL 152). O direito à terra baseado nos costumes é encontrado principalmente na parte oriental de Accra, entre Labadi, o Centro de Feiras Internacionais de Gana, o Burma Camp e o Teshie. O proprietário da terra é a "La stool", uma das "chefias Ga" tradicionais na cidade (Zakariah e outros, 1998). Os produtores ligados à La stool fazem uma demanda conforme os costumes pelas áreas que cultivam, que foram adquiridas por herança de acordo com uma história social e política baseada nos direitos da primeira ocupação ou provando-se o parentesco até o primeiro ocupante (Flynn-Dapaah, 2002).

Mais recentemente tem havido muitos conflitos fundiários ligados à propriedade e direitos de acesso a certas terras da La stool. Embora os produtores Ga continuem a cultivar as terras La stool herdadas atrás do Centro de Feiras e nas adjacências do quartel "Burma camp", muitas das terras que eles consideram suas foram oficialmente destinadas para as forças armadas, que recentemente confirmaram seu interesse na área (Flynn-Dapaah, 2002).

Flynn-Dapaah (2002) soube, de uma autoridade local do Departamento de Planejamento Urbano, que a maior parte das terras será rezoneada para tornar-se residencial, o que põe em risco a forma de vida dos produtores da área. Os produtores Ga estão decididos a contestar qualquer disputa com o governo, já que eles nunca foram compensados de acordo com a lei que prevê a desapropriação de terras. Mas as autoridades afirmam que a mesma terra já foi zoneada como “cinturão verde” (Flynn-Dapaah, 2002; Obuobie, 2003). Realmente, várias partes dessa área têm o lençol freático muito superficial, tornando-a inviável para construções.

Com exceção dos agricultores que cultivam terras debaixo das linhas de transmissão de energia, em Dzorwulu (uma das áreas abertas usadas para agricultura), e dos agricultores domésticos que alugam as casas onde moram e os campos onde cultivam, os produtores agrícolas de Accra não possuem documentos que formalizem seus arranjos de acesso à terra onde trabalham. A Assembléia Metropolitana de Accra (AMA), maior autoridade urbana, e sua Diretoria de Agricultura e Alimentação (parte do descentralizado Ministério da Alimentação e da Agricultura) estão atualmente desenvolvendo uma legislação para criar zonas verdes especificamente para a agricultura urbana e periurbana. Nessas áreas não serão permitidas edificações, garantindo-se assim, para os produtores que trabalhem nelas, a segurança de que eles precisam. O sucesso dessa iniciativa vai depender da evolução dos preços que essas terras venham a adquirir.

### O acesso à água para irrigação

Além da terra, a disponibilidade e o acesso à água de baixo custo para a prática da agricultura nas áreas urbanas e periurbanas de Accra é outro fator fundamental a afetar os produtores. O acesso à água permite a produção de hortaliças mesmo na época mais seca, e é crucial para a geração de maiores lucros. Os agricultores domésticos usam principalmente água encanada e águas-cinzas (águas servidas das pias e chuveiro, sem conter excreta humano); os agricultores das áreas abertas usam águas de drenos, riachos e rios, água encanada, água de poços cavados à mão (em ordem decrescente); e os agricultores periurbanos dependem principalmente das águas das chuvas e dos rios.

Não existem procedimentos legais que os produtores devam adotar para conseguir água para a agricultura. A água encanada é percebida como sendo a de melhor qualidade, mas ela é cara e portanto inviável para muitos. Para os agricultores domésticos, as casas onde moram muitas vezes estão ligadas à rede pública de abastecimento de água. Embora a água encanada (e tratada) seja teoricamente para se beber, cozinhar, tomar banho e outros usos domésticos – e para usos industriais – os produtores domésticos têm como estender seu uso à agricultura e à produção de hortaliças, mesmo tendo que pagar por isso. Os plantios de milho e de outros grãos ricos em amido não costumam ser irrigados.

Entretanto, devido à dificuldade para atender a crescente demanda por água exercida pelos usuários residenciais e industriais, a Companhia Ganense de Águas está alertando os agricultores sobre a insustentabilidade da prática de se usar água tratada para a irrigação. A melhor alternativa é o uso das “águas-cinzas”.

Os produtores das áreas abertas freqüentemente irrigam seus plantios com águas superficiais poluídas. Eles localizam seus plantios ao longo dos principais drenos de águas servidas para ter acesso a elas para irrigação. Cada produtor controla, mais ou menos, a porção do dreno ou riacho que corresponde ao comprimento de seu lote, e mantém regularmente pontos onde é melhor retirar a água do dreno ou do riacho usando um regador. Mas pode haver, às vezes, dois ou mais agricultores retirando água no mesmo ponto do dreno ou riacho.

Na estação chuvosa, quando há bastante água nos rios, riachos e drenos, todo produtor pode livremente retirar água em qualquer ponto do curso d'água, mas as restrições começam com a estação seca, levando freqüentemente a conflitos. Esses rios, riachos e drenos, que conduzem águas servidas, mantêm o fluxo durante todo o ano, e os produtores não precisam pagar nada para usá-las.

Os agricultores dificilmente usam roupas protetoras, embora alguns dos drenos contenham águas servidas bastante concentradas em poluentes, principalmente durante a estação seca. Devido à insegurança quanto à posse, os agricultores mostram pouco interesse em melhorar a infraestrutura de modo a proteger a segurança sua e dos consumidores (por ex.: por meio de tanques para tratamento local das águas servidas).

Considera-se que quando a segurança quanto à posse é maior, os produtores investem em poços e tratamento local das águas servidas, onde, por meio da sedimentação ou da filtração, o nível de contaminação fecal das águas pode ser reduzido (Drechsel e outros, 2002).

Preocupadas com a saúde dos consumidores e dos moradores urbanos, a AMA estabeleceu uma lei: "Nenhum plantio pode ser irrigado com as águas efluentes de um dreno de esgotamento das ruas" (Boletim do Governo Local, 1995). Essa proibição refere-se especialmente àquelas hortaliças que costumam ser consumidas cruas. Porém pressionados com a falta de água de boa qualidade para irrigação, mas também pelo valor dos nutrientes contidos nela, os produtores continuam cultivando hortaliças usando águas servidas, enquanto que a lei não é aplicada - inclusive por falta de pessoal e de recursos para a fiscalização.

Os agricultores de áreas abertas que usam água encanada costumam fazê-lo em grupo, dividindo então a despesa de acordo com a área que cada produtor cultiva. Um outro produtor que queira se juntar ao grupo terá que aceitar o acordo que determina como a conta da água deve ser dividida. Novamente, devido à crescente demanda por água exercida pelas moradias e indústrias, a Autoridade Local está desligando os ramais que levam água encanada para áreas agrícolas. Uma visita minha a alguns locais onde se pratica a agricultura urbana (entre agosto e setembro de 2003) revelou que grande número dos produtores estava reduzindo suas áreas de cultivo pela metade por causa da falta de água suficiente. Devido ao problema da disponibilidade e acessibilidade da água para fins agrícolas, a Diretoria de Alimentação e Agricultura da AMA e o Conselho de Pesquisas Científicas e Industriais de Gana estão sugerindo a opção de se usar mais água dos lençóis subterrâneos na agricultura urbana.

### **A questão do gênero**

Existem algumas diferenças nos papéis de homens e mulheres na agricultura urbana. É um fato bem estabelecido, em Accra e também nas outras cidades de Gana, que praticamente todos os produtores são homens (Obosu-Mensah, 1999). As mulheres dominam a comercialização da produção, junto com uns poucos homens que se dedicam a trabalhar como atacadistas ou varejistas nos mercados. Um grupo de discussão e entrevistas com informantes-chave (agricultores e agricultoras) revelou uma série de razões para essa divisão de gêneros. Elas incluem (1) a dureza do trabalho no campo, especialmente desmatar, capinar, arar, regar etc.; (2) falta de interesse das mulheres nessa atividade; e (3) definição cultural dos papéis tradicionais: "o homem planta" e "a mulher comercializa". O estudo também revelou que, diferentemente das áreas rurais, não há preconceito de gênero em termos de acesso à terra e à água para a prática da agricultura urbana.

Foto: IWMI Gana



## Recomendações

São poucos os produtores urbanos e periurbanos de Accra que possuem a terra que cultivam. O acesso à terra é quase sempre por meio de algum tipo de arranjo informal. Quase todos os agricultores domésticos e os de áreas abertas urbanas não pagam nenhuma taxa para cultivar a terra onde trabalham, mas a maior parte dos produtores periurbanos o fazem, quase sempre por meio da divisão da colheita com o dono da área (de 1/3 a 1/2 da produção). Igualmente importante para a viabilidade da produção agrícola é a água, mas a sua disponibilidade e o acesso à água de boa qualidade e a preço acessível, para irrigação, constituem enormes obstáculos.

Diante desses problemas e da insegurança da situação, é razoável sugerir-se que a agência governamental responsável pela agricultura na cidade de Accra reúna-se com grupos de produtores para criar uma solução para o problema da posse da terra. As autoridades urbanas poderiam conceder o direito de uso aos produtores, inclusive como forma de evitar a ocupação ilegal de áreas públicas e a favelização da cidade. Uma questão importante seria estabelecer-se um período mínimo (em anos) pelo qual o produtor tenha permissão para cultivar uma área pertencente ao governo ou a uma instituição pública. Esse processo deve ser conduzido por meio do diálogo envolvendo todos os interessados.

## Referências

- Asomani-Boateng R (2002) Urban Cultivation in Accra: An Examination of the Nature, Practices, Problems, Potential and Urban Planning Implications: in *Habitat International* Volume 26, Issue 4, December 2002. Pp: 591-607.
- Drechsel, P., U.J. Blumenthal and B. Keraita. 2002. Balancing health and livelihoods: Adjusting wastewater irrigation guidelines for resource-poor countries. *Urban Agriculture Magazine* 8: 7-9
- Flynn-Dapaah K (2001) Land Negotiations and Tenure Relationships: Accessing Land for Urban and Periurban Agriculture in Sub-Saharan Africa. *Cities Feeding Report* Number 36.
- Local Government Bulletin, 1995. AMA (growing and sale of crops) Bye-laws, 1st September 1995. *Ghana Local Government Bulletin* Volume 19, page 190-191
- Obosu-Mensah K (1999) Food production in urban áreas. A study of urban agriculture in Accra, Ghana. Ashgate, England.
- Obuobie E (2003) Institutional Aspects of Urban Agriculture and Wastewater use in Accra, Ghana. Unpublished M.Sc. Thesis submitted to Wageningen University. Wageningen, The Netherlands.
- Zakaria S, Lamptey MG and Maxwell D (1998) Urban Agriculture in Accra: A Descriptive Analysis. In: Amar-Klemesu M and Maxwell, D (eds) *Urban Agriculture in the Greater Accra Metropolitan Area*. Final Report to IDRC.

## O problema do acesso à terra em Divo

Paola Iaccarino Idelson - paolando@libero.it  
 Università Suor Orsola Benincasa, Nápoles, Itália  
 University College, Londres, Reino Unido

**O acesso fácil à terra significa acesso à comida, enquanto que o acesso limitado frequentemente leva à insegurança alimentar e a um forte senso de ansiedade com relação ao futuro. Esse artigo focaliza as diferenças entre os produtores locais e os migrantes na cidade de Divo, Costa do Marfim, e revela as conseqüências que a falta de acesso à terra têm em suas vidas.**

O estudo foi realizado na área urbana de Divo, situada na parte sul da Costa do Marfim. A cidade tem uma população de cerca de 100.000 pessoas e um clima típico das florestas chuvosas tropicais, com uma precipitação média anual de 1950 mm. A vegetação ao redor de Divo consiste, principalmente, de matas remanescentes, capoeiras, e plantações de café, cacau e palmeira.



*Muitas pessoas têm hortas no quintal ou cultivam pequenos terrenos na periferia da cidade.  
 Foto: IWMI Gana*

### A área urbana de Divo

De acordo com o censo geral de 1998, a população está dividida em 8 religiões diferentes, e existem mais de 60 grupos étnicos diferentes nativos. O grupo étnico predominante em Divo e na sua província é formado pelo povo Dida. Por origem, os Dida são caçadores e depositários de direitos a amplas áreas de terra.

Mas no presente existe em Divo uma variedade de outros grupos étnicos que migraram de outras partes da Costa do Marfim ou mesmo dos países fronteiriços desde 1950.

Embora Divo seja considerada como centro administrativo importante no país - desde a época da colonização francesa, no início do século 20, a cidade só começou seu "desenvolvimento" a partir de 1955, quando se tornou a capital regional e o centro comercial estratégico de toda a região sul da Costa do Marfim. A densidade populacional aumentou de menos de 8 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1955, para quase 66 em 1998.

Durante esses anos, a cidade de Divo testemunhou uma grande transformação, e a sua rápida urbanização resultou em uma cidade na qual os bairros centrais são muito densamente povoados, aumentando a presença de áreas verdes apenas nos bairros situados mais perto das periferias.

Uma razão importante para o crescimento da cidade tem sido a migração. Pessoas de diferentes grupos étnicos vieram de Burkina Faso, Mali, Guiné e das regiões noroeste e central da Costa do Marfim durante os anos de expansão das culturas de café e cacau, e continuaram mesmo depois, por causa da importante posição comercial estratégica de Divo, suas ricas terras e sua tradicional hospitalidade (Dureau, 1987).



*A dificuldade de acesso à terra é um obstáculo para a maioria dos migrantes.*

O resultado foi o surgimento de uma cidade muito cosmopolita, onde os habitantes originais, os Dida, hoje não representam mais de 15% da população, uma minoria em sua própria terra natal. Embora não haja mais uma clara divisão da cidade em grupos étnicos, observa-se certa predominância de alguns grupos em determinadas áreas da cidade.

Divo cresceu muito, e desde os anos 1960s a municipalidade tem confiscado terras das vilas que existiam ao redor da cidade, dividindo-as em lotes modulares e depois as vendendo para a construção de conjuntos habitacionais.

A maior parte da população de Divo tem pelo menos um produtor urbano na família. Os bairros periféricos têm uma baixa densidade populacional e a terra é freqüentemente usada por pessoas para cultivarem alimentos. Nos bairros centrais, as pessoas muitas vezes têm pequenas hortas domésticas ou cultivam algum lote fora da cidade. As plantas mais cultivadas são inhame, goiaba, taro, arroz, milho, banana e hortaliças como berinjela, tomate, chilli, pimenta e okra. Árvores frutíferas como manga e mamão papaia nascem espontaneamente na região.

### **O acesso à terra**

O acesso à terra é o principal fator discriminador entre a população local e os migrantes, com fortes implicações na vida dos moradores de Divo. Os Dida são proprietários de terras e detentores dos direitos sobre elas, e os migrantes não, precisando arrendá-las se quiserem cultivá-las. Além do chefe da aldeia, existe um “chefe da terra”, responsável por todas as questões envolvendo o uso das áreas da comunidade, e que as divide entre os produtores locais.

Quando os migrantes chegaram em Divo, nos anos 1950s, eles pediram ao “chefe da terra” algumas terras, e as obtiveram facilmente, por que havia muita terra disponível. Hoje as terras tornaram-se escassas e os Dida tornaram-se menos hospitaleiros.

Agora os migrantes alugam principalmente parcelas de terras dos proprietários locais e têm que concordar com as condições que esses lhes impõem. Os migrantes que chegaram nos últimos cinco anos têm encontrado mais dificuldades. São obrigados pelos proprietários a mudar de lote a cada 3, 4, 6 ou 12 meses, dependendo do cultivo.

De fato, os proprietários só arrendam sua terra por uma safra. Muitos migrantes reclamam que freqüentemente os contratos são interrompidos logo após os terrenos terem sido limpos e preparados para o plantio pelos arrendatários.

É cada vez mais comum que os proprietários não aluguem suas áreas por causa da crescente escassez de terra associada ao medo diante de forasteiros. Essa situação tem levado a uma instabilidade cada vez maior na vida dos migrantes.

Os migrantes não têm qualquer poder de decisão com relação ao cultivo na terra arrendada. Eles não são autorizados a cultivar plantas consideradas prejudiciais para o solo, ou que esgotem sua fertilidade, e portanto muitas tradições alimentares não podem ser mantidas. Um respondente informou: "eu como arroz todo dia. Eu o vejo apenas como algo para encher a barriga e nada mais".

O espaço ao redor da casa é usado diferentemente pelos habitantes locais e pelos migrantes. Os moradores locais proprietários de terras tendem a encher o espaço com flores e bananeiras ornamentais. Os migrantes cultivam alimentos – para reduzir a energia necessária para buscá-los mais longe e o dinheiro para comprá-los, e por poderem escolher o que plantar ali, sem precisar de autorização do dono da terra.

Uma análise detalhada foi realizada para compreender melhor como o acesso limitado à terra afeta as vidas dos habitantes de Divo. A análise focalizou as políticas locais com relação à agricultura urbana, os atores interessados, e os fatores que determinam a escolha das plantas a serem cultivadas.

### Políticas locais

Não há plano definido ou diretriz política especificamente relacionada à agricultura urbana, e nenhum dos técnicos ou autoridades governamentais entrevistados parecia estar familiarizado com esse conceito. Eles sabiam o que são uma horta doméstica e um pequeno plantio de alimentos (provavelmente alguns deles até tinham acesso a esse uso do solo), mas ninguém tinha uma percepção clara do papel de tais cultivos. A agricultura urbana em Divo não é nem estimulada nem reprimida; ela é simplesmente ignorada, e desconhecida formalmente.



*É comum verem-se pés de milho cultivados no interior de casas incompletas. Foto: Paola Iaccarino Idelson*

A falta de uma política facilitadora para a agricultura urbana é ilustrada pelos seguintes fatos. Primeiramente, os lotes urbanos são destinados exclusivamente para a construção de casas. Se nada for construído no lote no período de três meses, a municipalidade pode retomar o terreno. Isso significa que existem muitas casas incompletas, ou apenas as fundações edificadas, ao redor das quais alguns plantios são cultivados. É muito comum ver plantas de milho crescendo dentro da estrutura de casas incompletas. Em segundo lugar, a terra urbana (os lotes onde os cultivos não são permitidos) é muito mais cara do que as terras na zona rural. Em terceiro lugar, a fronteira entre a terra rural e a urbana é onde os direitos tradicionais e os formais, oficiais, se encontram e colidem. Os direitos não muito bem definidos dos produtores, nessa "terra de ninguém", freqüentemente levam a conflitos, onde os migrantes (especialmente os estrangeiros) são muitas vezes penalizados.

Uma tentativa de elencar uma lista dos direitos à posse da terra foi realizada em 1998. A lei seguinte, adotada em 23 de dezembro de 1998, definiu a terra rural (Stamm, 2000), mas não menciona a fronteira entre as terras urbanas e rurais.

Um maior esclarecimento com relação a essa fronteira seria provavelmente o primeiro passo para se reconhecer o papel da agricultura urbana na economia geral da cidade.

### Os atores envolvidos

Os produtores urbanos locais são, na maioria das vezes, mulheres. De acordo com papéis de gênero bem estabelecidos, as mulheres são responsáveis pela alimentação das famílias. Elas cultivam grãos ricos em amido e hortaliças, e compram peixe e carne no mercado. Seus maridos muitas vezes são proprietários de terras, e assim muitas mulheres cultivam em terras de suas famílias.

Os produtores urbanos migrantes são, indiferentemente, mulheres e homens. Eles praticam a agricultura urbana como um modo de sobreviver. A agricultura urbana é muitas vezes a segunda atividade mais importante, já que o salário de sua ocupação principal não é suficiente para cobrir todas as despesas. Muitos trabalhadores municipais, bem como os lojistas, artesãos (alfaiates, cabeleireiros etc.), têm um pequeno lote onde cultivam uma safra de grãos, como milho (que não exige cuidados diários). A agricultura urbana pode ser a principal atividade econômica de muitos migrantes quando eles não encontram um emprego “formal”. Nesse caso, os migrantes cultivam plantas como arroz (que requer mais trabalho, mas tem mais demanda e paga melhor) e procuram terras mais baratas para trabalhar.

A maior parte dos agricultores urbanos produz apenas para o consumo de sua família. Uma resposta muito comum para a pergunta “você consome ou vende os seus produtos?” foi “eu cultivo para comer, mas se a colheita for boa, eu vendo parte no mercado”. Isso também significa que as pessoas tendem a cultivar o que elas precisam para suas refeições tradicionais, que diferem conforme a região.

### Fatores que influenciam a escolha dos plantios

Enquanto os produtores locais podem cultivar as plantas que precisam para suas refeições tradicionais, a escolha dos produtores migrantes é muitas vezes consequência de razões práticas, não relacionadas com seu gosto pessoal nem com seus hábitos alimentares. Como proprietários das terras (ou esposas deles), os produtores locais têm o poder de escolher o que eles preferem plantar segundo seus gostos e tradições. Todos os informantes cultivavam uma espécie maior de banana e mandioca, integrantes essenciais de seu prato típico diário, o “foutou”.

As escolhas dos migrantes, ao contrário, são influenciadas pelos proprietários das terras, e é muito raro que esses proprietários permitam seus arrendatários cultivarem o que eles prefeririam para sua culinária tradicional (amendoim, para o povo vindo do norte; inhame para o povo vindo do centro), já que os donos das terras consideram essas culturas prejudiciais para o solo.

Os principais critérios, para a escolha dos cultivos por parte dos migrantes, são:

- Cultivos fáceis e rápidos para produzir;
- Cultivos que têm grande demanda no mercado;
- Cultivos fáceis de serem estocados e conservados, e capazes de servir de alimento para as famílias por longo período;
- Cultivos que podem ser cultivados rapidamente em terras objetos de disputa.

O milho é um bom exemplo de cultivo fácil e rápido, e é cultivado por muitos tipos diferentes de gente. Realmente, o milho não exige muito trabalho e tem um ciclo curto de produção, entre três e quatro meses.

*Família da etnia dida cultivando variedades de inhame para preparo do "foutu". Foto: Paola Iaccarino Idelson*



O arroz é considerado uma boa fonte de renda por que é facilmente vendido a preços relativamente caros. Ele também representa uma boa fonte de “segurança alimentar” pois pode ser estocado e comido um pouco a cada dia. Ele é freqüentemente cultivado por migrantes de baixa renda, por causa do preço menor das terras baixas e inundáveis usadas para o seu

cultivo. As áreas inundáveis, realmente, não são próprias para a construção civil, sendo às vezes perigoso até mesmo andar nelas. Sendo assim, elas são muitas vezes cedidas aos agricultores de graça, ou por um preço muito baixo. Além disso, o cultivo do arroz é um trabalho duro, e os migrantes muitas vezes não podem realizar atividades paralelas que lhes permitissem melhorar suas condições econômicas.

## Discussão

Este estudo demonstra como o acesso à terra é um fator limitante para os migrantes em Divo, e como ele afeta suas vidas. À pergunta “qual é o principal problema para suas atividades de agricultura urbana?”, a maior parte dos produtores respondeu: "A dificuldade de arrendar terra", "O curto prazo dos acordos de arrendamento", ou "Problemas com o proprietário da terra".

As implicações de maior importância são a insegurança alimentar, a instabilidade econômica, a impossibilidade de planejar o futuro e a necessidade de mudar hábitos alimentares.

O acesso à terra pode ser um grave fator limitante para os migrantes, e o desenvolvimento de novas conexões sociais será essencial para torná-lo mais fácil (Scott, 1993). A situação em Divo e no resto da Costa do Marfim pode até tornar-se mais difícil, na medida em que o crescente sentimento nativista de "marfinidade" (um sentimento patriótico de valorização de sua própria nação), estimulado pelo novo regime nos últimos anos, vai tornando as coisas ainda piores para os migrantes (Chauveau, 2000).

Mesmo assim, a agricultura urbana em Divo tem um grande potencial. A grande quantidade de terra que ainda está disponível enquanto aguarda edificações (especialmente nos bairros periféricos) e a alta fertilidade do solo fazem da cidade de Divo uma importante fonte de alimentos. Todas as pessoas entrevistadas consideravam vantajoso ser capaz de produzir alimentos, ainda que muitas vezes sem o manejo mais apropriado, mas sim de modo espontâneo e quase sempre precário.

Os menos afortunados (como os migrantes mais recentes, por exemplo) esforçam-se por nutrir suas famílias a despeito de não terem dinheiro suficiente para comprar fertilizantes ou pesticidas e de não serem capazes de arrendar lotes melhores, mesmo por prazos curtos. Os mais afortunados, por outro lado, podem até vender parte de sua produção, e desse modo contribuir para o bem estar de suas famílias.

Para melhorar o potencial da agricultura urbana, o reconhecimento formal da prática por parte das políticas locais é, não apenas necessário, mas essencial.

Os marcos político e legal deverão levar em consideração a possibilidade de diferenciação nos preços da terra dentro da área urbana.

Esses dois passos básicos podem tornar a prática já existente da agricultura urbana mais rentável para todas as categorias de pessoas que vivem em Divo e para a própria cidade.

## Referências

- Chauveau, J.P. (2000). The land question in Côte d'Ivoire: A lesson in history. Issue paper n. 95. iied, Drylands Programme, London.
- Dureau, F. (1987). Migration et Urbanisation. Le cas de la Côte D'Ivoire. Edition de l'Orstom, Paris.
- Mwamfupe, DG. (1994). Changes in agricultural land use in the peri-urban zone of Dar es Salaam, Tanzania. PhD thesis, University of Glasgow
- RGPH, (2001). Recensement Général de la population et de l'Habitation, premiers resultats definitifs du RGPH -98. 2nd ed. Institut National de la Statistique, Abidjan.
- Sanyal, B. (1985). Urban agriculture: Who cultivates and why? A case study of Lusaka, Zambia. In Nutrition and Urban Agriculture. United Nations University' s programme. [www.unu.edu/unupress/food](http://www.unu.edu/unupress/food).
- Scott, J. (1993). Urban agriculture: A response to the impact of structural adjustment measures. In Goodland A. et al. (eds) Feeding Urban Africa. Wye College Press, London.
- Stamm, V. (2000). The Rural Land Plan: An innovative approach from Côte d'Ivoire. Issue paper n. 91, iied, Drylands Programme, London.

# A agricultura urbana e periurbana em Setif

Abdelmalek Boudjenouia - [aboudjenouia@yahoo.fr](mailto:aboudjenouia@yahoo.fr)

Ferhat Abbas University, Setif, Argélia

Andre Fleury - [a.fleury@versailles.ecole-paysage.fr](mailto:a.fleury@versailles.ecole-paysage.fr)

National Higher School of Landscape, Versailles, França

Fotos: Abdelmalek Boudjenouia

**Na Argélia, a agricultura periurbana não é reconhecida como tal. Por muito tempo, a política governamental só reconhecia uma forma de agricultura, estritamente controlada, especializada regionalmente e operando no nível do mercado nacional. A agricultura de pequena escala ao redor de cidades como Setif não era diferenciada da agricultura de larga escala que produzia cereais nas regiões rurais. Com a liberalização da economia, a partir de 1987, os agricultores têm maior liberdade para orientar as suas operações produtivas.**

Setif é a maior cidade em seu estado, localizado na zona central da Argélia, e tem uma população de cerca de 260.000 habitantes (DPAT, 2002). A urbanização tem se dado quase sempre às expensas do espaço agrícola. Este artigo busca responder a duas questões:

- Como a agricultura está se adaptando à liberalização e ao desenvolvimento urbano?
- Em que extensão pode a agricultura periurbana de Setif ser considerada “agricultura urbana”?

Várias transformações na agricultura em Setif indicam a passagem da agricultura planejada em nível nacional para uma outra que tem um foco mais local, e mais atenta ao mercado consumidor. Os agricultores periurbanos estão reorganizando suas operações para tirar maior vantagem da proximidade aos mercados consumidores urbanos.



*A agricultura periurbana fornece uma parcela crescente dos alimentos consumidos na cidade*

## A agricultura em Setif: crise na posse das terras

Nas zonas de Setif designadas para a agricultura, 92,6% das terras estão sendo usadas para esse fim (9.098 ha). A agricultura é muito diversificada, tanto quanto às categorias legais quanto à combinação de atividades. A posse da terra é o principal critério para se designar uma terra como sendo para fins agrícolas.

O estado possui 75% das terras agrícolas, como resultado do confisco das áreas após o fim da época colonial. A partir de 1987, as terras públicas foram reestruturadas, destinadas tanto para operações agrícolas individuais (OAI), ou para operações agrícolas coletivas (OAC). As OAIs têm, em média, 13,4 ha, enquanto que as OACs medem em média 201 ha. (cerca de 31 ha por cada produtor associado). A propriedade privada corresponde aos demais 23,4% das terras agrícolas ao redor de Setif. Embora as atividades agrícolas nas terras privadas sejam pequenas (em média 6,8 ha), elas representam 87,7% do total de operações e incluem 57,7% dos agricultores.

O seu número parece ter aumentado em 1/5 de acordo com o último censo, por meio da subdivisão de operações preexistentes; similarmente, o número de OACs aumentou como resultado da divisão informal de unidades entre produtores (Censo Agrícola de 2001).

A situação das terras mantidas como OAI ou como OAC coloca um sério problema político. Embora os produtores preferissem se apropriar dessas propriedades, o estado pretende mantê-las como suas (recentemente, novas leis vêm facilitando sua privatização e posterior transferência).

O principal desafio para esses produtores é obter a plena propriedade da terra que trabalham, como qualquer agricultor privado, para poderem vendê-la livremente ou deixá-la para seus herdeiros.

Em termos de produção, o cultivo de cereais é predominante, correspondendo a 75,6% em 1985 e a 93,2% em 2001. Um crescimento significativo no cultivo comercial de hortaliças (particularmente de batata) também tem sido observado, principalmente entre 1993 e 1998, quando ele aumentou de 2,3 % para 8,0 %. A participação de forragem reduziu-se de 22% para 5,4%, enquanto que a produção de grãos e leguminosas praticamente desapareceu. Durante esse período, os viveiros de produção de mudas (?) começaram a aparecer nos espaços urbanos vazios de propriedade comunitária. A criação de animais ocupa-se principalmente de gado bovino, ovino, caprino e de galinhas.

### **O surgimento de uma agricultura orientada para a cidade em Setif**

Muitas famílias não consideradas como “agrícolas” na classificação do governo mantêm tradicionalmente seus sítios na periferia urbana para a produção doméstica de hortaliças e criação de galinhas e de pequenos rebanhos de animais maiores pastando nas vizinhanças. Enquanto a maioria dos produtos é consumida pela família, uma porção é freqüentemente vendida no bairro, oferecida nas ruas ou no mercado. A renda produzida com a agricultura é apenas parte da renda familiar, já que alguns membros também trabalham em outros setores (comércio, administração, educação etc.). Mesmo assim, as atividades agrícolas têm papel econômico importante para as famílias.

A agricultura periurbana – e, em certa extensão, também a agricultura intra-urbana – fornece uma quantidade crescente de alimentos perecíveis para atender o aumento da demanda urbana. Isso é o resultado da expansão da agricultura privada de pequena escala, que inclui: horticultura doméstica e criação de animais, horticultura comercial de pequena escala próxima de fontes de água (como no vale Boussellam e perto da estação de tratamento de esgoto), e a produção de leite e derivados (leite de vaca e de ovelha). Também a apicultura, a avicultura ornamental e hortos viveiros de árvores também estão se expandindo em resposta à crescente demanda por parte dos residentes urbanos por mel, carne branca, plantas para paisagismo e interiores, flores, árvores etc.

A estação de tratamento de esgoto começou a operar em 1996 e tem interesse em fornecer insumos para a agricultura urbana (água tratada e composto produzido do lodo fecal, cerca de 27.000 m<sup>3</sup>/ano). A água é despejada em um vale, do qual é bombeada para as áreas cultivadas próximas. Um sistema de distribuição está sendo construído que vai permitir a irrigação de 800 ha de terra para a horticultura comercial, produção de forragem e de mudas, incluindo 13 OAC (707 ha), um OAI (43 ha), e 14 produtores privados (50 ha) (ENPHE, 1995).

Embora alguns produtores, principalmente os horticultores comerciais, nas vizinhanças, e os plantadores de tabaco, mais distantes, estejam começando a usar o lodo efluente da estação de tratamento como fertilizante (existem cerca de 40 usuários), essa atividade ainda é bastante desorganizada e muito pouco promovida. Espera-se mais pesquisa que esclareça os riscos específicos (no transporte e na aplicação no solo) do lodo e as melhores condições para sua utilização.

O estrume animal é usado para o melhoramento do solo na produção de cereais. Outros resíduos, como as sobras dos abatedouros de aves, picadas e vendidas para alimentação (?), ou o pão mofado, recolhido por crianças de porta em porta e depois vendido no mercado para alimentação de animais.

Essencialmente, os sistemas agrícolas tradicionais em Setif permanecem e tornam-se mais integrados na economia regional e mesmo na nacional. As hortas das casas particulares e os pequenos rebanhos pertencem sendo as formas mais usuais de agricultura urbana, só precisando de pequenos espaços vazios para acontecerem.

Mesmo assim estão surgindo novos sistemas de produção que se baseiam em novas oportunidades como a reutilização de resíduos, o crescimento da demanda por produtos frescos e a criação de cinturões verdes onde a agricultura já está prevista (Fleury, Donadieu, 1997).

O plano-diretor de Setif, de 1997, classifica certas zonas agrícolas da cidade como suas “áreas verdes” (o vale Boussellam e uma área ao sul do centro). Isso já revela uma mudança de mentalidade com relação à agricultura urbana, agora mais aceitável.

### Políticas para melhorar o desenvolvimento da agricultura urbana

A área construída em Setif aumentou de 313 hectares, em 1966, para 646 em 1974, 1.780 em 1987, e prevê-se que crescerá mais 1.600 ha até 2025, sendo pelo menos 60 % desse aumento às custas de espaços antes agrícolas (DUC, 1995). Esse aumento, em grande parte correspondendo a ocupações irregulares, acontece principalmente onde o estado é mais incapaz de zelar por seus próprios terrenos.

Embora a Argélia já esteja enfrentando sérias dificuldades para garantir comida para a população, a fertilidade das áreas não tem sido um critério considerado na hora de se decidir quais delas devem ser urbanizadas ou não.

A expansão urbana acontece por meio da criação de adensamentos residenciais e zonas de atividades econômicas não agrícolas na periferia urbana. Se existe um planejamento urbano tecnicamente orientado nesse processo é um fato muito questionável, por causa do controle exercido pelo Estado e pelos políticos eleitos nas decisões relacionadas com a terra, muitas vezes em desacordo com os planos técnicos.

As compensações financeiras pela terra são consideradas inadequadas pelos proprietários de terra, acarretando conflitos legais e atrasos. A mudança da classificação da terra de agricultura para urbana não está bem definida, e o controle sobre as propriedades é muito fraco, fazendo fácil dar às terras destinação diferente da indicada pelo zoneamento.

Por exemplo, as florestas da Zenadia e Boussellam são usadas e reconhecidas pelos residentes locais como áreas verdes.

Mesmo a recente designação dessas áreas como zonas agrícolas não pode ser sustentada, já que esses espaços ainda são oficialmente reservados para desenvolvimento urbano. O uso agrícola também é prejudicado pelo roubo de produtos, vandalismo e pisoteio dos campos.



*Sistemas agrícolas tradicionais se integram progressivamente à economia regional.*

## O acesso à terra

A despeito do impressionante crescimento demográfico que ocorre em Setif, a situação alimentar ainda não estimula a apropriação espontânea das áreas vazias para a implantação de hortas e outros cultivos. Entretanto, é notável observar as novas casas sendo construídas no meio de campos vazios, nas áreas periféricas do município, evidenciando a necessidade de muitas famílias produzirem seus alimentos (?). Desde a reestruturação do setor agrícola em 1987, o acesso à terra tornou-se mais difícil, particularmente nas áreas pertencentes ao governo. Por outro lado, outras formas de posse da terra vão se generalizando, como a cessão por herança, o arrendamento de terras (mesmo envolvendo as OAI e as OAC) e parcerias anuais entre proprietários de terras e investidores em safras como de batata.

## Conclusões

Embora a agricultura periurbana em Setif desempenhe um papel modesto, porém crescente, na dinâmica da cidade, ela é reconhecida oficialmente nos níveis regional e nacional. A pobreza é encontrada em muitas cidades africanas, o que torna urgente a promoção da agricultura urbana de subsistência, does not (?) prevaleça em Setif. Entretanto, seria interessante investigar o potencial de uma política pública que promova as hortas domésticas nas áreas de habitação popular nas periferias da cidade, para fornecer alimentos e mais oportunidades de recreação, de maior controle do espaço e de melhoramento ambiental.

A integração adequada da agricultura urbana no planejamento da cidade exige o seu reconhecimento, a especificação do papel dos espaços e das atividades agrícolas no sistema urbano de Setif, e o seu fortalecimento institucional. Tais políticas não podem ser implementadas a não ser que a instabilidade atual com relação à posse da terra, resultado de uma legislação imprópria, da letargia do estado, e da superposição dos poderes locais, seja superada.

## Referências

- DPAT. 2002. La wilaya de Sétif par les chiffres. Direction de la Planification et de l'Aménagement du Territoire de la Wilaya de Sétif.
- DUC. 1995. "Modèle de développement des villes de Sétif, El Eulma et Ain Arnat". Direction de l'Urbanisme et de la Construction de Sétif (Algérie). Constantine (Algérie).
- Fleury A., Donadieu P. 1997. De l'agriculture périurbaine à l'agriculture urbaine. *Courrier de l'Environnement*, n° 31.
- General Agricultural Census of 2001 (not-yet-published).

## Otimização do uso de áreas baldias em Rosário

Resumo preparado por Marielle Dubbeling - IPES/PGU-ALC, baseado em projeto elaborado por Elio Di Bernardo, Laura Bracalenti, Laura Lagorio, Virginia Lamas e Marina Rodriguez (CEAH, Universidad Nacional de Rosario- Argentina) e Raul Terrile e Antonio Lattura (CEPAR)

**O projeto "Otimização do uso de áreas baldias na municipalidade de Rosário" faz parte do Programa de Agricultura Urbana Municipal da cidade, e foi iniciado em setembro de 2002. Atualmente, 10.000 famílias estão envolvidas nesse programa, ocupando mais de 60 ha de áreas privadas, institucionais e municipais.**

**O projeto está sendo implementado pela Secretaria de Promoção Social da prefeitura de Rosário, pela Universidade Nacional de Rosário (1) e por organizações comunitárias e ONGs (2). O projeto levou à formulação e institucionalização de um marco regulatório e legal favorável à agricultura urbana, que facilita o acesso à terra para essa atividade.**

Este caso e o seguinte, relativo a Cienfuegos, em Cuba, são duas experiências integrantes do projeto "Otimização do uso de áreas baldias para a agricultura urbana" promovido pelo Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe (PGU-ALC). O projeto está sendo implementado simultaneamente nessas duas cidades e em Governador Valadares, Brasil (leia texto). O projeto faz parte do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e é apoiado pelo International Development Research Center (IDRC) do Canadá, e pelo IPES – Instituto para Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Peru).

### Contexto

A cidade de Rosário, com seus quase 18.000 ha, situa-se no coração da Argentina. De acordo com o Censo Nacional da População de 2001, a cidade tinha mais de 1.164.800 habitantes. Durante os últimos 30 anos, a aplicação forçada das políticas neoliberais e a abertura dos mercados conduziu à falência das indústrias localizadas na área e ao desaparecimento de um enorme número de pequenas e médias empresas, que eram, historicamente, importantes fontes de emprego.

Com o passar do tempo, as áreas ao redor do Rosário viram explodir os assentamentos irregulares, a maior parte deles ocupada por grupos de famílias empobrecidas pelo desemprego na região, somados aos grupos de migrantes originários das províncias mais ao norte do país.

O desemprego e a falta de um sistema de assistência social para uma parcela crescente de famílias empobrecidas levaram várias ONGs a assumirem progressivamente um papel mais relevante nos programas de desenvolvimento social, com a agricultura urbana como importante parte de seu trabalho. Por seu lado, a municipalidade transformou gradualmente suas atividades visando a implementação de programas e políticas sociais que criem alternativas para os grupos excluídos do mercado formal de trabalho.

Um recurso importante que a cidade tem, para desenvolver atividades de agricultura urbana, é a existência de muitas áreas vazias de propriedade pública e privada que podem ser convertidas em áreas de produção agrícola pelas famílias pobres. Dentro desse quadro, facilitar o acesso à terra e a sua posse para os grupos de menor renda é uma chave para lhes abrir o caminho da inclusão no processo social.

### Áreas vazias e uso produtivo

A cidade tem uma grande quantidade de áreas vazias ou parcialmente vazias (um total de 35% da área municipal), boa parte das quais tem potencial para uso agrícola devido à proximidade de assentamentos irregulares e de conjuntos habitacionais. Realmente, muitos dos cultivos urbanos atuais – resultado de iniciativas espontâneas ou incentivadas pelo Programa de Agricultura Urbana da prefeitura – estão localizados nessas áreas e são trabalhados pelos residentes desses assentamentos e de favelas que existem nas vizinhanças.



*Agricultora urbana desenhando sua horta doméstica em Governador Valadares, Brasil*

Muitas das áreas sendo usadas atualmente na agricultura urbana foram “tomadas” (sem violência) pelas pessoas, ou obtidas junto a entidades públicas ou à municipalidade graças a um decreto da Prefeitura que promove a cessão temporária de áreas públicas ou privadas para uso produtivo de interesse comunitário (3). Nas áreas públicas, a permissão de uso temporário pode ser obtida das autoridades competentes, e nas áreas particulares os donos são convidados a cederem suas terras à prefeitura por dois anos, durante os quais eles ficam isentos do pagamento das taxas e impostos territoriais.

Entretanto, muitos desses lotes vazios não são próprios para a agricultura, estando degradados por inúmeras diferentes razões e atividades urbanas, ou localizados em áreas inviáveis. Sendo assim, é importante analisar a situação das áreas urbanas e periurbanas baldias para determinar o seu potencial para o uso agrícola.

Para transformar terrenos baldios em áreas produtivas, é importante colher primeiramente informações confiáveis e atualizadas. Tais informações facilitam a tomada de decisões consensuais sobre quais tipos de terra podem ser usados para agricultura, como e por quanto tempo, de acordo com um modelo moderno de políticas urbanas. Estudos participativos tornam possível determinar a situação da agricultura urbana na cidade e o potencial de se usarem as áreas não edificadas na produção de alimentos.

### Diagnóstico e planejamento do uso do solo

Durante a primeira fase do projeto, os estudos participativos produziram informações que serviram de base para o desenvolvimento de um plano de ação e para a definição de estratégias visando otimizar o uso agrícola das terras disponíveis.

Os conceitos teóricos e metodológicos de “viabilidade” e “acesso” foram discutidos, e definiu-se que seriam organizados encontros e oficinas reunindo os agricultores e as autoridades municipais.

As seguintes variáveis foram selecionadas para definir a “viabilidade” de cada área: qualidade ambiental; potencial agrônômico; uso atual (e usos anteriores, se a área foi usada para descarte industrial ou outras atividades perigosas); regulamentos atuais que disciplinem o uso do solo na área; projetos urbanos planejados para a região; abastecimento de água; e a situação legal quanto à propriedade e à posse do terreno.

As variáveis consideradas para a definição da “acessibilidade” da terra foram: situação legal; leis e normas atuais sobre acesso e posse; dívidas e ônus reais; políticas públicas; e valor da terra.

A situação legal dos lotes pode variar: uma porcentagem significativa dos terrenos da cidade está sendo objeto de disputas judiciais (massas falidas, proprietários desconhecidos etc.); outros terrenos são áreas públicas (doações, expropriações etc.) ou foram vendidos, arrendados ou destinados a outras instituições e pessoas. A existência e a abrangência de decretos e normas devidamente regulamentados que promovam e formalizem a destinação de terras para empreendimentos produtivos alternativos – tais como a agricultura urbana – é outro fator importante para a determinação da acessibilidade da terra.

Dentro do marco de políticas públicas, é importante determinar a viabilidade de mudanças nos projetos incluídos no plano-diretor, no Serviço Público de Habitação, nas obras públicas etc., se existem espaços previstos para edificação e outros destinados a áreas verdes ou outros usos específicos. Com respeito à política fundiária, é importante observar a localização e a situação legal da terra a ser protegida de ocupações ilegais.

O valor da terra, além de ser um indicador de quão atrativa a terra vazia é para o mercado imobiliário, precisa ser identificado para habilitar todas as áreas de planejamento a proporem possíveis desapropriações de áreas particularmente úteis para o estabelecimento de empreendimentos sócio-produtivos estratégicos, tais como os relacionados à agricultura urbana.

### **Identificação e caracterização das terras municipais não construídas**

As terras vazias de Rosário foram classificadas de acordo com a tipologia de propriedade dos espaços livres, cada tipo exigindo uma política de intervenção específica:

Os tipos de propriedade usados na análise foram: privado; público municipal; público estadual (provincial); público federal; companhia ferroviária; departamento rodoviário e outros.



*A organoponia pode ser usada para cultivos em locais onde o solo não é viável.*

**Tabela 1. Áreas vazias com potencial para a agricultura urbana foram classificadas de acordo com a seguinte tipologia:**

Espaços privados	1. privado vazio 2. privado com débitos fiscais
Áreas verdes	1. praças 2. parques recreacionais urbanos
Espaços institucionais	Hospitais, escolas, prisões, prédios públicos
Espaços públicos	próprios municipais, estaduais e federais
Áreas impróprias para construção	1. linhas de trem 2. margens de rios e de córregos 3. laterais de estradas e de "quarries" 4. laterais de auto-estradas e anel rodoviário 5. áreas sujeitas a inundações
Reservas ecológicas e áreas protegidas	1. Reservas ecológicas 2. Parques e florestas
Áreas de tratamento de resíduos	1. Aterros sanitários

Os lotes identificados têm 5.000 m<sup>2</sup> ou mais nas áreas periféricas, e 2.500 m<sup>2</sup> ou mais nas áreas intra-urbanas. A área de 5.000 m<sup>2</sup> é determinada pelo seguinte cálculo: área cultivada coletivamente que fornece possibilidades para produção agrícola comercial.

A área de 2.500 m<sup>2</sup> é o total da soma de 10 unidades básicas familiares em áreas urbanas para hortas comunitárias (10 famílias trabalhando juntas).

A identificação de terra “não edificada” foi feita a partir da interpretação de mosaicos digitalizados. Desse modo, um mapa básico geo-referenciado (em um Sistema de Informação Geográfico) foi desenvolvido para ser usado no planejamento e monitoramento da agricultura urbana no município de Rosário.

### Consultas Participativas

O processo de diagnóstico combinou diferentes abordagens participativas relacionadas ao levantamento e organização das informações básicas. Foram preparados mapas das áreas não edificadas, e os tipos de terra mais acessíveis foram identificados. As principais fontes de informação foram:

- Informações básicas sobre o planejamento urbano de Rosário;
- O Programa de Agricultura Urbana de Rosário;
- Oficinas participativas envolvendo representantes de 70 hortas comunitárias localizadas nas terras baixas ao longo dos riachos Ludueña e Saladillo;
- Entrevistas com técnicos, funcionários municipais e produtores urbanos;
- Reuniões com outras instituições, agências municipais e organizações comunitárias;
- Parcerias com programas como Prohuerta (nível nacional) e Crecer (nível municipal).

Várias oficinas participativas foram realizadas durante o processo.

A primeira delas, "Apresentação do Projeto de Otimização do Uso da Terra", objetivou introduzir as idéias e propósitos do projeto e compartilhar informações sobre as áreas estudadas. Foram preparados mapas para mostrar as informações gerais sobre regulamentos relacionados com o uso do solo, tipos de propriedade, e uso do solo. Esses mapas também foram usados pelos participantes para localizar suas hortas urbanas e áreas vazias com potencial para a agricultura.

A segunda oficina, "Situação das hortas existentes", objetivou fazer uma caracterização detalhada das hortas em atividade, os grupos sociais que participam, e os processos de manejo e trabalho desenvolvidos. Ela também levantou informações complementares para determinar a viabilidade e nível de acessibilidade dos lotes vazios identificados.

Uma terceira oficina participativa, "Desenvolvimento de propostas" foi mais fundo na compreensão dos problemas experimentados para se ter acesso seguro à terra, definiu as condições e exigências enfrentadas pelos agricultores e ainda identificou os compromissos que devem ser exigidos da Prefeitura.

As propostas feitas pela comunidade foram disseminadas entre vários departamentos municipais e foram analisadas durante dois seminários com seus representantes.

As oficinas comunitárias também resultaram na identificação da necessidade de se melhorar a adequação das terras para a prática agrícola. Assim sendo, foi realizado um estudo específico que resultou na edição de um manual de técnicas para o manejo e recuperação de vários tipos de solo existentes na região, normalmente medíocres.

## **Plano de ação**

O plano de ação preparado em Rosário incorpora atividades que objetivam a adaptação dos terrenos vazios para o uso produtivo, o melhoramento da qualidade dos solos para facilitar seu uso agrícola, e a formulação e institucionalização de políticas públicas.

Em junho de 2003 foram organizadas as "Oficinas de Projetos Abrangentes" para definir as diretrizes de programas para o projeto de espaços para agricultura urbana. Essas oficinas deram oportunidade a debates e ao desenvolvimento de novas propostas. As oficinas resultaram em mapas indicando os usos propostos para o solo e que serviram como ferramentas úteis no planejamento do seu uso; no projeto de hortas-parques em espaços públicos ou ao longo das margens de rios que cruzam a cidade; e na adequação das hortas às características do solo onde são implantadas.

Muitas propostas foram desenvolvidas para a inclusão gradual da agricultura urbana nas políticas municipais. Uma delas foi a inclusão da agricultura urbana como uma estratégia no plano-diretor, que atua em dois pontos: Por um lado, ela interpreta o processo de mudança nos aspectos físicos e espaciais da cidade, e, por outro, ela define – baseada nessa interpretação – estratégias fundiárias, políticas e programas funcionais, além de projetos de desenvolvimento urbano para transformar a cidade.

O caráter exploratório das atividades desenvolvidas pelo plano-diretor permite a inserção do programa de agricultura urbana no planejamento geral da cidade, ao reconhecer a necessidade de se incluir a agricultura nas políticas urbanas e na agenda pública, e a necessidade de se gerar um marco regulatório e diretrizes eficazes.

Com a utilização do SIG e de mapeamentos comunitários, é possível identificar as áreas vazias viáveis para a agricultura urbana e incluí-las em um “banco municipal de terras” de Rosário.

O gerenciamento e a administração dos lotes vazios para uso agrícola agora estão centralizados na Secretaria de Promoção Social (que gerencia o Programa Municipal de Agricultura Urbana).

A Secretaria coordena suas atividades com o Cadastro Fundiário, o Departamento de Planejamento, e o Departamento de Parques e Jardins. Pedidos para o uso (temporário) de áreas vazias são selecionados e priorizados usando-se os vários critérios definidos em oficinas participativas, como coesão comunitária, histórico do grupo, sua capacidade gerencial etc.

Presentemente 10.000 famílias têm o acesso à terra assegurado por meio dessa metodologia, e se beneficiam com maior segurança alimentar, reconhecimento social e geração de renda.

### **Notas**

1. De forma notável, o Centro de Estudos de Produção Agro-ecológica e o Centro de Estudos do Ambiente Humano, da Escola de Arquitetura, Planejamento e Design.
2. A ONG “Nacimiento” participou ativamente no desenvolvimento do estudo participativo, e também colaborou na iniciativa.
3. Decreto N° 4713, cria o Programa Municipal de Horta Comunitária (gerenciado pela Secretaria de Promoção Social).

# De terrenos baldios a espaços produtivos em Cienfuegos, Cuba

Alejandro R Socorro Castro - Asocorro@fmec.ucf.edu.cu  
CETAS, Universidade de Cienfuegos, Cuba

**Cienfuegos foi a última das principais cidades cubanas a ser fundada na era colonial, mas o seu desenvolvimento subsequente e a suas qualidades estéticas logo a colocaram entre as cidades mais importantes de Cuba, tornando-a conhecida como a “Pérola do Sul”.**

A cidade é a capital de uma província (estado) localizada na parte centro-sul da ilha. Tem pouco mais de 162.000 habitantes e ocupa um ecossistema costeiro que inclui uma rica variedade de flora e fauna, bem como um panorama dominado pelo verde do mar e o azul do céu.

O projeto "Otimização do uso das terras para agricultura urbana" (ver também artigo sobre Rosário) objetiva incluir a agricultura urbana no planejamento físico da cidade, otimizando o uso das terras disponíveis e promovendo a segurança alimentar. Ele está ligado ao Programa de Agricultura Urbana na cidade de Cienfuegos, que objetiva estimular o uso agrícola de áreas livres e oferecer mais opções para a produção local de alimentos na cidade e em sua periferia.

## Fases do Projeto

Após uma análise inicial das informações disponíveis, a primeira fase iniciou-se com um diagnóstico participativo em Cienfuegos, incluindo entrevistas, pesquisas e uma oficina prática para capacitar os principais interessados e envolvidos. Os dados gerados durante esse diagnóstico foi a base para o desenvolvimento e subsequente aprovação de um mapa de uso das terras disponíveis para a agricultura urbana.

Uma equipe local, formada por especialistas de diferentes instituições, projetou e implementou um Sistema de Informações Geográficas (SIG) que facilitou a comunicação e permitiu avaliações constantes durante o trabalho de campo. A implementação de um SIG adequado e participativo, no nível municipal, foi estudada e depois aperfeiçoada durante o processo, sempre adaptada às necessidades de cada fase.

Com base nesse diagnóstico, algumas áreas da cidade foram selecionadas para iniciarem o projeto com a participação ativa dos moradores dos bairros vizinhos. O trabalho começou em quatro “Conselhos Populares” (unidades governamentais sub-municipais): Reina, Pueblo Grifo, La Barrera e Tulipán. Foram elaborados mapas dessas áreas mostrando os terrenos que estão sendo usados ou capazes de serem usados para agricultura, apresentados durante uma oficina que reuniu a equipe do projeto e outros interessados.

Também foram definidos indicadores eficientes para o uso das terras urbanas baseados na adequação e acessibilidade, depois integrados em um plano de ação. Um último estágio dessa primeira fase do projeto incluiu uma oficina da sistematização para avaliar a experiência, refinar as lições aprendidas e fazer recomendações. Essas informações foram usadas na proposta para a segunda fase: a otimização do uso das áreas livres para agricultura urbana como parte da estratégia municipal contra a pobreza e a exclusão.

A segunda fase do projeto – a implementação do plano de ação – incluiu os outros Conselhos Populares que também ofereceram espaços para serem utilizados: San Lázaro, Buena Vista - La Esperanza, Junco Sur, Pastorita - Obourke. Os mapas de uso do solo correspondentes foram completados para ampliar o conhecimento das possibilidades.

Além disso, essa fase incluiu uma série de iniciativas para comunicar a experiência adquirida nos níveis local e regional, como a apresentação dos mapas de uso do solo pelos Conselhos Populares, a criação de materiais multimídias, e uma reflexão crítica sobre a regulamentação, o uso e a conservação do solo, elaborada pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana.

### **De terrenos baldios a espaços produtivos**

A otimização do uso da terra é realizada como um "processo de intervenção participativo no qual o uso das terras ociosas em uma certa região é planejado e definido, com base em fatores como nível de urbanização, posse da terra, direitos de propriedade, usos previstos, aspectos socioeconômicos e culturais, e capacidade física para a prática sustentável da agricultura". Aqui, otimização refere-se ao uso espacial e temporal.

Esse modo de alcançar o “uso ótimo das áreas livres” pressupõe a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, as oportunidades diferem em muitas cidades da região e são o resultado de processos diferenciados de urbanização e planejamento físico, muitas vezes incompatíveis com os critérios fundamentais de sustentabilidade.

Um outro importante aspecto é que a otimização do uso da terra não é um processo passivo de aplicar ferramentas geográficas e estatísticas, mas um processo na verdade bem ativo. Ele requer quase que uma intervenção antropológica, de abordagem holística e caracterizada pelas relações sociais, econômicas, ambientais, institucionais e políticas. Além disso, a otimização muitas vezes leva à conclusão de que uma área em questão não é viável para o uso agrícola.

Adicionalmente, a agricultura urbana deve ser considerada de acordo com o Plano Geral de Terras e Regulamentação Urbana (metodologicamente, sob o planejamento físico da municipalidade), como um modo de se alcançar a segurança alimentar, uma oportunidade produtiva, e uma importante atividade dentro do ecossistema urbano.

### **Dos mapas aos planos de ação**

O processo de se alcançar o consenso (sobre os mapas de uso da terra) foi desenvolvido em três níveis:

- 1) Compatibilidade técnica com o Departamento de Terras do Ministério da Agricultura;
- 2) Compatibilidade com o Plano Diretor do Departamento de Planejamento Físico; e
- 3) Compatibilidade com os interesses do Conselho Popular.

O processo de construção do consenso resultou no levantamento prospectivo do uso das terras para agricultura urbana e periurbana no nível de cada Conselho Popular, e sua integração na estratégia mais geral da cidade. Os mapas dos SIG mostraram espaços vazios maiores que 1.000 m<sup>2</sup>. A tipologia dos espaços existentes e potenciais é muito diversificada, o que evidencia a necessidade de ser levada em consideração no planejamento, juntamente com os aspectos de propriedade e posse e de viabilidade.

Ao projetar o Plano de Ação, é necessário levar em consideração que o Programa Nacional de Agricultura Urbana tem um “sub-programa de controle, uso e conservação da terra” que inclui elementos de agronomia e uma abordagem multi-dimencional do uso do solo.

Embora exista um esforço organizado e consolidado de planejamento que já inclui a agricultura urbana, ele ainda pode ser melhorado. Especialmente o governo local e o processo participativo precisam ser fortalecidos.

A dinâmica da economia e da produção locais gera novas áreas de necessidade de planejamento físico e regulamentação. Um exemplo é a necessidade de se converterem lotes de terra que surgiram da reestruturação da indústria açucareira na cidade.

Existe um marco regulatório e legal, bem como um procedimento estruturado para o gerenciamento do uso da terra, incluindo diferentes formas organizacionais de produção agrícola no que diz respeito aos diferentes tipos de posse da terra. Entretanto, não existe nenhum documento que possa servir como um guia para o uso dos espaços, com critérios de eficiência e de sustentabilidade ecológica, econômica, social, política e institucional.

O Plano de Ação desenvolvido para a próxima fase do projeto de intervenção inclui disseminar a experiência para todos os Conselhos Populares da municipalidade, e a seguir para as outras municipalidades na mesma província. A integração da atividade de planejamento participativo nos diferentes níveis de administração é um dos desafios do processo.

Uma das ações prioritárias é a aprovação de um documento oficial sobre o uso de terras livres no município que integre os mapas de uso do solo elaborados pelos Conselhos Populares. Esse documento deveria servir como um anexo do Plano Diretor do município.

Outras atividades importantes do Plano de Ação incluem a capacitação, a distribuição de mapas (que é, ao mesmo tempo, uma validação e o lançamento das atividades agrícolas nos lotes vazios de cada localidade, pelo Conselho Popular), o estabelecimento de equipamentos municipais para iniciar os projetos produtivos em cada uma das áreas inscritas e apoiadas, o fortalecimento da estrutura do SIG no Departamento Provincial de Planejamento Físico e Social, e o reforço da assistência técnica disponível para a prática da agricultura urbana.

A implementação do Plano de Ação está agora em uma fase mais avançada, conforme os mapas de uso das áreas vão sendo completados pelos Conselhos Populares. Áreas com potencial para a agricultura urbana foram identificadas dentro da cidade e em sua periferia. Além disso, foram feitos avanços na expansão do marco conceitual e metodológico para a elaboração dos mapas. O SIG é considerado uma ferramenta de apoio no processo do gerenciamento do uso do solo e na elaboração de mapas, como uma base e um meio para comunicação na elaboração dos mapas de uso do solo (atuais e potenciais), e como uma ferramenta importante para construir os planos necessários para conduzir o trabalho de campo.

## Conclusões

Estando em questão a administração territorial, a otimização do uso das terras urbanas ociosas deve partir da premissa conceitual e metodológica do "uso da terra conforme sua vocação", ou uso ideal, ou o melhor possível.

Similarmente, o Plano Regulador do Uso do Solo deve reconhecer a necessidade de conservar "áreas não urbanizáveis" (onde não se possa construir) para usos tais como a agricultura urbana.

Isso é fundamental para a inclusão da agricultura urbana, periurbana e rural no processo de planejamento físico do município.

Essa experiência demonstrou a importância da construção de consenso quanto ao uso da terra, não apenas do ponto de vista técnico, ou em termos do uso de insumos produtivos, mas também quanto às dimensões ecológica, econômica, sócio-cultural e institucional.

A agricultura urbana é uma atividade guiada pelas características de um certo agro-ecossistema, mas está sujeita às complexas relações do ecossistema urbano, o que pode colocar problemas para a sua sustentabilidade.

A otimização do uso da terra urbana como um processo de participação e de integração multi-setorial fornece uma oportunidade para a construção de consenso e fortalecimento da governança.

## **Governador Valadares, Brasil**

### **Contribuição de Ivana Lovo para a Conferência Eletrônica**

O processo incluyente e democrático de elaboração de políticas e de planejamento de ações hoje em curso em Governador Valadares está promovendo a integração da agricultura urbana no plano do uso do solo no município. Várias agências municipais (planejamento, meio ambiente, agricultura, obras) bem como várias organizações da sociedade civil participam desse processo. Estudos realizados na primeira fase do projeto em Governador Valadares indicaram a existência de uma quantidade substancial de terra (37% da área total da cidade) com bom potencial agrícola disponível na cidade. Essa parcela incluía terras públicas, quintais, gramados institucionais públicos e privados, áreas de serviço de ferrovias e rodovias, margens de rios, parques e outras áreas verdes, lagos e tanques, e uma área de reserva natural. Cerca de 33% das moradias urbanas estão envolvidas com agricultura urbana em uma rede informal de relações (são cultivadas principalmente frutas, hortaliças e ervas).

O valor total dessa agricultura intraurbana e periurbana corresponde a 3,17% do Produto Bruto Municipal (valor dos bens produzidos e serviços prestados na cidade por ano), sendo 1,17% produzido por famílias no setor informal.

Como resultado desse processo, um sistema de redução de taxas municipais foi criado, para estimular o acesso dos pobres interessados aos inúmeros lotes privados ociosos. Os proprietários de lotes vazios podem assinar um contrato com a municipalidade ou uma associação de horticultores comunitários, dando-lhes direitos ao uso temporário de seus terrenos. Os agricultores têm que atender certas responsabilidades e cuidar bem da terra. Os proprietários privados recebem uma dedução nas taxas municipais que devem pagar por seus terrenos. Além do incentivo fiscal, o uso produtivo do lote garante o proprietário contra invasões ilegais de seu terreno. Um sistema de tarifas diferenciadas para a água consumida está sendo desenvolvido para promover o armazenamento e o uso da água da chuva e das águas-cinzas (águas servidas domésticas não incluindo excreta humano) na agricultura urbana.

# Hortas comunitárias no município de eThekweni na África do Sul

M.G. Leech - [holabol@iafrica.co.za](mailto:holabol@iafrica.co.za)

Prefeitura de eThekweni

**As áreas a leste do município de eThekweni (1) consistem de amplos espaços de terras públicas que estão zonificadas para vários propósitos, mas que muitas vezes não podem ser usadas nem desenvolvidas conforme os planos por causa da escassez de recursos. No início de 1998, o Conselho da Prefeitura de eThekweni decidiu tornar a agricultura urbana uma responsabilidade do Departamento de Parques e Lazer da Prefeitura.**

Esse município está localizado dentro faixa costeira da África do Sul e é caracterizado por seus altos níveis pluviométricos e pelo relevo ondulante. Sob as leis sanitárias do município, as áreas públicas precisam ser capinadas e limpas regularmente, porém a maior parte dessas terras está sendo ocupada por cidadãos carentes. Muito freqüentemente essas pessoas eram agricultores que agora cultivam pequenos lotes para o consumo familiar e para isso invadem essas áreas públicas, roçam-nas e queimam a vegetação nelas existentes.

Entretanto, como grande parte dessas terras está localizada em várzeas com drenagem natural, era importante assegurar que as árvores e a vegetação nessas áreas freqüentemente inundadas seriam preservadas. A legislação não permite a remoção da vegetação das áreas inundáveis à margem dos rios e dos drenos naturais. Infelizmente, com a falta de orientação ou controle apropriado, a vegetação ciliar tem sido perdida, acarretando a erosão da camada superficial do solo, o assoreamento dos cursos d'água e inundações bem violentas a jusante. Essa situação exigia que um maior controle fosse estabelecido e que fossem criados métodos de treinamento sobre terraceamento de encostas e cultivo em curvas de nível, visando reduzir a erosão dos solos.

Após 1998, o Conselho permitiu o uso das áreas mencionadas por agricultores comunitários, com a condição que os produtores formassem uma organização contando com um dirigente responsável, e respeitassem as regras usuais de cultivo aplicáveis a todas as hortas da região. De acordo com esse arranjo, o Conselho ficava obrigado a avisar, com seis meses de antecedência, as organizações de horticultores caso um terreno fosse requerido de volta para ser incorporado ou desenvolvido, devendo ainda ajudar na transferência dos produtores para outro local.

O Conselho forneceu fundos para o desenvolvimento inicial dessas hortas na forma de cercas, minhocas, ligação de água e instalações seguras para armazenamento, e também se comprometeu a fornecer composto uma vez por ano até que as hortas ficassem auto-suficientes na produção local desse tipo de adubo. As organizações de produtores também precisam levantar recursos junto a seus associados para atender algumas despesas. Por exemplo, uma vez que tenha sido instalado, em uma horta, o medidor de consumo de água, o grupo que nela trabalha deverá assumir essa despesa. Torneiras que podem ser trancadas a chave são fornecidas para permitir o controle do consumo. Também foi providenciado algum apoio financeiro, principalmente para a construção de cercas. Depois, devido ao enorme aumento do número dessas hortas, não havia mais dinheiro suficiente para atender desse modo todos os grupos.

Cercar os terrenos é fundamental já que essas hortas estão situadas perto de áreas rurais onde animais, como gado, cabras e galinhas, são criados soltos para buscar alimentos nas redondezas. Também o problema do roubo de produtos precisa ser prevenido.

O treinamento para a produção de composto, uso de cobertura morta (mulch), e cultivos em curva de nível é fornecido para cada local onde uma horta seja instalada, já que cada uma delas tem características específicas. Esse treinamento é fornecido livre de despesas e combina princípios modernos e tradicionais. Um sistema básico de trocas é organizado e os produtores membros do grupo podem trocar seus excedentes entre si, para tornar sua alimentação mais variada, equilibrada e completa. Também se espera que os produtores no futuro tornem-se capazes de fazer doações regulares de alimentos aos abrigos e hospitais da cidade.

*Cercar as áreas de plantio é uma medida indispensável.  
Foto: Rachel Slater*



Tal esquema é considerado uma situação onde todos ganham, tanto a comunidade como o Conselho Municipal. O Conselho fornece insumos produtivos usando o dinheiro que seria gasto cuidando das áreas baldias. Eles também economizam quando o mato e o capim cortados nas áreas residenciais, em vez de terem que ser removidos de caminhão para longe, são aproveitados na própria região como mulch ou na produção de composto. Os produtores também se tornam capazes de trabalhar perto de suas casas, de receber treinamento e gerar renda. Porém um aspecto negativo que afeta a expansão das hortas é a interferência política de alguns vereadores que tentam manipular as pessoas e a situação para atender os seus interesses eleitoreiros.

Atualmente estão sendo elaborados planos para a implantação de uma cozinha em cada comunidade. Também estão nos planos a preparação e a venda de temperos e geléias, e a produção de ervas secas com fins culinários ou medicinais, conforme os costumes. Os planos para preparação de refeições tradicionais para serem congeladas e vendidas a quem retorna tarde para casa, também estão adiantados. Outras áreas livres estão sendo identificadas para abrigarem hortas comunitárias, a exemplo dos terrenos vazios em escolas, previstos para serem futuros campos de esportes, mas que ainda não foram aproveitados para tal. Nesse caso, são encaminhados pedidos às autoridades da área educacional solicitando seu uso até que o desenvolvimento das instalações esportivas seja realizado.

## Nota

- 1) Esse é o novo nome do Durban Metropolitano, na África do Sul

## Hortas em parcelas em cidades filipinas

**Robert J. Holmer** - [rjholmer@philcom.ph](mailto:rjholmer@philcom.ph)

Universidade Xavier, Cagayan de Oro, Filipinas

**Merlito T. Clavejo** – CLENRO, Governo municipal de Cagayan de Oro

Stefan Dongus – Governo municipal de Schelklingen, Alemanha

Axel Drescher – Applied Geography of the Tropics and Subtropics (APT), Universidade de Friburgo, Alemanha

Fotos: Roberto Holmer

**Este documento foi produzido com apoio financeiro da Comunidade Européia por meio do Programa AsiaUrbs (project PHL-3-17). As opiniões expressadas aqui são dos parceiros do projeto e não refletem a opinião oficial da Comissão Européia. Os autores agradecem a todos os parceiros do projeto, nas Filipinas e na Europa, pela assistência que trouxeram. Agradecemos especialmente o Kleingartenmuseum Leipzig (Museu das Hortas em Parcelas de Leipzig) por disponibilizar, para o projeto, fotos de hortas divididas em parcelas.**

As hortas divididas em parcelas são caracterizadas por concentrarem, em um mesmo espaço comunitário, várias pequenas parcelas de terra, com cerca de 200 a 400 m<sup>2</sup> cada uma, colocadas à disposição de indivíduos ou de famílias, usualmente organizadas em uma associação, que queiram cultivar alimentos. Nesse tipo de horta, cada parcela é cultivada individualmente, enquanto que nas hortas comunitárias de uso coletivo, todos cultivam a área toda, indiscriminadamente (Macnair, 2002).



*Reunião dos produtores em um viveiro de mudinhas de hortaliças.*

Essas parcelas são entregues legalmente pelas autoridades municipais às associações para serem usadas exclusivamente para o cultivo de hortaliças, frutas e flores, mas jamais para fins residenciais.

### Antecedentes históricos

A idéia de organizar hortas comunitárias em parcelas de uso individual ou familiar conheceu seu primeiro êxito em 1864, quando foi fundada a primeira “Associação de Horticultores Parceleiros”, na Alemanha. Durante o período da industrialização da Europa, um grande número de trabalhadores e suas famílias migrou das áreas rurais para as cidades em busca de emprego nas fábricas. Muito freqüentemente essas famílias viveram em condições extremamente pobres, uma condição socioeconômica de certo modo semelhante à vivida atualmente nas cidades filipinas cujo crescimento populacional é hoje explosivo. Para melhorar a situação geral, foram criadas as primeiramente chamadas “hortas para os pobres”, e depois “hortas em parcelas”; cidades, fábricas, mosteiros etc. ofereciam áreas para os pobres urbanos, permitindo-lhes cultivar alimentos para suas famílias e criar porcos, galinhas e outros pequenos animais domésticos (Kasch, 2001).

O aspecto da segurança alimentar tornou-se ainda mais evidente na primeira metade do século 20, durante as primeira e segunda Guerras Mundiais, quando a situação socioeconômica esteve particularmente dramática, principalmente em termos da situação nutricional da população. Muitas cidades ficaram isoladas do interior do país, e os produtos agrícolas das áreas rurais não chegavam aos mercados urbanos, ou só eram encontrados a preços altíssimos no mercado negro. Conseqüentemente, a produção de alimentos dentro das cidades, especialmente a produção de frutas e hortaliças em hortas domésticas ou em hortas de parcelas, tornou-se essencial para a sobrevivência. Em 1919, um ano após o fim da 1a. Guerra Mundial, a primeira legislação de hortas em parcelas na Alemanha foi aprovada. A chamada “Lei das Pequenas Hortas e Pequenos Arrendamentos” garantia segurança na posse da terra que fosse trabalhada e fixava as taxas de arrendamento. Em 1983, essa lei foi emendada pelo “Ato Republicano sobre Hortas em Parcelas” (Gröning & Wolschke-Bulmahn, 1995).

A importância das hortas em parcelas na Alemanha mudou no decorrer dos anos. Enquanto que em tempos de crise e pobreza (de 1850 a 1950), a principal função das parcelas era aumentar a segurança alimentar pela produção local de comida, atualmente sua função está mais ligada a oferecer áreas de recreação, de encontro e fortalecimento comunitário. O que já foi um emprego de tempo parcial é hoje visto como um hobby querido por milhões de praticantes. E freqüentemente as hortas em parcelas são consideradas como parte do cinturão verde público das cidades (Crouch, 2000, Drescher, 2001).

### Objetivos e Metodologia

O principal objetivo dos projetos-pilotos implantados nas Filipinas foi servirem como modelos e centros de aprendizado que permitissem a futura expansão das hortas em parcelas na cidade de Cagayan de Oro e depois noutras cidades do país.

Essas áreas experimentais foram implantadas em quatro “barangays” (correspondem a distritos - a menor unidade administrativa de governo nas Filipinas). As áreas em Bugo, Gusa e Lapasan foram selecionadas baseando-se em experiências adquiridas pelo governo em um projeto anterior de separação de lixo. As hortas em parcelas, nessas localidades, estavam relacionadas com a parte biodegradável do lixo separado, que transformada em composto iria adubar as hortas comunitárias, servindo como destinação para esse tipo de lixo. A quarta horta em parcelas, no distrito de Canitoan, está localizada junto ao aterro sanitário da cidade, e foi selecionada para ser usada pelos catadores de lixo de Cagayan de Oro, um dos grupos socialmente mais em desvantagem na cidade.

A Faculdade de Agricultura da Xavier University recomendou essa ligação entre a reciclagem do lixo e as hortas comunitárias. Experiências em compostagem e produção de hortaliças em áreas urbanas já tinham sido reunidas graças a um projeto anterior com fundos da Comunidade Européia (Guanzon & Holmer, 2003). Os parceiros alemães, Schelklingen e APT da Universidade de Friburgo, concordaram em contribuir com seu conhecimento nos aspectos administrativos das hortas em parcelas, particularmente nos aspectos legais e na organização comunitária. Também fez parte do projeto um Sistema de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta importante para integrar as hortas no planejamento urbano. Essa parte é coordenada pelos parceiros belgas, na cidade de Dinant e no Departamento de Geografia da Universidade FUNDP, na cidade de Namur.



Horta comunitária em parcelas na Alemanha.

## Seleção das áreas

As áreas viáveis foram identificadas com base em:

- (a) acesso à água e a transporte;
- (b) uso sem custo ou com custo acessível;
- (c) disponibilidade de uma área contínua de pelo menos 3.200 m<sup>2</sup> para acomodar no mínimo 8 famílias, cultivando, cada uma, 400 m<sup>2</sup>.

A maior parte dos espaços livres em Cagayan de Oro são de propriedade particular. Sendo assim, era necessário divulgar e promover os objetivos do projeto não apenas para as autoridades locais de cada barangay, mas também para os proprietários privados. As áreas em Bugo e Gusa foram identificadas com ajuda do Grupo Técnico de Trabalho das Hortas em Parcelas (GTTHP) do projeto, dos Conselhos dos quatro barangays e dos beneficiários. Em ambos os casos as áreas eram de propriedade privada. Em Bugo, o proprietário não pediu nenhum pagamento pela cessão da terra, desde que usada com finalidades comunitárias, mas em Gusa a área da horta ocupa dois terrenos adjacentes, de propriedade de dois donos diferentes. Ambos os proprietários concordaram com as condições de pagamento previstas no projeto: o arrendamento das terras é pago de acordo com as taxas correntes para o uso de terras agrícolas em Cagayan de Oro e nas províncias vizinhas. A área em Lapasan foi identificada com o uso do SIG no prédio da prefeitura. O GTTHP fez então uma visita e deu sua aprovação. A seguir, o administrador distrital contactou o proprietário com uma proposta de arrendamento sem pagamentos financeiros. No caso de Canitoan, a terra é de propriedade da Xavier University, que tornou a terra disponível para os beneficiários sem pagamento de aluguel. Em todos os casos, memorandos de acordo foram publicados com anuência de todos os interessados, deixando claro as cláusulas e condições do projeto. O memorando de acordo prevê segurança de posse para todas as partes: para os pobres urbanos, o acesso à terra somente para fins agrícolas; e para os proprietários a segurança de que sua propriedade não será ocupada por invasores. Com relação ao período de posse, ambas as partes concordaram em começar com uma fase piloto de curto prazo, e avaliar os benefícios do projeto antes de firmar um acordo de longo prazo. Assim, os memorandos de acordo estipulam uma situação onde todos ganham como um pré-requisito para a implementação bem-sucedida das atividades do projeto.

## Seleção de participantes

Os produtores das hortas-piloto do projeto da AsiaUrbs podem ser categorizados em dois grupos principais:

- Aqueles que já têm a agricultura urbana como parte sua estratégia de sobrevivência, mas que, devido à falta de espaço, têm sua produção confinada ao cultivo de hortaliças em contenedores (como pneus ou latas), ou em estreitas faixas ao longo de rodovias.
- Aqueles que precisam ter fontes alternativas de sobrevivência e renda, mas que nunca se envolveram com agricultura por causa da falta de acesso a terras (como os coletores de lixo que trabalham no aterro sanitário).

Os beneficiários foram recrutados com base em sua renda, seu desejo de trabalhar de fato com horticultura, de participar e de compartilhar experiências. Precisavam ainda morar perto da horta, no distrito onde iriam trabalhar. Um memorando de acordo foi assinado com a administração do distrito para garantir o apoio às atividades.

Inicialmente, a identificação dos beneficiários para as hortas em parcelas, com base nos critérios acima, foi deixada sob responsabilidade das comunidades. Esse sistema resultou, porém, em certos constrangimentos e injustiças que levaram ao seguinte procedimento-padrão otimizado para inscrição de beneficiários, com a concordância do comitê diretor do projeto:

- Um “Grupo de Informação e Educação”, com o apoio do Grupo Técnico de Trabalho com Hortas em Parcelas (GTTHP) e da autoridade distrital, divulga os objetivos do projeto de hortas em parcelas por toda a comunidade.
- As famílias interessadas encaminham sua inscrição para o agente representante do GTTHP.
- O GTTHP realiza uma pré-avaliação das inscrições e encaminha uma lista dos candidatos mais indicados para aprovação do Conselho do distrito. O GTTHP garante que todos os principais grupos da comunidade estão representados.
- O Conselho aprova ou desaprova as inscrições.
- Uma cerimônia de ingresso na horta é realizada incluindo a recitação de um compromisso em conjunto pelos participantes.

### **A implantação de uma Horta em Parcelas**

O tamanho de cada parcela familiar é de aproximadamente 20m x 20m (400m<sup>2</sup>), consistindo de oito canteiros plantados com hortaliças de diferentes famílias botânicas (cucurbitáceas, solanáceas, umbelíferas, leguminosas, folhosas, etc.). O projeto de cada horta em parcela, implantada em cada distrito, consiste em um conjunto de 8 parcelas (8 famílias), com uma área cultivável total de 3.200 m<sup>2</sup> e uma área total de aproximadamente 4.000 m<sup>2</sup>. A área é cercada, tem uma entrada, um abrigo para ferramentas, um viveiro de mudas e uma caixa d’água. As áreas ocupadas por essas instalações e equipamentos, somadas aos espaços ocupados pelos caminhos, correspondem a aproximadamente 800 m<sup>2</sup>. Um aspecto importante da horta em parcelas é a produção de composto com os restos biodegradáveis das moradias. O processo de compostagem portanto relaciona a horta com o gerenciamento integrado de resíduos sólidos do distrito.

Mais de 50% dos resíduos sólidos recolhidos em Cagayan de Oro são biodegradáveis, e sua conversão em composto e sua aplicação segura nas hortas comunitárias reduz significativamente os resíduos a serem levados para o aterro sanitário.

Com relação aos custos, o projeto gastou aproximadamente US\$ 6.400 para estabelecer cada uma dessas hortas em parcelas. Esse valor incluiu recursos humanos, investimentos, insumos consumíveis, treinamento e custos operacionais.

### **Discussão dos resultados**

As hortas-pilotos em parcelas habilitaram os pobres da cidade de Cagayan de Oro a terem acesso legal a áreas livres na cidade com propósitos produtivos agrícolas.

Os proprietários privados que participaram do projeto ficaram tão convencidos que começaram a oferecer outras áreas na cidade para também serem usadas para hortas em parcelas. A área total assim oferecida é de 50.000 m<sup>2</sup>. Os proprietários foram particularmente convencidos de que suas terras não mais estarão ociosas, mas produtivas, e que suas propriedades estarão livres de invasão e favelização, problema percebido como ameaça constante a todas os espaços vazios.

As hortas em parcelas são essenciais para o sucesso do programa de gerenciamento de resíduos sólidos na área.

O lixo residual das casas a ser levado para o aterro sanitário pode ser reduzido de 33% a 55% , caso a fração biodegradável seja processada na central de compostagem da horta comunitária mais próxima, e ainda mais 10% dele, correspondente ao lixo seco, inorgânico, reciclável, pode ser separado e comercializado por uma associação de coletores de lixo bem orientados.

O projeto conquistou total apoio das unidades de governo locais. A legislação municipal sobre o uso das áreas vazias na cidade está em preparação e irá promover ainda mais a horticultura em parcelas (incluindo incentivos fiscais para os proprietários que tornarem suas terras disponíveis para a agricultura urbana e a indicação para que o planejamento reserve áreas cultiváveis nos novos projetos de conjuntos habitacionais, bairros residenciais etc.).

Mesmo assim, nem tudo correu perfeitamente. Percepções divergentes na comunidade quanto ao projeto tiveram que ser harmonizadas (quais tecnologias usar, como gastar o dinheiro do projeto, como evitar confusões com os papéis e responsabilidades dos vários interessados etc.). Portanto, uma boa preparação e uma perfeita comunicação entre todos os interessados, promovendo a total compreensão dos objetivos do projeto, é indispensável para o sucesso da iniciativa.

Além disso, alguns receios e objeções dentro da comunidade tiveram que ser superados. Os residentes próximos estavam preocupados principalmente com a possibilidade de mau cheiro produzido no processo de compostagem do lixo orgânico. Entretanto, até agora os compostos produzidos e manejados devidamente não provocaram nenhum impacto negativo para o ambiente.

Todo o projeto é financiado através de doações que chegam por meio da administração do distrito. A única contribuição direta esperada dos beneficiários é seu trabalho para manter a horta produzindo. Eles precisam, no entanto, contribuir para um fundo da sua própria associação, que pode ser usado para substituir ferramentas e outros equipamentos danificados, comprar sementes e executar melhoramentos. Esse é o modo de tornar o projeto sustentável.



Uma horta em parcelas alemã em 1920.

## Recomendações

Baseados na experiência de implementar as quatro primeiras hortas em parcelas em Cagayan de Oro, as seguintes propostas são recomendadas:

- Divulgar melhor e promover os objetivos do projeto entre os proprietários privados de terras, autoridades governamentais locais e o público em geral, para ampliar a rede de hortas em parcelas em outras áreas da cidade.
- Incluir normas e valores nos programas de treinamento dos horticultores, para fortalecer as suas associações.
- Discutir com o Conselho municipal novas estratégias para assegurar a posse das parcelas por prazos mais longos (inclusive a compra de áreas particulares)
- Realizar mais pesquisas, particularmente ligadas ao manejo integrado de pragas, para reduzir a dependência de pesticidas químicos.

## Referências

- Crouch, D. 2000. Reinventing allotments for the twenty-first century: the UK experience. *Acta Hort.* (ISHS) 523:135-142. [http://www.actahort.org/books/523/523\\_18.htm](http://www.actahort.org/books/523/523_18.htm)
- Drescher, A. W., 2001. The transferability of the German allotment system to the Southern African Situation. Proceedings of the Expert Meeting on Urban and peri-urban horticulture in Southern Africa, Stellenbosch, January 2001.
- Kasch, G., 2001. Deutsches Kleingärtnermuseum in Leipzig: Deutschlands Kleingärtner vom 19. zum 21. Jahrhundert. Band 4, Sächsische Landesstelle für Museumswesen, Chemnitz, Germany.
- Gröning, G., Wolschke-Bulmahn, J., 1995. Von Ackermann bis Ziegelhütte. Ein Jahrhundert Kleingartenkultur in Frankfurt am Main. *Studien zur Frankfurter Geschichte.* and 36, Frankfurt am Main, Germany.
- Guanzon, Y. B., Holmer, R.J., 2003. Basic cultural management practices for vegetable production in urban áreas of the Philippines. *Urban Agriculture Magazine*, 10, 14-15, RUAF, Leusden, Netherlands.
- MacNair, E., 2002. The Garden City Handbook: How to Create and Protect Community Gardens in Greater Victoria. Polis Project on Ecological Governance. University of Victoria, Victoria BC, Canada <http://www.polisproject.org/polis2/PDFs/the%20garden%20city%20handbook.pdf>
- Schnitzler, W.H. R.J. Holmer, 2002. Prospective Issues and Challenges of Urban Fringe Agriculture. Report of the APO Seminar on Urban Fringe Agriculture held in Tokyo from 17 to 24 May 2000. Asian Productivity Organization, 2002, S. 53-63.

# Agricultura Urbana em Bexley, Londres

Beacon Mbiba - [mbibab@lsbu.ac.uk](mailto:mbibab@lsbu.ac.uk)

**As autoridades municipais enfrentam grandes desafios ao tomarem decisões relacionadas com a prática da agricultura urbana. Enquanto que os custos e os benefícios dos usos convencionais do solo urbano são bem evidentes, eles não são tão claros quando se fala no seu uso agrícola. Essencialmente, as decisões técnicas quanto ao uso das terras são tomadas com um olho na política local e nas pressões exercidas pelos vários interessados que competem por elas.**

## A agricultura urbana em Londres e no Reino Unido

As hortas comunitárias divididas em parcelas familiares ou individuais constituem a forma mais visível e tradicional de agricultura urbana no Reino Unido. Elas são associadas com as campanhas de segurança alimentar realizadas durante as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), mas sua importância como fonte de alimento vem declinando desde os anos 1950. Mais recentemente as fazendas urbanas surgiram como outra forma notável de agricultura nas cidades inglesas. Entretanto a maior parte das atividades nessas fazendas não está ligada à produção agrícola, mas à educação ambiental, recuperação paisagística, valorização social e comunitária etc. Existem ainda espaços como quintais e terraços usados para plantios que também são lembrados nas discussões sobre agricultura urbana em Londres.

Os regimes institucionais e legais para a alocação e utilização das terras estão bem elaborados e divulgados (Garnett, 1996; Crouch et al. 2000; Howe, 2001). Diferentemente dos países em desenvolvimento (e especialmente em muitas cidades africanas), os cultivos em Londres têm lugar em áreas que respeitam o planejamento e o zoneamento urbano: as fazendas urbanas e as hortas em parcelas. Entretanto, apesar dessa visão “tranqüila”, problemas de terra também existem nesse contexto, embora sejam de uma dimensão ligeiramente diferente.

O maior problema resulta das hortas em parcelas não utilizadas ou subutilizadas. Usaremos o caso do bairro de Bexley, em Londres, para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelos planejadores e conselheiros ao tratarem das questões de terra para a agricultura urbana em uma grande cidade ocidental, desde 1999.

## Terras em parcelas para agricultura comunitária em Bexley, Londres

O bairro de Bexley é uma região na periferia sudeste de Londres que conta com certa autonomia administrativa. É uma das áreas mais verdes da cidade, se considerarmos a disponibilidade de áreas plantadas, tanto de uso ativo quanto passivo. Áreas livres e lotes para agricultura são manejados de acordo com os princípios da Agenda 21.

Atualmente lá existem cerca de 36 hortas comunitárias, cada uma delas reunindo parcelas de variados tamanhos. Comitês auto-gerenciados dos usuários dos lotes que detêm “Licenças Delegadas de Manejo” são responsáveis por oito dessas hortas. As demais são gerenciadas pelo Conselho local, e juntas somam cerca de 1.580 parcelas.

O Conselho de Bexley realiza inspeções regulares da situação dessas parcelas, e a revisão de 2001/2002 revelou a queda da demanda por essas parcelas apesar da popularização das idéias de “agricultura urbana”, mercados de produtores locais, alimentação orgânica e Agenda 21. A Tabela 1 mostra a tendência declinante da ocupação das parcelas.

**Tabela 1. Demanda por parcelas nas hortas comunitárias de Bexley: 1996 a 2002**

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total de parcelas	1710	1728	1360	1339	1341	1370	1384
Total de parcelas desocupadas	562	601	337	312	296	331	389
% de parcelas desocupadas	33	35	25	23	22	24	28

Fonte: Bexley Council, 2002

Essa tabela mostra que apenas 63% das parcelas estão ocupadas. O nível de utilização não costumava ser tão baixo. Por exemplo, em 1975, Bexley tinha aproximadamente o mesmo número de parcelas para plantio (1.600), que ocupavam cerca de 40 hectares. Todas as parcelas estavam alocadas a famílias ou indivíduos, e eram plenamente utilizadas. A demanda por parcelas era alta em 1975, como indicado pela lista de espera com 740 novas solicitações, comparadas com apenas 9 em 2002, mostrando claramente a queda na demanda (Bexley London Borough, 1975: 21-22).

Porém os números da Tabela 1 escondem as variações de ocupação nas diversas hortas. Algumas delas estão totalmente ocupadas, enquanto que outras estão parcialmente vazias. A figura 1 mostra a distribuição das hortas e seu nível de ocupação, mostrando que, em 2002, seis delas estavam totalmente ocupadas (0% de terra não utilizada).

As parcelas que não estão sendo utilizadas resultam em custos de manutenção para o Conselho. Limpar e preparar uma única parcela pode custar até £500. O Conselho fornece, para cada parcela, um caminho de acesso, água, cerca, e lugar para guardar ferramentas e sementes.

O custo estimado de todas as hortas, em 2002, chegou a £240.000. O Conselho está portanto sempre deseioso de reduzir esses custos, e um modo de fazê-lo é vender as áreas não utilizadas. Sendo assim, as áreas que não são usadas há alguns anos são então consideradas para outros usos – normalmente a venda para construção de prédios.

### **O interesse do Conselho em se desfazer das terras**

A venda de terras oferece ao Conselho benefícios financeiros importantes, imediatos e permanentes, que incluem os valores arrecadados com a venda e depois com os impostos e taxas sobre a propriedade, as edificações, o comércio ou a indústria que venha a operar no local etc. A geração de renda adicional é uma prioridade para o Conselho dada a necessidade de oferecer e manter serviços públicos eficientes para todo o bairro.

Das várias hortas subutilizadas, algumas já foram vendidas para incorporadores imobiliários, entre elas a Thistlefield Allotment Gardens, no final da década de 1990 para a Croudace Ltd., para a construção de residências. Após avaliações e consultas com os interessados (principalmente da Bexley Federation of Allotment and Leisure Gardeners), os aproximadamente 5 ha foram vendidos em leilão por £1,5 milhão.

A Croudace construiu então 30 casas que foram vendidas em 2002 a preços entre £190.000 e 250.000, e a companhia já está planejando comprar outras hortas para repetir seu negócio. A municipalidade cobra ainda uma taxa de £110 por mês de cada uma dessas propriedades.

De acordo com os Conselheiros que participaram no processo de decisão, os fundos levantados com a venda foram usados para melhorar as escolas do bairro e reduzir a dívida municipal. "Qualquer pessoa que deseje uma parcela para cultivar, neste bairro, consegue... não há falta de terra aqui para quem queira plantar" (Councillors - Tandy, Campbell e Downing, 21/09/2002).

### **A resposta da população à venda de uma área comunitária urbana**

A reclassificação de terras subutilizadas como excedentes a serem vendidos já foi muitas vezes manchete na imprensa local. O "Bexley Express" (5 de março de 2003) informou que os produtores urbanos e a comunidade interessada nas áreas verdes do bairro estavam alarmados e descontentes com a idéia de vender mais terras públicas. A reportagem revelou o seguinte sobre os usuários e o uso que fazem de suas parcelas:

- A maior parte é formada por pessoas mais velhas que dedicam tempo e energia no cultivo das parcelas.
- Alguns horticultores praticamente vivem da produção de suas parcelas.
- As hortas também oferecem ambientes de recreação e biodiversidade na cidade.

As discussões sobre os benefícios das hortas comunitárias foram realizadas por todo o bairro, mas, no final, os seus benefícios, para a comunidade, não puderam ser tão explícitos e quantificados quanto as vantagens - principalmente financeiras, para a municipalidade, que decorreriam da venda das terras. Esse desequilíbrio sempre acaba pressionando as autoridades locais no sentido de venderem as áreas subutilizadas.

Entretanto, o conceito de subutilização pode ser desafiado dizendo-se que o que parece estar sobrando hoje poderá estar em falta daqui a poucos anos. E podem existir outros fatores provocando a redução na demanda por parcelas que, se resolvidos, a estimulariam e resultariam até na falta de novas parcelas. Existem outros modos de usar as terras que podem significar mudanças ou a introdução de algo novo. Um bom desafio à noção de "subutilização" foi dado pelo agricultor John Johnson, que disse:

*... O Conselho afirma que as áreas livres estão sendo subutilizadas, mas 63% delas estão sendo usadas. Apenas 30% das pessoas compareceram às últimas eleições, mas os Conselheiros não se consideram a si mesmos como subutilizados e dispensáveis! (Bexley Express, 5 de março de 2003).*

### **As boas práticas e o futuro das hortas comunitárias em Bexley**

O Conselho de Bexley (os Conselheiros e os planejadores e executivos) precisa equilibrar uma gama de preocupações, e responder às necessidades dos vários interessados na questão. Embora as decisões finais possam não ser favoráveis a todos, o processo e os procedimentos que levam a essas decisões precisam ser claros, transparentes e inclusivos. É crucial que as autoridades locais não sejam vistas como violando suas próprias regras e regulamentos. Em Bexley, revisões das necessidades das parcelas precisam ser feitas regularmente como parte da estratégia de gerenciamento do patrimônio sob responsabilidade do Conselho. Entre as práticas adotadas nesse processo destacam-se:

- Consultas são feitas amplamente com os representantes dos grupos de usuários. Nesse caso, o Conselho está revendo sua estratégia de parcelas e consultando a Federação de Parceiros e o público em geral. Um relatório que foi feito em 2003 deverá ser divulgado no início de 2004 (1).

- Os produtores e os membros da comunidade podem procurar e pressionar os Conselheiros para se assegurarem de que suas visões estarão incluídas no processo de tomada de decisões.
- Onde uma horta esteja para ser vendida para empreendimentos imobiliários, como no caso de Thistlefield, são realizados levantamentos abrangentes que incluem os aspectos sociais, arqueológicos, ambientais, de projeto e de trânsito. Preocupações razoáveis e válidas são então incorporadas ao plano de desenvolvimento e muitas vezes definem condições que devem ser respeitadas pelo empreendedor.

Na horta comunitária de Thistlefield, esse processo de consulta pública gerou várias contestações, com um grupo de 48 moradores locais assinando uma petição em conjunto que questionou vários aspectos do projeto. Entretanto, poucos desses questionamentos estavam relacionados com a manutenção da área para agricultura urbana. Ao invés, havia muitas preocupações com o que aconteceria ao bairro, com a vinda das novas moradias e de mais moradores, em termos de demandas extras por vagas nas escolas, congestionamentos de tráfego, poluição, redução da área verde, barulho com as construções, problemas de estacionamento e impactos na rede de saúde. As preocupações com maiores problemas de trânsito foram as predominantes. A objeção mais válida estava relacionada com a proximidade de uma Clínica de Audiologia local que precisa de um ambiente tranqüilo para as suas atividades, prestes a ser afetado negativamente pela introdução de um complexo residencial bem a seu lado.

Todas essas preocupações foram então incluídas no projeto. Um último ponto crucial em termos de participação comunitária - no geral, e da agricultura urbana em particular - é que todas essas atividades foram tornadas públicas, bem como os resultados gerados. É possível investigar e identificar onde as coisas deram errado, e onde podiam ter sido feitas de modo mais eficiente – essa avaliação é sempre uma boa prática. O processo de consulta e documentação pode ser lento e confuso – e por isso os planejadores são frequentemente acusados de atrapalhar o desenvolvimento – ou, como se diz, “no final, os planejadores nunca vencem!”



Membros da horta comunitária de Woodlands. Foto: Beacon Mbiba

## Nota

- 1) A estratégia de parcelas urbanas, atualmente em preparação, será do interesse de muitos leitores, e o RUAF pretende disponibilizar o documento final tão logo esteja disponível.

## Referências

- Bexley Council (2000) Murchison Avenue Allotments Planning Brief, Thistlefield. Murchison Avenue. Bexley Council, Kent.
- Bexley Council (2002) Property Strategy Review. Council Cabinet Meeting 17th December, 2002 Agenda Item 7, Decision Ref: CAB 26/02.
- Bexley London Borough (1975) Open Lands: An Interim Policy. Town Planning Division, Sidcup, Kent.
- Crouch, D., Stempik, J. and Wiltshire, R. (2000) Growing in the community: a good practice guide for the management of allotments. London: Local Government association.
- Garnett, T. (1996) Growing Food in Cities: A report to highlight and promote the benefits of urban agriculture in the UK. London: Safe Alliance.
- Howe, J. (2001) Nourishing the City. Town and Country Planning, pages 29-31.

# Facilitando o acesso à terra aos agricultores periurbanos de Copperbelt

Gail Steckley - gails42@yahoo.com

Mike Muleba - loongo@zamnet.zm

CARE Zâmbia

Documento adaptado pelo RUAF, em outubro de 2003, para a Conferência Eletrônica. O documento original foi apresentado na Conferência sobre Pobreza Urbana realizada pela CARE Internacional em Urban Insaka, Fevereiro de 2001

A falta de acesso seguro à terra é uma limitação importante para os moradores das periferias da Província de Copperbelt, em Zâmbia, para que possam realizar todo o potencial da agricultura urbana como uma estratégia de sobrevivência. Este estudo explora o papel do "Projeto de Meios de Vida Urbanos de Copperbelt" (PMVUC) (1) na facilitação da solução de conflitos nas disputas de terras que afetam os pobres urbanos lá residentes, usando uma abordagem de "negociações baseadas nos interesses". Ao ajudar os produtores a se organizarem em associações com uma voz legitimada e com mais credibilidade, o PMVUC tornou possível um processo real de negociações. Como uma terceira parte, o projeto muitas vezes facilitou as negociações, baseadas na identificação dos interesses comuns e no potencial de ganhos mútuos.



*A participação das mulheres nas negociações sobre o uso das terras deve ser estimulada. Foto: IWMI Gana*

## Antecedentes

Zâmbia é um dos países mais urbanizados da África sub-sahariana. Como resultado da expansão do setor de mineração, que ocorreu até os anos 1980, a província de Copperbelt é a mais urbanizada de Zâmbia. Entretanto, desde a década de 90 do século passado, o emprego nas minas declinou dramaticamente. Repetidos ciclos de "enxugamento" foram criando, a cada ano que passava, uma legião de desempregados e um número crescente de famílias que têm que recorrer ao setor informal para obter renda e alimentos.

O PMVUC começou em 1997 para ajudar a aliviar a pobreza crescente nas áreas periurbanas. O objetivo estratégico das atividades do PMVUC é promover o fortalecimento dos indivíduos e das organizações, ajudando-os a aumentarem sua capacidade de ação e a melhorarem seu ambiente.

Para alcançar essas finalidades, o projeto implementa uma série de estratégias inter-relacionadas que envolvem a comunidade e cada moradia.

Figura 1: A provincial de Copperbelt, Zâmbia, onde o PMVUC está atuando

Um estudo preliminar concluído em janeiro de 1997 verificou que a produção agrícola trazia uma contribuição significativa para as economias domésticas, tanto em termos financeiros quanto de nutrição e subsistência. As famílias mais pobres relataram que gastavam cerca de 90% de sua renda total com alimentos. Isso sugere que a produção doméstica de alimentos é uma estratégia importante para aumentar a segurança alimentar.

Os produtores periurbanos de Copperbelt são homens e mulheres de baixa renda que produzem alimentos principalmente para consumo próprio, em pequenos lotes que não costumam ser deles, com pouco ou nenhum apoio ou proteção. As tentativas dos pobres urbanos de terem acesso à terra para plantar acabaram quase sempre em conflitos. Alguns produtores de Copperbelt têm acesso mais seguro por meio de acordos informais com os chefes locais ou com os proprietários privados. Em outros casos, eles ocuparam áreas pertencentes ao governo ou a agências paraestatais ao longo dos anos. Entretanto, esses arranjos são altamente vulneráveis às circunstâncias.

As pesquisas sobre a posse da terra (1998) e sobre práticas agrícolas (abril-maio de 1999), encomendadas pela Oxfam Zâmbia, em assentamentos escolhidos em três centros urbanos do Copperbelt, evidenciaram que muitos moradores urbanos e periurbanos vêem a agricultura de pequena escala como um meio de sobrevivência e - com mais e mais pessoas sendo “enxugadas” dos seus empregos formais - o problema do acesso à terra está se tornando cada vez maior. As pesquisas também apontaram para dois aspectos do problema: insegurança quanto à posse das terras vazias para os seus donos, e falta de acesso à terra para quem queira trabalhar nelas. Muitas pessoas não têm uma idéia clara do processo de aquisição de terra ou de como pleiteá-la junto ao governo. O número de moradores periurbanos que têm um documento que lhes assegure a propriedade da terra é inferior a 5% na maior parte dos assentamentos - (Hansungule e outros, 1998).

### **Posições irreconciliáveis? Proprietários e produtores periurbanos**

Uma das prioridades identificadas durante os levantamentos participativos das necessidades foi garantir maior segurança no acesso à terra, seja por meio de arrendamentos ou outros tipos de acordo, seja por meio da emissão de um título de propriedade definitiva. Embora a maior parte dos produtores com quem o PMVUC esteve trabalhando trabalhasse em terras agrícolas fora do controle direto das autoridades municipais, a abordagem do projeto de facilitar o acesso mais seguro incluiu o envolvimento de atores municipais e paraestatais nas negociações.

### **Universidade Agrícola de Mindolo**

No assentamento de Chibote, a agricultura é uma estratégia de sobrevivência particularmente importante. A maior parte daqueles que praticavam agricultura na época da pesquisa do PMVUC em 1997 o fazia em terras pertencentes ao Ministério da Agricultura, Alimentação e Pesca, dentro da área da Universidade Agrícola de Mindolo. Essas terras haviam sido expropriadas anteriormente (em 1981) da Fundação Ecumênica de Mindolo (FEM). Depois da nacionalização, muitas dessas terras estavam sendo subutilizadas pela Universidade Agrícola, e muitos moradores de Chibote passaram a cultivar nelas sem oposição alguma, já que o governo não utilizava toda a área (4.000 hectares).

Em 1997, depois de 16 anos de disputas judiciais, a FEM recuperou a propriedade da Universidade Agrícola. Logo depois, o administrador da área, nomeado pela FEM, promoveu uma reunião com a comunidade de Chibote e informou os produtores que deviam interromper as suas atividades agrícolas na área. A comunidade não reagiu, mas tentou persuadir o gerente a lhes dar mais algum tempo.

*É importante garantir que todos se sintam atendidos nas negociações. Foto: CARE Zâmbia*



Depois de um prolongado debate com a comunidade, a instituição preparou-se para contratar guardas armados para impedir a entrada de pessoas não autorizadas pela FEM na área em questão. Novas reuniões com a administração da fazenda revelaram que a FEM pretendia justamente intensificar a produção agrícola em suas terras ("e se tornar o celeiro de Copperfield"), projeto que não deixava espaço para os pequenos produtores de Chibote. Nesse ponto, a comunidade prometeu nunca abandonar as terras que cultivavam na fazenda, mas que tentariam coexistir com o projeto da FEM.

A CARE começou a atuar como facilitadora das discussões entre as duas partes, propondo algum tipo de parceria para a coexistência. A proposta foi permitir aos agricultores cultivarem uma pequena área da fazenda, em troca de sua mão-de-obra, já que o projeto da FEM não incluía a mecanização total das operações. Infelizmente, a proposta foi recusada e, ao invés de acordo, a segurança tornou-se ainda mais rigorosa.

As partes interessadas tinham posições firmes. Os agricultores reclamavam seus direitos humanos fundamentais, de terem acesso à alimentação adequada. Historicamente, o setor mineiro na província de Copperbelt tinha atraído muita gente a abandonar a vida rural para adotar uma existência (peri)urbana.

Agora que a mineração já não podia garantir a sobrevivência de tantas pessoas, e os laços com suas áreas rurais de origem também já não existiam, eles faziam o que podiam para sobreviver. Era difícil para eles negociar, já que o custo de perderem o acesso à terra era extremo.

A posição dos donos das terras era igualmente equivocada e baseava-se principalmente em direitos econômicos. Em sua visão, o outro lado não tinha nenhum direito. Padrões de medo e de desconfiança haviam evoluído no decorrer dos anos e poucos esforços haviam sido feitos para superar as divergências entre as duas partes.

Pouco antes do PMVUC se envolver no processo, incidentes violentos já haviam ocorrido nas terras da Universidade Agrícola, e a FEM contratou guardas armados para proteger suas terras.

O PMVUC ajudou então os produtores a criarem uma Associação dos Produtores em Chibote, com uma existência legal, liderança e credibilidade, e portanto uma voz legítima com a qual a FEM poderia agora negociar.

### **Facilitando negociações baseadas nos interesses**

Seguindo a abordagem descrita por Fisher e Ury ("Chegando ao SIM", 1991), conhecida como "negociação baseada em princípios", o caso de Mindolo foi analisado seguindo-se os quatro passos básicos enunciados abaixo. Essa análise é útil tanto para replicar e fortalecer a abordagem quanto para treinar as organizações locais e seus parceiros em seu uso

Quatro passos básicos para "negociações baseadas em princípios":

- Separar as pessoas do problema.
- Focar nos interesses em comum, não nas posições divergentes.
- Encontrar opções em que todos ganhem.
- Insistir no uso de critérios objetivos.

**Separar as Pessoas do Problema** é gerar uma visão compartilhada do problema. A gerência da FEM, no início, não se dispunha a considerar seriamente as necessidades dos produtores. Porém tornou-se crescentemente difícil para ela manter essa atitude depois que eles conheceram as famílias que seriam afetadas. A idéia de conseguir uma área que pudesse ser usada para cultivar alimentos e gerar renda para aquelas famílias tornou-se um problema deles também.

Separar as pessoas dos problemas é fundamental, mas outro papel importante das ONGs nas disputas de terra pode ser – como foi nesse caso – usar uma "terceira parte" para reunir, de modo neutro, os dois lados da disputa. As emoções estavam exacerbadas e bloqueavam o processo em Chibote. Se a CARE não tivesse promovido contatos com a FEM e com o Conselho Municipal de Kalulushi e os trazido para negociações abertas, e tivesse ficado meramente trabalhando com os membros da comunidade e seus facilitadores, ela teria sido percebida como tomando o partido de um lado só, e teria perdido sua capacidade de mediar a solução do conflito. Entretanto, ao facilitar as negociações abertas, a CARE foi capaz de ajudar as pessoas envolvidas a lidarem com os problemas, e não com uma com (contra) as outras.

### **Foco nos interesses, não nas posições**

O PMVUC ajudou os dois lados a compreenderem por que o outro parecia ser tão inflexível em sua posição. Fazer os diferentes interesses se tornarem explícitos é um ponto importante no processo. Embora os gerentes da FEM soubessem que muitas pessoas estavam cultivando em suas terras há anos, eles não percebiam a importância dessa atividade para atender as necessidades mais básicas daquelas famílias pobres e vulneráveis. Uma vez isso entendido, os interesses dos agricultores tornaram-se parte do problema que precisava ser resolvido.

Ao focar a discussão nos interesses em pauta, e ao apresentar o fato de que os produtores agora estavam organizados e tinham uma liderança representativa e responsável, o processo de negociação conheceu novas possibilidades. Antes, a posição da FEM era reforçada por suas péssimas experiências anteriores, (uso descontrolado das terras); e por percepções (os agricultores nunca cumprem o que prometem; se nós dermos acesso a alguns, o que virá depois?). A CARE ajudou as partes a começarem a olhar à frente, verem o que poderia ser conseguido com os interesses mútuos em mente, e levantarem mais alternativas. A alternativa de negociar com um grupo organizado, que afirmava que poderia e iria aderir a certas condições, era claramente preferível ao "status quo" até então.

### **Encontrar opções em que todos ganhem**

Os ganhos mútuos surgem da compreensão dos interesses de ambas as partes, e da busca de novas soluções mais abrangentes. Qualquer acordo que permitisse aos agricultores o acesso à terra por um período definido era preferível à situação anterior. A associação de produtores poderia, em troca, oferecer proteção contra invasores e cuidar da terra.

Convencer os proprietários de que o ganho mútuo era possível foi um passo decisivo nesse processo. Parecia que eles tinham o poder, pois eram os donos da terra.

Mas, uma vez que os produtores criaram uma associação organizada com uma liderança com credibilidade, eles também tinham um novo e valioso trunfo: sua capacidade de oferecer uso controlado das terras e assim reduzir os custos e riscos para os proprietários. Como a "terceira parte", a PMVUC trabalhou com os dois lados para trazer essa oportunidade de ganhos mútuos à atenção de todos, e convencê-los de que um acordo era a alternativa preferível a nenhum acordo. Embora tenha levado um tempo, o processo de negociação aberta facilitado pelo PMVUC permitiu que a busca por "opções de ganhos mútuos" continuasse. Em 2003, Mindolo iniciou uma discussão com o Conselho Municipal de Kalulushi para conseguir 1.300 ha de terra, alguns dos quais irão beneficiar a Sociedade Cooperativa de Chibote (antiga Associação de Produtores de Chibote). Parece que, durante mais de três anos de diálogo contínuo, os membros da Cooperativa tornaram-se capazes de convencer a FEM de que o uso controlado e responsável era preferível a deixar a terra ociosa e sujeita a invasões incontroláveis - um risco cada vez mais presente.

### **Insistir no uso de critérios objetivos**

Para assegurar que os diferentes interesses das partes sejam atendidos, é essencial que elas concordem sobre como avaliar os efeitos do acordo. Por exemplo: em outro caso, no qual o PMVUC facilitou acordos entre a Associação de Produtores de George e a ZAFFICO (Associação das Indústrias Madeireiras e Florestais de Zâmbia), as duas partes concordaram em adotar indicadores claros para avaliar se e em que extensão os produtores estavam cumprindo seu compromisso de proteger árvores na propriedade da ZAFFICO onde eles estavam cultivando. De acordo com o acordo, os produtores só podiam cultivar certos tipos de safras (leguminosas, adubos verdes e milho) e não podiam danificar as árvores.

### **Conclusões**

As associações de produtores, organizadas e responsáveis civilmente, podem negociar com mais sucesso o acesso seguro à terra, superando assim uma limitação chave para a viabilidade da agricultura periurbana como uma estratégia de sobrevivência.

O PMVUC demonstrou que as ONGs podem desempenhar um papel importante para aumentar o acesso seguro à terra para os agricultores periurbanos, ao facilitarem negociações baseadas nos interesses mútuos entre proprietários de terras e produtores.

Pelo menos três componentes foram cruciais para o sucesso do processo. A organização dos agricultores em uma associação, o desejo e a capacidade dos produtores de adotarem práticas apropriadas de uso da terra, e a credibilidade da ONG ou de quem assuma o papel de terceira parte facilitadora.

Ao mesmo tempo, outros aspectos relacionados devem ser considerados explicitamente para assegurar que o processo seja bem-sucedido e replicável.

Primeiramente, é fundamental a plena participação das mulheres – nas associações de produtores, na negociação do acesso à terra, e que tenham assegurado o seu direito à titularidade das terras. Tipicamente, as mulheres pobres são ainda mais prejudicadas do que os homens pobres nas negociações e tratativas legais relacionadas com o acesso à terra ou a títulos de propriedade.

Em segundo lugar, as organizações comunitárias e outras partes interessadas deveriam aumentar sua própria capacidade de promover "negociações baseadas nos interesses". Nem sempre existe uma terceira parte disposta ou capaz de facilitar o processo quando as organizações comunitárias lutam por seus direitos e interesses. Desenvolver tal capacidade é crucial para assegurar o diálogo efetivo e garantir negociações que avancem.

Em terceiro lugar, os Conselhos Municipais, tanto em Ndola quanto em Kalulushi, perceberam os benefícios potenciais da agricultura urbana organizada, e começaram a identificar e alocar lotes para as novas associações de produtores. Entretanto, isto ainda está sendo feito sem uma política ou um plano oficial. O PMVUC e ONGs ou institutos de política urbana poderiam desempenhar um papel importante ao legitimarem ainda mais a agricultura urbana em Zâmbia, e ao ajudarem os Conselhos Municipais a desenvolverem tais planos e políticas.

Finalmente, é preciso aproveitar melhor as possibilidades oferecidas pela horticultura nos quintais domésticos. Enquanto o acesso à terra é uma limitação muito comum para a agricultura urbana extensiva, muitos assentamentos periféricos em Copperbelt oferecem espaços adequados para cultivos nos terrenos das moradias irrigados com as águas da chuva. A maioria dos residentes cultiva pequenas parcelas de milho (embora proibido pela prefeitura) e hortaliças perto de suas casas.



*Os agricultores só podiam produzir alguns tipos de cultivos. Foto: CARE Zâmbia*

Uma mudança nas políticas do Conselho, para permitir o cultivo do milho (muito plantado, apesar de proibido) e o treinamento técnico dos moradores, iria aumentar bastante a atual produção.

### Nota

- (1) O PMVUC é financiado pela Embaixada Real da Holanda em Lusaka, e implementado pela CARE Zâmbia e suas parcerias com a comunidade e com o Conselho Municipal.

### Referências

- CARE Zambia. CULP Baseline Study. January, 1997. Ndola, Zambia (unpublished).
- Fisher, Robert, Ury, William and Patton, Bruce. 1991. Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In. 2nd ed. New York, New York: Houghton Mifflin.
- Hansungule, Michelo, Feeney, Patricia and Palmer, Robin. Report on Land Tenure Insecurity on the Zambian Copperbelt. November 1998. Oxfam GB in Zambia.

# O direito à água adequada para a agricultura – interpretando a Constituição indiana

Max Haan – [maxhaan@yahoo.co.in](mailto:maxhaan@yahoo.co.in)

Pesquisador em Hyderabad, Índia

Foto: IWMI Índia

Este artigo é baseado em uma pesquisa encomendada pelo IWMI-India, Hyderabad, sobre as questões legais e institucionais relacionadas com o manejo das águas servidas industriais na agricultura praticada naquela cidade.

**Não é raro, para os agricultores urbanos e periurbanos, o uso de águas servidas em suas operações produtivas. Em alguns casos, eles não têm alternativa: a água limpa simplesmente não está disponível. Em outros casos eles querem se beneficiar dos valiosos nutrientes muitas vezes presentes nas águas servidas. De acordo com a lei indiana, pode ser discutido se esses agricultores têm direito a usar tais águas, porém é certo que o governo tem a obrigação de garantir a viabilidade do uso da água que lhes é acessível.**

Para fazer o governo cumprir com suas obrigações, os agricultores podem recorrer à justiça. Porém (como quase sempre), existe uma grande diferença entre a teoria e a prática da lei. Parece haver pouca consciência entre os usuários das águas servidas, as ONGs e associações comunitárias, e as próprias autoridades locais, sobre as possibilidades e as limitações colocadas pela legislação.

Este artigo pretende colaborar na criação de maior consciência legal ao oferecer uma visão constitucional sobre os direitos ao acesso a águas adequadas para a agricultura.

*Produtor transportando capim para alimentar animais.*



## O direito fundamental à vida

Como nas constituições dos países democráticos, a Constituição da Índia contém uma lista de direitos fundamentais. Esses direitos juntos formam as diretrizes da estrutura legal da Índia: todas as outras leis e regulamentações bem como todas as atividades do governo, em qualquer nível, devem estar de acordo com essas diretrizes.

O Artigo 21 da Constituição garante o direito à vida: “Nenhuma pessoa poderá ser privada de sua vida ou de sua liberdade pessoal, exceto de acordo com procedimentos estabelecidos pela lei”.

Embora esse artigo não pareça ter nada a ver com a água, a Suprema Corte da Índia - a mais alta autoridade judicial do país - já deu uma série de decisões nas quais interpretava o Artigo 21 de modo a incluir nele o direito a um meio ambiente saudável.

“Desfrutar da vida (...) incluindo o direito de viver com dignidade humana em seu ambiente, a proteção e preservação do meio ambiente, o equilíbrio ecológico livre da poluição do ar e da água, o saneamento, sem os quais a vida não pode ser desfrutada. As diversas formas de poluição ambiental, do ar, da água etc. devem ser vistas como violações do Artigo 21. Portanto, um ambiente saudável é uma dimensão integral do direito a uma vida saudável e só é possível viver com dignidade humana em um ambiente sadio.” (1).

Esse trecho é visto como um exemplo de como a Suprema Corte estendeu a noção de direito à vida até incluir também o meio ambiente: um ambiente saudável é necessário não apenas para se desfrutar o direito constitucional à vida; ele também é um pré-requisito essencial para uma existência vivida com dignidade humana. Além disso, essa decisão tornou evidente que um “ambiente saudável” inclui a ausência da poluição da água.

Ao traduzir essa passagem para o contexto da agricultura usando águas servidas, pode-se perceber que as pessoas que são dependentes das águas servidas, e que, como consequência, frequentemente são vítimas de doenças transmitidas por elas - causadas por patógenos biológicos (principalmente originários das águas servidas domésticas) ou por substâncias químicas (principalmente nas águas servidas industriais) - estão sendo privadas de seu direito à vida (e ao trabalho) com a devida dignidade humana em um ambiente adequadamente saudável.

De acordo com a Suprema Corte, o direito à vida previsto no Artigo 21 também inclui o direito a não ser privado de seu meio de vida, exceto de acordo com procedimentos legais e justos, estabelecidos em lei. O caso que levou a esta decisão referiu-se aos moradores de rua de Mumbai, que, ao serem retirados das ruas e favelas, foram privados dos recursos de que dependiam para sobreviver (2). A Suprema Corte decidiu que privar uma pessoa de seu meio de vida corresponde a privá-la do direito à própria vida. Desde que a remoção dos moradores de rua iria privá-los de seu meio de vida, a remoção também iria privá-los de suas vidas. Embora esse caso não tenha nada a ver com questões ligadas ao ambiente e à água, os termos nos quais importantes observações foram feitas sugerem que a privação do meio de vida como consequência da degradação ambiental também pode ser considerada como uma violação do direito à vida previsto no Artigo 21.

No contexto da agricultura com águas servidas, essa interpretação do direito à vida leva à seguinte conclusão: se, por exemplo, por causa da rápida urbanização, e/ou da industrialização, a água de riachos que tem sido usada por gerações em comunidades de agricultores, tornou-se inviável para a agricultura – seja por causa dos impactos na saúde humana, ou por seus efeitos negativos nas colheitas e na saúde e produtividade dos animais criados – esses produtores se veriam privados de seu meio de vida tradicional.

## **Princípios e diretrizes da política estatal**

### **Proteger e melhorar o meio ambiente**

A Constituição da Índia também contém um conjunto de “princípios e diretrizes de política estatal”. De acordo com o seu artigo 48A, o governo “deve se esforçar para proteger e melhorar o meio ambiente”. Esse princípio é fundamental para o governo do país e tem que ser aplicado quando se elaboram leis e políticas públicas.

O melhoramento do meio ambiente inclui o melhoramento da qualidade da água, e um meio de melhorar a qualidade das águas superficiais, ou ao menos prevenir sua degradação, é tratar as águas servidas antes de despejá-las nos corpos d'água. Para atender esses princípios, o governo – principalmente as autoridades locais – precisa ter estações de tratamento adequadas e garantir que não aconteça nenhum despejo de águas servidas não tratadas.

*Produtor levando capim para vender a criadores de gado.*



Tomados juntos, os artigos 21 e 48A dão aos agricultores o direito de serem protegidos pelo governo dos impactos negativos advindos do uso das águas servidas; e obrigam as autoridades locais a resguardarem a qualidade da água.

### **Tratamento ou nutrientes**

Uma estação de tratamento convencional irá, provavelmente, não apenas remover os elementos nocivos às pessoas e ao ambiente, mas também irá retirar os nutrientes benéficos contidos nas águas servidas antes de serem tratadas. Assim, os efluentes de tal estação de tratamento, embora relativamente limpos e de acordo com o direito à água de boa qualidade, resultariam em colheitas mais reduzidas do que se as águas ainda contivessem os nutrientes. De certo modo, os produtores estariam sendo privados de uma parte de seu meio de vida. É pouco provável, entretanto, que tal privação parcial vá dar aos agricultores o direito a uma ação legal, demandando que as águas devam ser livres de patógenos, mas não de nutrientes. Os termos da decisão com relação aos moradores de rua de Mumbai sugerem que somente a privação total dos meios de sobrevivência de alguém é considerada como uma violação ao direito à vida. Mesmo assim, isso não significa que os produtores tenham que aceitar uma situação na qual eles não se beneficiam mais dos elementos nutritivos contidos nas águas servidas.

### **A organização da agricultura**

O Artigo 48 da Constituição Indiana obriga o governo a “esforçar-se para organizar a agricultura e a criação de animais em linhas modernas e científicas (...)”. A pesquisa científica em vários pontos do mundo, e também na Índia, já esclareceu os aspectos tanto negativos quanto positivos do uso das águas servidas na agricultura. Como uma consequência do Artigo 48, entende-se que as autoridades envolvidas com o gerenciamento de águas servidas têm a obrigação de considerar as conclusões dessas pesquisas seriamente, principalmente por causa do impacto que as águas não tratadas têm sobre parcela considerável da produção agrícola (3). Vai além da proposta deste artigo explorar as (im)possibilidades técnicas do tratamento de águas servidas de modo a eliminar os elementos negativos e ao mesmo tempo conservar os elementos positivos.

### **Ação legal**

Os agricultores que usam águas servidas têm, como todos os demais cidadãos indianos, um direito constitucional à água limpa. O governo tem a obrigação de fornecer água limpa. Mas, se a poluição tornar a água praticamente impréstável para a agricultura, os produtores que a utilizam estarão privados de seu meio de vida.

A violação desses dois direitos (à água limpa e de não ser privado de seu meio de vida) habilita os produtores a entrarem com uma ação legal. Com relação ao gerenciamento das águas servidas, as autoridades governamentais têm a obrigação de considerar a posição dos produtores. Com base nas evidências científicas que mostram os benefícios do uso das águas servidas, elas devem projetar o manejo dessas águas de modo a reduzir os impactos negativos e preservar os positivos tanto quanto for tecnicamente possível.

A violação de direitos fundamentais habilita a vítima a entrar com uma ação legal contra o governo. De acordo com a Constituição, tanto a Suprema Corte, em Nova Deli, quanto a Alta Corte do estado no qual a violação esteja ocorrendo (4) pode ser acionada. Em primeiro lugar, as Cortes acolhem os casos movidos por indivíduos. Entretanto, dentro do sistema legal indiano, vários tipos de ações em grupo foram desenvolvidos. Um deles é o chamado “litígio de interesse público” (LIP), que contempla os procedimentos legais para a “defesa de direitos fundamentais de um grupo de pessoas ou comunidade que não seja apta a fazer valê-los por incapacidade, pobreza ou ignorância da lei” (5) por qualquer membro do público que se preocupe com a situação das vítimas. Nos casos relacionados com questões ambientais, é comum ONGs e indivíduos lançarem mão de LIPs para fazerem valer as garantias constitucionais.

Os LIPs já formam uma rica coletânea de decisões da Suprema Corte e das Cortes estaduais, incluindo questões relacionadas com a qualidade da água (6). Entretanto, o quadro geral da efetividade dos LIPs é irregular. De um lado, eles permitem que uma Corte interfira onde o governo esteja falhando, ordenando medidas imediatas e/ou investigações para comprovar a violação denunciada. Por terem as Cortes o poder de reunir todos os envolvidos – como as autoridades e as indústrias poluidoras – elas estão em uma posição de chegar a uma solução abrangente, “holística”, em alguns casos com razoável sucesso. Por outro lado, tais procedimentos tendem a levar muito tempo (7). Pior ainda, em alguns casos ficou provada a dificuldade para as vítimas terem uma decisão favorável implementada adequadamente. E, por fim (mas não menos importante), os LIPs requerem a assistência de algum advogado disposto a trabalhar muito por pouco dinheiro.

### **Mais consciência para todos os envolvidos**

Uma das descobertas da pesquisa sobre questões legais e institucionais relacionadas ao gerenciamento das águas servidas industriais, nas áreas urbanas de Hyderabad, foi que as autoridades governamentais nem sempre estão suficientemente informadas sobre o marco legal que regula essa questão. E também, de acordo com os ambientalistas e ativistas sociais, existe pouca consciência legal entre as pessoas atingidas – os produtores e seus representantes, como as associações comunitárias.

Mesmo assim, a Índia é uma sociedade democrática na qual a regra da lei prevalece, e onde as políticas governamentais devem estar de acordo com o estamento legal, inclusive o que está previsto na Constituição. Isso exige que as autoridades estejam plenamente conscientes dos direitos constitucionais em suas políticas. Além disso, o império da lei exige que as pessoas tenham pelo menos uma consciência básica de sua situação legal. O fato de que a Constituição da Índia - a lei fundamental do país - esteja do seu lado deveria fortalecer as pessoas em seu esforço para melhorar sua situação.

*Áreas de cultivo de hortaliças ao longo do rio Musi.*



Essa análise legal não apenas oferece argumentos para fortalecer a posição dos produtores que se utilizam de águas servidas no processo de tomada de decisões, como também pretende estimular as pessoas a continuarem se esforçando por melhorar sua situação, sabendo que a lei está do seu lado. Naturalmente, existe ainda um longo caminho a seguir antes que as leis e os regulamentos sejam plenamente implementados e obedecidos.

Para fazer a lei valer, como deve valer, será necessário:

- a) aumentar a consciência básica de seus direitos, entre os produtores, suas associações e as ONGs que trabalham com eles;
- b) discutir as implicações políticas dos direitos e obrigações constitucionais com as autoridades locais envolvidas com o gerenciamento das águas servidas; e
- c) realizar mais pesquisas sobre as questões legais para desenvolver uma maior compreensão de todo o marco legal relacionado com os direitos à água pura e/ou adequada para a agricultura.

## Hyderabad

A Companhia Municipal de Águas e Esgotos de Hyderabad (CMAEH), responsável pelo tratamento da água potável e dos esgotos da cidade, tem consciência do fato de que as águas servidas são usadas na agricultura. Como parte do Plano Nacional de Conservação dos Rios, a CMAEH está atualmente implementando um plano para ampliar as estações de tratamento. Entretanto, a CMAEH aparentemente não está levando em consideração os agricultores que se utilizam das águas servidas.

Com a ajuda do “Fórum pelo Melhoramento de Hyderabad”, uma ONG local, as pessoas de uma pequena cidade a jusante entraram com uma ação LIP contra um projeto que objetiva fazer uma transferência inter-bacias hidrográficas de efluentes industriais para – em última análise – o Rio Musi. As pessoas que obtêm sua água desse rio estavam preocupadas com a possibilidade de o projeto aumentar a carga de poluentes no rio. A Alta Corte de Andhra Pradesh ordenou que um comitê especial monitore a implementação desse projeto e avalie a tempo o impacto negativo que possa ocorrer.

### CD-ROM VIDEO:

#### **Ganhando a vida ao longo do Rio Musi:**

**Usuários de águas servidas dentro e ao redor da cidade de Hyderabad, Índia**

*Dirigido por: Stephanie Buechler, Gayathri Devi e Rama Devi*

A cidade de Hyderabad e as nove outras municipalidades que a cercam formam uma das regiões metropolitanas que mais crescem na Índia. O rio Musi, que corre através de Hyderabad, fica seco a montante dela durante boa parte do ano (à exceção da época das monções), mas as águas servidas que são liberadas pelas casas, indústrias e instalações de vários tipos, como hospitais, escolas, quartéis etc., o fazem perene a jusante da cidade.

Nos espaços urbanos e periurbanos de Hyderabad, as águas servidas domésticas e industriais são canalizadas para várias áreas onde se cultivam alimentos e forragem. Essa agricultura irrigada com águas servidas garante a sobrevivência de muitos grupos de homens e mulheres, de diferentes castas e diversas classes sociais.

Esse vídeo-documentário em CD, altamente interessante para todos que estão ligados a essas questões, foi produzido pelo IWMI, com apoio do RUAF e DFID.

Para solicitar cópia, contate: [ruaf@etcnl.nl](mailto:ruaf@etcnl.nl)

## Notas

- 1) Extraído do caso Virender Gaur x Estado de Haryana, julgado pela Suprema Corte em 1995. Considerações similares são encontradas em outros casos.
- 2) O caso Olga Tellis x Municipalidade de Bombaim, Suprema Corte, 1986.
- 3) Estima-se que, a leste de Hyderabad, haja cerca de 40.000 hectares de terras irrigados com águas do Rio Musi (S. Buechler e G. Devi, 2002). Quase todas as águas servidas, domésticas e industriais, geradas em Hyderabad estão sendo descarregadas nesse rio, a maior parte sem tratamento.
- 4) A Índia é uma federação formada por estados que têm alto nível de independência. Cada estado tem sua própria “Alta Corte”.
- 5) Do caso Subash Kumar x Estado de Bihar, Suprema Corte, 1991.
- 6) Mas, tanto quanto saiba o autor, não especificamente sobre a qualidade da água.
- 7) Um LIP com relação à poluição ambiental por indústrias, em Patancheru, Andhra Pradesh, foi iniciado em 1990. Depois de treze anos e de muitas decisões provisórias, o caso ainda está pendente e o problema da poluição prossegue sem solução.

## Referências

- Bakshi, P.M., The Constitution of India. Selective Comments by P.M. Bakshi. 5th edition, Delhi: Universal Law Publishing Co. Pvt. Ltd., 2002.
- Buechler, S. and Devi, G., Highlighting the user in wastewater use research: a livelihoods approach to the study of wastewater users in Hyderabad, India. Paper presented at the workshop "Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Confronting the Livelihood and Environmental Realities", organised by IWMI-India, Hyderabad, 10-11 November, 2002.
- Divan, S. and Rosencranz, A., Environmental Law and Policy in India. Cases, Materials and Statutes. 2nd edition, New Delhi: Oxford University Press, 2001.
- Shastri, S.C., Environmental Law. Lucknow: Eastern Book Company, 2002.

# Aspectos legais e políticos da agricultura urbana na Tanzânia

Malongo R.S. Mlozi - [malom2003@yahoo.co.ukn.vnn.vn](mailto:malom2003@yahoo.co.ukn.vnn.vn)  
Sokoine University of Agriculture, Morogoro, Tanzânia

**A agricultura urbana na Tanzânia é praticada em um contexto legal e político geralmente favorável. Durante as décadas de 70 e 80 do século 20, o governo nacional, enfrentando uma economia empobrecida, lançou políticas estimulando a população a praticar a agricultura urbana.**

Essas políticas eram introduzidas para ajudar os moradores urbanos a alcançarem a auto-suficiência alimentar e a produzirem comida para combater a inflação crescente. Desde então, o governo e os líderes políticos repetidamente estimularam os moradores urbanos a criarem animais e a cultivarem alimentos em seus quintais e em outros espaços abertos disponíveis nas cidades.

## As políticas nacionais em apoio à agricultura urbana na Tanzânia incluíram:

- Política é Agricultura, de 1972
- Agricultura irrigada, de 1974
- Agricultura para a vida e para a morte, de 1974/75
- As primeiras chuvas são para plantar, de 1974/75
- Programa Nacional de Sobrevivência Econômica (NESP), de 1981/82
- Estratégia Nacional da Alimentação, de 1982
- Política Nacional de Criação de Animais (NLP), de 1983
- Política Nacional de Agricultura (NAP), de 1983
- Programa Nacional de Recuperação Econômica, de 1986-1990

Sob essas políticas, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar encoraja e apóia a agricultura urbana por meio dos técnicos do serviço de extensão agrícola, que oferecem educação agrícola não-formal aos moradores urbanos. Na década de 70, o governo estabeleceu um serviço de extensão mais específico para a agricultura urbana, ligado ao Ministério, que encoraja os residentes a produzirem sua própria comida. Atualmente, o Ministério utiliza os “agentes urbanos de extensão” para promover a criação de animais e o cultivo de safras. Esses agentes visitam os moradores urbanos e ensinam técnicas modernas e conhecimentos (educação não-formal) sobre agricultura de modo que eles possam melhorar sua produção de alimentos, vegetais e animais.

## A Política Nacional de Desenvolvimento dos Assentamentos Humanos, de 2000

A agricultura urbana existe na maior parte das cidades, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Como uma atividade econômica, ela fornece renda e oportunidades de emprego para as populações urbanas, e uma fonte complementar confiável de alimentos para os moradores das cidades a preços acessíveis. Como uma forma de uso da terra, a agricultura urbana - quando praticada ecologicamente e com capricho - também cria agradáveis espaços verdes.

Embora a agricultura urbana seja considerada um componente importante para o desenvolvimento sustentável, se imprópriamente praticada ela pode entrar em conflito com outros usos do solo urbano, e levar a degradação do solo, à poluição da água, e ser uma ameaça à saúde e à segurança da população.

O governo deve, portanto:

- Indicar áreas especiais no planejamento urbano onde as pessoas tenham garantido seus direitos legais para empreenderem atividades agrícolas;
- Continuar a pesquisar e regular a agricultura urbana para assegurar que ela não entre em choque com o desenvolvimento urbano conforme planejado;
- Rever as leis existentes para promover a agricultura urbana planejada; e
- Facilitar a construção de infraestrutura adequada para reduzir a degradação das terras, a poluição das águas e os riscos à saúde e à segurança em áreas onde a agricultura urbana seja permitida (República Unida da Tanzânia, 2000).

### Leis e normas municipais

Nos anos 80, foi percebido, nos níveis municipais, que essas políticas nacionais de encorajamento da agricultura nas cidades, especialmente as relacionadas à criação de animais, também apresentavam alguns aspectos negativos no ambiente urbano.

Era hora de se reverem as leis e regulamentos municipais com relação à agricultura nas cidades.

A primeira norma urbana regulando a produção de safras e a criação de animais nos centros urbanos foi criada ainda no tempo da colonização inglesa, em 1928, (Normas para Regulação da Agricultura e da Criação de Animais nas Áreas Urbanas).

Essas normas tinham três objetivos principais:

- proibir as pessoas de origem africana de plantarem e criarem animais nas áreas urbanas;
- evitar atividades de agricultura urbana por que se julgava que ela aumentaria a presença de mosquitos transmissores da malária, especialmente nas plantas mais altas que 1 metro, e
- manter um ambiente urbano mais limpo e “estético” ao impedir os africanos de plantarem nos espaços urbanos.

Depois da independência, em 1961, a maioria dessas normas tornou-se superada, mas nos anos 1980, a maior parte dos conselhos municipais achou necessário revê-las para regular o crescimento da agricultura urbana.

Hoje, nas cidades da Tanzânia, as normas relacionadas com os cultivos diferenciam áreas onde a agricultura é totalmente proibida e outras onde ela é permitida. Por exemplo, não é permitido cultivar plantas a menos de 14 m ao longo das estradas, nem a menos de 15m ao longo dos rios.

O cultivo de safras anuais não é “restricted” (?) nessas áreas. Para os cultivos permanentes, entretanto, é necessária uma permissão da Diretoria Municipal.

Outras normas regulam os modos nos quais as plantas devem ser cultivadas, incluindo, por exemplo, o uso de máquinas, o tempo de plantio, o uso de insumos, a capina, o uso de sementes certificadas, o plantio em encostas, e como agir no caso de pestes e doenças. Outras normas estipulam as penalidades a quem não aderir a essas regras, incluindo multas, prisão e destruição dos cultivos.

Embora essas normas existam e claramente estipulem as penalidades para os infratores, raramente elas são implementadas. Por exemplo, é comum ver plantios de todos os tipos crescendo em todas as áreas municipais, seja ao longo dos rios e das estradas, seja em espaços abertos como nas áreas de recreação infantil, e nos lotes particulares, tornando as leis e posturas ineficazes.

Nas cidades, as normas relacionadas à criação de animais definem “animais” como gado vacum, jumentos, cabras, cavalos, mulas, porcos e ovelhas. Em outras palavras, os animais menores como galinhas (variedades locais e melhoradas), patos, coelhos e perus, muito comuns nas áreas urbanas, são deixados de fora. A maior parte das normas municipais estipula que devem ser indicadas as “áreas específicas”, dentro dos limites urbanos, onde a criação de animais e o pastoreio serão permitidos. Os conselhos também emitem permissões especiais para animais que sejam autorizados dentro de certas áreas urbanas.

Mesmo assim, as normas não especificam os números e os tipos de animais que os moradores urbanos podem criar de acordo com a densidade populacional das áreas. Há normas que proíbem a criação de animais fora de seu “abrigo, estrutura ou cercado”; portanto, criar animais soltos nas ruas é proibido. Além disso, as normas não permitem que se mantenham animais dentro de “prédio ou parte dele que seja usado para moradia humana”. Ainda assim as pessoas criam galinhas, cabras e ovelhas em suas casas. Eles podem argumentar que as galinhas não são definidas como “animais” nas normas municipais. Os animais só podem ser transferidos com uma permissão especial do Conselho. A maior parte dos moradores cria animais sem qualquer permissão. As normas que exigem que os moradores removam o estrume (sólido e líquido) e outros resíduos animais nunca são implementadas. O fato de haver muitos técnicos do governo e líderes políticos entre os criadores de animais que infringem a lei impunemente é talvez a maior garantia para os muitos outros criadores de que também eles não serão punidos por desprezar as leis.

## Conclusão

O contexto legal da agricultura urbana é um pouco confuso para os agricultores das cidades da Tanzânia. O governo nacional propõe uma política no geral favorável, e até encorajou as pessoas a praticarem a praticá-la durante períodos de grave recessão econômica. Mesmo assim, as normas em nível municipal colocam muitas restrições à sua prática. Muitos produtores urbanos parecem não saber o que é permitido e o que não é. Por outro lado, apesar dessas restrições, o controle raramente é exercido e, quando é exercido, o é de modo discricionário (as elites nunca são afetadas); o governo não tem recursos para fiscalizar nem pessoal para visitar as áreas de ocupação informal e não planejadas.

## Referências

- United Republic of Tanzania. (2000). National Human Settlements Development Policy. Ministry of Lands and Human Settlements Development. Dar es Salaam: Government Printers. p. 48.£.

# A integração da agricultura urbana no planejamento das cidades na Turquia

Mercan efe - [mercan.efe@deu.edu.tr](mailto:mercan.efe@deu.edu.tr)

Dokuz Eylul University

**Na Turquia, a agricultura não aparece nos “códigos de classificação do uso e posse das terras” usados no planejamento urbano. Essa classificação foi desenvolvida há 25 anos e não é clara quanto a certos tipos de uso. Essa classificação precisa ser atualizada - e vão nesse sentido as sugestões contidas neste artigo.**

Uma cidade moderna atrai muitos novos moradores vindos das zonas rurais. Assim sendo, a cidade deveria ser capaz de integrar essa população e as experiências que ela traz, e lhe oferecer terras em quantidade compatível. O valor da terra, definido pelo preço de arrendamento, aumenta com a urbanização, e assim os campos agrícolas e as áreas públicas acabam sendo usados principalmente para a construção de residências ou de indústrias. É necessário reavaliar o setor agrícola e o uso agrícola dos solos urbanos. Existe a necessidade de se integrar a agricultura nas funções típicas da cidade, e ligá-la a questões como redução da pobreza, combate à fome, segurança alimentar, reciclagem do lixo e identidade social. Entretanto, as leis que regulam a cidade são um resultado de decisões e de pressões que ocorreram no passado, e agora não permitem a inclusão da agricultura.

É preciso pesquisar uma nova maneira de se classificarem as terras de modo a atender as necessidades de hoje e as possibilidades das cidades modernas. Uma nova “Classificação de Uso e Posse das Terras” é portanto sugerida. Essa nova classificação é baseada na classificação do Ministério de Obras Públicas, que é muito conhecido e usado nos planos de desenvolvimento na Turquia. As administrações locais como as prefeituras (inclusive as municipalidades metropolitanas), e as autoridades centrais (inclusive os governos estaduais), parecem estar sensíveis para prestar mais atenção à agricultura urbana. Entretanto, a participação dos diferentes interessados nas tomadas de decisão e no treinamento será necessária para realmente operacionalizar essa mudança.

## Instituições municipais e agricultura urbana

FA Turquia tem uma abordagem moderna para o planejamento urbano, mas, como em muitos países em desenvolvimento, tem enfrentado muitos problemas nesse processo. As instituições e as pessoas envolvidas têm muitos e obscuros papéis. A administração pública desenvolveu-se em uma estrutura hierárquica com uma abundância de atores, de instituições públicas locais e centrais. As instituições locais, cuja importância é enfatizada pelas atividades da "Agenda 21", deveriam determinar claramente suas funções complementares.

Desde que seu funcionamento depende do governo central, a coordenação só pode ser alcançada pela formação de uma rede unindo todas as unidades administrativas, locais e centrais.



*É preciso reavaliar o uso agrícola dos solos disponíveis na cidade.  
Foto: Henk de Zeew*

O corpo administrativo central e seus atores locais (nos estados) têm um importante papel na formação e funcionamento das cidades. Áreas potencialmente agrícolas nas cidades estão sendo crescentemente alocadas para construção, baseando-se na prioridade urgente por mais habitações, mais turismo e mais indústrias. As leis e regulamentos existentes favorecem a expansão das áreas urbanas, sem qualquer consideração pelas condições ambientais. A importância da proteção ambiental e os arranjos para integrar a agricultura nas cidades, que até agora só existem nos discursos, só poderão ser postos em prática quando os caminhos para atingir esse objetivo estiverem mais claros. Para começar, a idéia de usar a agricultura como principal critério para distinguir entre as áreas rurais e as urbanas deve ser descartada antes que a sua integração no planejamento urbano possa começar.

### **Integrando a agricultura urbana no planejamento urbano**

Na Turquia, a integração da agricultura urbana nos planos de desenvolvimento e a sua aplicabilidade dependem de sua inclusão no processo de certificação pública dentro do contexto da "Classificação Básica do Uso e Posse das Terras". Os códigos de classificação usados pelo Ministério das Obras Públicas, que é um importante ator no processo de planejamento, parecem ser bastante flexíveis. Também é sabido que os Bancos Estaduais usam a mesma classificação fora das áreas comerciais centrais.

As adaptações propostas nos códigos do Ministério das Obras Públicas para incluírem áreas de agricultura urbana e periurbana, referem-se aos artigos 8 e 9. O Artigo 9 refere-se às áreas não usadas, do qual a questão da silvicultura deveria ser removida e incorporada no Artigo 8, que detalha os propósitos produtivos. O Artigo 8 precisa apenas de uma pequena adaptação: sugere-se que o "setor de mineração" seja excluído e transferido para um novo artigo que trate especificamente dele.

#### **A agricultura urbana e periurbana de acordo com o artigo 8o. revisto**

- 8.1 Criação de animais e serviços relacionados
  - 8.1.1 "Fold and Crib" criação de animais e serviços relacionados (?)
  - 8.1.2 Apicultura e serviços relacionados
  - 8.1.3 Criação comercial de coelhos e serviços relacionados
- 8.2 Silvicultura e serviços relacionados
- 8.3 Pesca e serviços relacionados
- 8.4 Áreas usadas para fornecer recursos para a agricultura urbana e periurbana
  - 8.4.1 Áreas para reciclagem dos resíduos sólidos e líquidos domésticos
  - 8.4.2 Áreas de comercialização

#### **O artigo 9o. adaptado**

- 9. Áreas não utilizadas e fontes de água
  - 9.1 Áreas que não são usadas e processadas

A integração da agricultura urbana e periurbana no sistema existente de planejamento urbano da Turquia é uma tarefa relativamente fácil; o que é necessário é uma reforma do sistema. Essa reforma vai depender da integração e interação melhoradas entre as unidades administrativas locais e centrais, notavelmente a coordenação entre o Ministério das Obras Públicas, o Diretor Estadual de Obras Públicas e o governo estadual deve tornar-se mais produtiva.

### **Referências**

- Izmir: Ergin, S., et al. 2002. Dokuz Eylül Üniversitesi Fen Bilimleri Enstitüsü Şehircilik Ana Bilim Dalı. Izmir Kenti Planlı Yapılaşma Öyküsü.
- Eryılmaz, B. 2001. Kamu Yönetimi. İstanbul: Erkam Matbaası

## Livros

# Publicações selecionadas sobre a criação de animais em áreas urbanas

### SEEDS THAT GIVE: PARTICIPATORY PLANT BREEDING

#### As sementes que dão: o melhoramento participativo de plantas

2003. Ronnie Vernooy. IDRC ISBN 1-55250-014-4. brochura, 100 pp. Também disponível em espanhol e em francês. IDRC, Ottawa, Canadá. Tel: (613) 236-6163. Fax: (613) 563-2476. [www.idrc.ca/seeds](http://www.idrc.ca/seeds)

Esse livro, publicado pelo IDRC, traz uma contribuição para a discussão sobre experimentações conduzidas pelos produtores e sua importância para o desenvolvimento sustentável. O melhoramento local de plantas é a resposta à erosão genética, e se contrapõe ao aumento da vulnerabilidade dos cultivos diante das doenças e das mudanças climáticas. Hoje, menos de 3% das 250.000 variedades de plantas disponíveis para a agricultura estão sendo usadas. De apenas 12 espécies provêm ¾ de todas as plantas cultivadas para alimentação no mundo. Para muitos dos agricultores de pequena escala, que cultivam nas áreas marginais pouco valiosas e pouco férteis, o custo dessas sementes de alta produtividade, os adubos necessários e de outros insumos, é proibitivo. Ao invés, eles continuam experimentando com variedades locais de sementes, selecionando e compartilhando aquelas que se saem melhor mesmo sob condições adversas, como nas áreas urbanas. O livro “As sementes que dão” faz parte da série do IDRC “In Focus”, e resume 10 anos de apoio a pesquisas ligadas ao melhoramento participativo de plantas ao redor do mundo. Complementando o livro, há 6 estudos de casos procedentes do mundo em desenvolvimento e um sítio temático na Internet: [www.idrc.ca/seeds](http://www.idrc.ca/seeds).

### USE OF WASTEWATER IN IRRIGATED AGRICULTURE.

#### O uso das águas servidas na agricultura irrigada

*Estudos na Bolívia, em Gana e na Tunísia*

2003. Wageningen University. Holanda. Bolívia: ISBN 90-6754-705-0; Gana: ISBN 90-6754-704-2; Tunísia: ISBN 90-6754-703-4.

A pesquisa descrita nos três estudos reunidos nesse livro faz parte do programa “Água para Comida e os Ecossistemas” (Water for Food and Ecosystems) financiado pelo governo holandês. Os documentos podem ser transferidos como arquivos .pdf a partir de [www.dow.wau.nl/iwe](http://www.dow.wau.nl/iwe); Para mais informações: Frans Huibers: [frans.huibers@wur.nl](mailto:frans.huibers@wur.nl)

### AGRICULTURE IN THE CITY, A KEY TO SUSTAINABILITY IN HAVANA, CUBA

#### Agricultura na cidade; uma chave para a sustentabilidade em Havana, Cuba.

2003. María Caridad Cruz e Roberto Sánchez Medina. IDRC.

Publicado em 2001 em espanhol, e impresso em inglês por Ian Randle Publishers e IDRC.

Esse livro apresenta os resultados de uma pesquisa de três anos sobre a história e a situação presente da agricultura urbana em Havana, Cuba, e o potencial a longo prazo dessa atividade na economia local de duas áreas da capital cubana, como parte do gerenciamento ambiental. O livro será de interesse de uma ampla audiência, inclusive das autoridades municipais e dos grupos locais de ação.

## ACCESS TO LAND BY THE URBAN POOR

### O acesso à terra para os pobres urbanos

2002. Angel, S. et al (sete especialistas). 48 páginas, brochura, US\$ 15,00, ISBN 1-55844-152-2. Disponível em [www.lincolninst.edu](http://www.lincolninst.edu)

As cidades dos países em desenvolvimento ao redor do mundo enfrentam os problemas do progresso e da pobreza por causa das limitações no acesso à terra. (?) As cidades latino-americanas oferecem provas claras de que a informalidade generalizada e persistente no mercado de terras é tanto um efeito quanto uma causa da pobreza urbana. O custo de ser informal é frequentemente muito mais alto do que o custo de ser formal, particularmente quando consideramos o acesso à terra dispondo de serviços públicos e das amenidades urbanas. Sete pesquisadores e consultores experientes no desenvolvimento imobiliário e políticas habitacionais no terceiro-mundo contribuíram para essa discussão.

## LEASING PUBLIC LAND

### Arrendando terras públicas

2003. Bourassa, Steven e Yu-Hung Hong (editors). 2003, 320 páginas, brochura, US\$ 20,00, ISBN 1-55844-155-7. Disponível em [www.lincolninst.edu](http://www.lincolninst.edu)

O arrendamento de terras públicas vem sendo defendido como uma opção viável de posse e uso da terra nos antigos países socialistas e em outras economias em transição. Entretanto, o debate sobre a posse da terra tem sido influenciado mais por ideologias e preconceitos do que por lições aprendidas do estudo cuidadoso dos sistemas de arrendamento existentes. Essa nova publicação oferece um exame cuidadoso dos sistemas de arrendamento de terras públicas existentes ao redor do mundo, e apresenta recomendações importantes para o futuro papel de tais sistemas. Várias questões e diversos conceitos de arrendamento público são introduzidos e discutidos, seguidos por dois grupos de estudos de caso desses sistemas no mundo, organizados em um quadro geral para melhor compreensão das implicações nas políticas públicas que a eles correspondem.

## VACANT LAND IN LATIN AMERICAN CITIES

### Terras vazias nas cidades latino-americanas

Clichevsky, N. e outros (oito especialistas). 2002, em espanhol, 144 páginas, brochura, US\$ 15,00 ISBN 1-55844-149-2. Disponível em [www.lincolninst.edu](http://www.lincolninst.edu)

As áreas vazias urbanas são o produto de muitos fatores combinados, inclusive o funcionamento do mercado imobiliário, as ações dos agentes privados e as políticas dos agentes públicos, e colocam um desafio importante para o governo e formuladores de políticas públicas da América Latina. Os lotes vazios localizados na periferia urbana e também na zona central da cidade têm sido um fator determinante nos padrões de crescimento das cidades da região. Esse livro, escrito em espanhol, identifica os muitos problemas relacionados com as áreas vazias urbanas em cinco cidades-chaves: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima, Quito e San Salvador.

### A FAO oferece acesso grátis ou de baixo custo à literatura científica

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) lançou o programa AGORA (Access to Global Online Research in Agriculture), Acesso Online à Pesquisa Mundial em Agricultura, uma plataforma reunindo cerca de 400 publicações nos campos da agricultura, biologia, e ciências ambientais e sociais relacionadas. Nesse sítio, a FAO pretende aumentar a qualidade e efetividade da educação e pesquisa agrícolas ao oferecer um acesso mais amplo às informações publicadas. Para maiores informações, por favor visite [www.fao.org/english/newsroom/news/2003/23019-en.html](http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/23019-en.html)

## **Ganhando a vida ao longo do Rio Musi: Usuários de águas servidas dentro e ao redor da cidade de Hyderabad, Índia**

CD-ROM VIDEO dirigido por: Stephanie Buechler, Gayathri Devi e Rama Devi

A cidade de Hyderabad e as nove outras municipalidades que a cercam formam uma das regiões metropolitanas que mais crescem na Índia. O rio Musi, que corre através de Hyderabad, fica seco a montante dela durante boa parte do ano (à exceção da época das monções), mas as águas servidas que são liberadas pelas casas, indústrias e instalações de vários tipos, como hospitais, escolas, quartéis etc., o fazem perene a jusante da cidade. Nos espaços urbanos e periurbanos de Hyderabad, as águas servidas domésticas e industriais são canalizadas para várias áreas onde se cultivam alimentos e forragem. Essa agricultura irrigada com águas servidas garante a sobrevivência de muitos grupos de homens e mulheres, de diferentes castas e diversas classes sociais.

Esse vídeo-documentário em CD, altamente interessante para todos que estão ligados a essas questões, foi produzido pelo IWMI, com apoio do RUAF e DFID.

Para solicitar cópia, contate: [ruaf@etcnl.nl](mailto:ruaf@etcnl.nl)

## Sítios de interesse sobre agricultura urbana

[www.developmentgateway.org](http://www.developmentgateway.org)

Entre com a palavra “urban” no recurso de buscas desse sítio para encontrar uma grande variedade de materiais sobre agricultura urbana. Todo registro que é exibido traz um resumo do conteúdo e a importância do artigo mencionado ou do sítio web indicado. Os visitantes podem assinar e se habilitar a receberem atualizações sobre novos conteúdos, acessar um banco de dados contendo milhares de projetos, conhecer uma lista de pesquisadores atuando na área e de instituições e pessoas ligadas à questão da segurança alimentar. Os visitantes cadastrados também podem encaminhar informações e materiais próprios para divulgação. O sítio é mantido pela Development Gateway Foundation (Fundação Portal do Desenvolvimento), em colaboração com uma variedade de organizações que inclui o RUAF.

[www.gdnet.org/online\\_services/toolkits/proposal\\_writing/](http://www.gdnet.org/online_services/toolkits/proposal_writing/)

A Rede de Desenvolvimento Global (Global Development Network) desenvolveu um conjunto de “ferramentas” que oferece sugestões e soluções práticas para quem busca recursos para projetos, baseadas em entrevistas com levantadores de fundos experientes ao redor do mundo. O leitor entra em contato com uma lista de checagem de coisas a serem consideradas quando se escreve uma proposta, tais como estilo, estrutura e clareza, e um orçamento para justificar os custos previstos, bem como uma lista de doadores a serem abordados e o melhor modo de fazê-lo.

[www.plos.org/index.html](http://www.plos.org/index.html)

A Biblioteca Pública de Ciências (Public Library of Science) é uma organização sem fins lucrativos formada por cientistas e médicos comprometidos em tornar a literatura científica e médica mundial um recurso acessível gratuitamente ao público em geral. A PLoS está trabalhando com cientistas, suas sociedades, agências financiadoras e outras publicações para alcançar o seu objetivo maior de assegurar, para todas as informações científicas publicadas no mundo, um local onde fiquem disponíveis a todos, e desenvolver ferramentas que tornem essa literatura mais acessível e útil para os cientistas e para o público.

[www.cbnrm.net/](http://www.cbnrm.net/)

As pessoas que trabalham com Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (Community-Based Natural Resource Management - CBNRM), em todo o mundo – como praticantes, gerentes e pesquisadores – estão falando muito sobre a necessidade urgente de aumentar a comunicação direta entre eles. Tal rede de CBNRM tornaria possível, para as pessoas, trocarem experiências, gerenciar conhecimentos importantes e apoiar sua difusão pelos diferentes países, setores, culturas, e línguas, e assim produzir melhores resultados. A CBNRM Net é uma resposta a esse chamado. O sítio web da CBNRM Net oferece um poderoso conjunto de ferramentas variadas, robustas e úteis, focadas em pôr em contato todos os interessados.

[www.attra.ncat.org](http://www.attra.ncat.org)

O projeto “Transferência de Tecnologias Apropriadas para as Áreas Rurais” (ATTRA - Appropriate Technology Transfer for Rural Areas), financiado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, é um serviço nacional de informações agrícolas gerenciado pelo National Center for Appropriate Technology (Centro Nacional de Tecnologias Apropriadas). Ele oferece informações e assistência técnica

aos produtores, fazendeiros, agentes extensionistas, educadores, e outras pessoas envolvidas com a agricultura sustentável nos Estados Unidos. Os serviços da ATTRA também estão disponíveis para os interessados de outros países, muitos deles ligados a comunidades economicamente prejudicadas e/ou tradicionalmente carentes de recursos.

[www.xaia.ca/cityfarmer/](http://www.xaia.ca/cityfarmer/)

Esse fórum para discussões sobre agricultura urbana e questões relacionadas foi estabelecido há poucos meses e já reúne mais de 50 membros interessados no assunto. Os membros do RUAF são bem vindos para criarem áreas de discussão sobre os tópicos que mais lhes interessem.

[www.fao.org/english/newsroom/news/2003/23019-en.html](http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/23019-en.html)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) lançou o programa AGORA (Access to Global Online Research in Agriculture), Acesso Online à Pesquisa Mundial em Agricultura, uma plataforma reunindo cerca de 400 publicações nos campos da agricultura, biologia, e ciências ambientais e sociais relacionadas. Nesse sítio, a FAO pretende aumentar a qualidade e efetividade da educação e pesquisa agrícolas ao oferecer um acesso mais amplo às informações publicadas.

[www.aginternetwork.org/en/about.php](http://www.aginternetwork.org/en/about.php)

A AGORA (Access to Global Online Research in Agriculture) é uma iniciativa que visa oferecer acesso gratuito ou de baixo custo às principais publicações sobre agricultura e ciências biológicas, ambientais e sociais relacionadas às instituições públicas dos países em desenvolvimento. Lançada em outubro de 2003, a AGORA vai fornecer acesso a mais de 400 publicações dos principais editores acadêmicos do mundo. Dirigida pela FAO, o objetivo da AGORA é aumentar a qualidade e efetividade da pesquisa, educação e treinamento agrícolas, nos países mais pobres e, conseqüentemente aumentar a segurança alimentar.

[www.new-agri.co.uk/03-5/focuson.html](http://www.new-agri.co.uk/03-5/focuson.html)

A edição mensal do “New Agriculture on-Line – discutindo a agricultura para o século 21” tem uma série de artigos sobre agricultura urbana ao redor do mundo. Os artigos podem ser lidos diretamente nesse sítio na Internet.

[www.sygw.org/](http://www.sygw.org/)

A organização “Jovens horticultores de Seattle” (Seattle Youth Garden Works), dos EUA, ajuda os jovens carentes da cidade por meio de educação e empregos relacionados com a horticultura urbana. Trata-se de um programa de horticultura comercial focado nos jovens entre 14 e 22 anos de comunidades de sem-teto e de baixa renda, organizado no distrito universitário e nas vizinhanças de South Park. Seus objetivos são conectar os jovens com serviços habitacionais, de saúde, de educação, de emprego e comunitários. O SYGW é um programa criado pela Church Council of Greater Seattle.

[www.foodaidmanagement.org/agriculture.htm](http://www.foodaidmanagement.org/agriculture.htm)

O “Gerenciamento de Ajuda Alimentar” (Food Aid Management - FAM) foi criado em 1989 por cinco organizações voluntárias privadas dos Estados Unidos para “promover o uso eficiente e efetivo dos recursos em ajuda alimentar para aliviar a fome e aumentar a segurança alimentar”. Em tópicos como agricultura, meio ambiente, gênero e AIDS/HIV, o visitante é guiado a vínculos que conduzem a publicações, artigos, bibliotecas virtuais, redes de informação etc. O sítio tem um calendário de treinamentos e uma seção de eventos. No tópico “agricultura”, há seções sobre nutrição, biotecnologia, monitoramento e agricultura urbana. Também está disponível em espanhol e francês.

[www.state.fl.us/fdi/fsc/news/state/9902/rt-tm.htm](http://www.state.fl.us/fdi/fsc/news/state/9902/rt-tm.htm)

A “indústria verde” é o mais lucrativo e o menos subsidiado setor da agricultura americana, e é fundamental para a sustentabilidade comunitária em geral. A seção da Flórida da Sociedade Internacional de Arboricultura e a Associação de Viveiristas e Cultivadores da Flórida (Florida Nurserymen and Growers Association) perguntaram, formalmente, ao Departamento Estadual de Assuntos Comunitários da Flórida como os seus grupos podem trabalhar mais de perto com o programa “Rede de Comunidades Sustentáveis da Flórida”, como parte de seu esforço para alertar os administradores públicos sobre a importância da “indústria verde” para ajudar as comunidades a alcançarem a verdadeira sustentabilidade.

[ww.epa.gov/region01/leadsafe/](http://ww.epa.gov/region01/leadsafe/)

[www.bumc.bu.edu/Departments](http://www.bumc.bu.edu/Departments)

[www.jurban.oupjournals.org/cgi/content/abstract/78/1/199](http://www.jurban.oupjournals.org/cgi/content/abstract/78/1/199)

Uma empresa de consultoria em fitoremediação, a Phytotech, estudou a remoção do chumbo de solos poluídos usando a planta “mostarda indiana” (*Brassica juncea*), que é ainda melhor, para capturar esse metal pesado, do que outras da mesma família. Eles descobriram que cultivos sucessivos dessa planta (que são colhidas e descartadas) abaixavam o teor de chumbo presente, com eficiência decrescente na medida em que o nível de chumbo no solo decaía. Esse e outros trabalhos podem ser encontrados nos sítios listados acima.

[www.cityfarmer.org](http://www.cityfarmer.org) - 25 anos

Nosso parceiro no Canadá celebrou 25 anos de atividades do portal City Farmer, o maior centro de informações e educação sobre agricultura urbana daquele país (e talvez do mundo). Há 25 anos, o diretor executivo do City Farmer, Michael Levenston e seu colega ambientalista Bob Woodworth foram convidados pelo então Ministro de Energia e Mineração para estudarem modos para os moradores urbanos economizarem energia. Agora, City Farmer é apreciado internacionalmente por seu maravilhoso sítio na internet. O centro também oferece seminários e oficinas e mantém uma horta demonstrativa mostrando aos moradores das cidades como cultivar hortaliças e frutas organicamente em um pequeno lote urbano, e agora até uma rua de Vancouver foi batizada com o seu nome: a “City Farmer Street”.

[www.waste.nl](http://www.waste.nl)

O projeto APUGEDU, em Bamako, Mali, acabou de ser finalizado. A seção de cooperação internacional da União Européia pediu à WASTE, juntamente com seus parceiros, para analisar o potencial de desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana com o uso do lixo orgânico urbano reciclado. Isso coincidiu com um programa lançado pelo Banco Mundial para desenvolver um plano de manejo do lixo na cidade de Bamako. A WASTE começou a compilar a literatura focando nas experiências nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a WASTE analisou o sistema de gerenciamento do lixo sólido com vistas à reciclagem em Bamako. Os interessados, produtores de hortaliças e agricultores de cereais foram identificados. Com toda essa informação reunida, a WASTE preparou um seminário sobre técnicas de compostagem baseadas no fluxo existente de lixo orgânico, e ajudou no processo de decisão sobre a técnica de compostagem a ser usada em Bamako. Durante o período de implementação, a WASTE atuou dando suporte de retaguarda. O projeto permitiu a promoção da produção e aplicação do composto e um melhor gerenciamento dos recursos naturais. Como resultado, a compostagem está sendo desenvolvida como uma atividade de tratamento do lixo nos pontos de transferência em várias zonas de coleta em Bamako. O cenário que o projeto APUGEDU desenvolveu irá contribuir para o plano geral do Banco Mundial para o gerenciamento do lixo em Bamako e noutras cidades com condições semelhantes.